



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

ANTONIO SABINO DA SILVA NETO

**A DISPUTA PELO TROFÉU DA SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE SOBRE
OS POLICIAIS MILITARES NAS ELEIÇÕES DE 2014 NO CEARÁ**

**FORTALEZA
2016**

ANTONIO SABINO DA SILVA NETO

A DISPUTA PELO TROFÉU DA SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE SOBRE
OS POLICIAIS MILITARES NAS ELEIÇÕES DE 2014 NO CEARÁ.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Sociologia. Área de concentração: sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá.

FORTALEZA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S578d Silva Neto, Antonio Sabino da.

A disputa pelo troféu da segurança pública : uma análise sobre os policiais militares nas eleições de 2014 no Ceará / Antonio Sabino da Silva Neto. – 2016.

145 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2016.

Orientação: Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá.

1. Polícia Militar. 2. Eleições de 2014. 3. Candidatos Policiais. 4. Segurança Pública. I. Título.

CDD 301

ANTONIO SABINO DA SILVA NETO

A DISPUTA PELO TROFÉU DA SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE SOBRE
OS POLICIAIS MILITARES NAS ELEIÇÕES DE 2014 NO CEARÁ.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

Aprovada em 16/03/2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Antonio Marcos de Sousa Silva
Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Ao meu avô, Antonio Sabino
(*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação foi elaborada com a ajuda e o encorajamento de muitas pessoas que possibilitaram, cada um a seu modo, uma contribuição fundamental para este trabalho. Sou grato, portanto:

Ao professor Leonardo Sá, orientador, inspiração de uma atividade acadêmica vibrante e apaixonada. Agradeço pela sempre atenta e crítica revisão ao texto e por ser o guia das reflexões teóricas e metodológicas nestes anos de parceria, nos quais tive a oportunidade de aprender bastante.

Aos professores Luiz Fábio Silva Paiva e Antonio Marcos de Sousa Silva, que desde a graduação acompanham a minha trajetória acadêmica, e que, agora no mestrado, contemplam este trabalho com uma rica avaliação, apontando novos e qualificados olhares.

Sou grato à professora Sulamita Vieira, que dedicou parte de seu tempo para ler atentamente este texto em seu estágio inicial. Agradeço pelas dicas forjadas em anos de experiência e pelas palavras de encorajamento.

Ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, especialmente aos professores: Alba Carvalho, André Haguette, Cesar Barreira, George Paulino, Irllys Barreira, Isabelle Braz, Jania Aquino, Leonardo Sá e Rejane Vasconcelos, que ministraram cursos de elevado valor teórico para o aprofundamento das questões apresentadas neste estudo, como também sempre estiveram abertos para retirar dúvidas de um aprendiz na arte de “fazer pesquisa”.

Em especial agradeço ao professor Cesar Barreira, coordenador do LEV, que sempre disponibilizou a estrutura deste Laboratório para que este trabalho pudesse ser desenvolvido. No LEV, local onde aprendi bastante, também pude construir parceiras de pesquisa e amigas que já colhem frutos. Agradeço assim ao Wendell Barbosa, a Larissa Sales e a Deiziane Aguiar, amigos conquistados nesta jornada acadêmica.

No PPGS da UFC também construí e consolidei grandes amigas, com as quais os momentos difíceis de pesquisa e escrita puderam ser amenizados. Foram também estas mesmas amigas que compartilharam comigo o cotidiano de mestrando, recheado de felicidades, brindes e alegrias. Deste modo, agradeço aos amigos Breno Taveira, Levi Nunes, Gabriela Colares, Gabriela Rebouças, Patrícia

Silva, Tiago Araújo, Vanessa Araújo e Stephannie Holanda pelas relações de companheirismo que por nós foram compartilhadas.

Na gama de gratidões aqui apresentada, não poderia deixar de agradecer aos meus pais, Vandier e Cleide, que sempre fizeram o máximo para proporcionar a mim aquilo que eles consideravam como o melhor. Sempre com muito amor e carinho se dispuseram a me acolher nos tempos difíceis e do mesmo modo me motivaram a seguir em frente.

Agradeço a minha avó Maria, que abriu desde o Ensino Médio a sua casa para mim. Dona Mariquinha, pessoa de grande coração, sempre me ensinou que em família “mesmo quando estamos longe, devemos estar sempre perto”. Também sou grato aos meus tios Vera, Vandira, Vandir e Vandiene, que, cada um ao seu modo, contribuiu para a minha formação.

Tenho um agradecimento especial a minha tia-avó Suzana, pessoa que inspira coragem e determinação, que tem “percepções sociológicas” sobre política e sociedade construídas pela ‘prática’. Em suas mais de seis décadas de atuação a frente do comércio mais antigo de Pacajus, caracteriza-se como uma “história viva” desta cidade.

Sou imensamente grato a outras pessoas que em meu cotidiano contribuíram nestes últimos dois anos de trabalho como mestrando. Agradeço ao Marcos Júnior, a Ana Beatriz, ao Edilson Júnior, a Denise Bomtempo, a Jacqueline Oliveira, a Mazé Mendes, ao Vandier Filho, a Thainá Almeida, ao Leonardo Maia, a Rebeca Carolinne e ao Otílio Nicolau.

Agradeço a minha companheira, Lise Mendes, pelo amor por nós construído nestes mais de quatro anos. A vida a dois, mesmo que complexa, é repleta de alegrias e incentivos que nos fortalecem a cada dia.

Sou grato a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Sem seu apoio financeiro, a dedicação a este trabalho teria sido inviabilizada.

“Escrevo a palavra e me pergunto por que a escrevo.” (Hilda Doolittle).

RESUMO

O tema de pesquisa desse trabalho está situado na análise da construção de lideranças policiais militares no espaço da política cearense. Especificamente, pretendo compreender como no ano de 2014, policiais militares utilizaram de suas experiências na polícia para consolidar um capital político capaz de conseguir a adesão do voto a um cargo legislativo no Ceará. Na busca de lançar luzes sobre este período, é possível observar que no "tempo da política", momento em que a coerção social é eminentemente emblemática para que os eleitores se manifestem a partir da adesão por meio do voto a alguma das facções em disputa, o estado do Ceará se mostra um espaço repleto de conflitos sociais. Entre a maioria dos candidatos, estas disputas estão inseridas nas acusações pronunciadas em palanque sobre a reputação dos demais postulantes ao cargo. É importante frisar que estes acontecimentos representam a maneira como as estratégias de campanha neste "espaço da política" se constroem. Desta forma, para compreender as estratégias utilizadas para a conquista da adesão do voto por policiais no período eleitoral, o referido estudo acompanhou o dia a dia de alguns dos candidatos militares ao legislativo, especialmente do Capitão Wagner de Sousa, do Coronel Francisco Bezerra e do Cabo Flávio Sabino, com a realização de entrevistas entre os candidatos, assessores e membros das associações de policiais, com o intuito de compreender como estes elaboraram as estratégias para a conquista da adesão do voto em suas campanhas.

Palavras-chave: Polícia Militar. Eleições de 2014. Candidatos policiais.

ABSTRACT

The research topic of this work is situated in the analysis of the construction of military police leaders in the space of Ceará policy. Specifically, I want to understand how in 2014, military police used their experiences in the police to consolidate a political capital able to secure the support of the vote to a legislative Ceará. In seeking to shed light on this period, you can see that the "political time", a time when the social coercion is eminently emblematic for voters to be revealed from the membership by voting to any of the factions in dispute, the state of Ceará shown a space full of social conflict. Among most candidates, these disputes are inserted into the charges pronounced in soapbox about the reputation of other candidates for the post. It is important to note that these events represent the way the campaign strategies in this "space policy" are built. Thus, to understand the strategies used for achieving the accession of the vote by police in the electoral period, the study monitored the daily lives of some of the military candidates to the legislature, especially Captain Wagner Sousa, Colonel Francisco Bezerra and cable Flávio Sabino, with interviews of applicants, advisors and members of the police associations, in order to understand how these have developed strategies for the achievement of the membership vote on their campaigns.

Keywords: Military Police. 2014 Elections. Candidates police.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	INTERVENÇÕES, MILITARISMO E POLÍTICA	20
2.1	A política do militarismo	20
2.1.1	<i>Das origens até 1930</i>	21
2.1.2	<i>Os “anos Vargas”</i>	31
2.1.3	<i>A Ditadura Militar</i>	35
2.1.4	<i>A Nova República</i>	37
2.2	Paralisações da Polícia Militar após a redemocratização	40
2.2.1	<i>O ciclo de protestos de 1997</i>	41
2.2.2	<i>A paralisação de 2011</i>	42
2.3	Apontamentos finais sobre Intervenções, Militarismo e Política	44
3	ITINERÁRIOS DE PESQUISA	46
3.1	“Objetivação” do pesquisador	50
3.2	Inserção nos estudos sobre violência e conflitos sociais	52
3.3	Encontros e reencontros em campo	53
3.4	Nos “bastidores” de uma campanha eleitoral	61
3.5	Pesquisando a polícia na política.....	65
4	CAMPANHAS POLÍTICAS E SEGURANÇA PÚBLICA NO CEARÁ..	67
4.1	Histórico de disputas pelo troféu da Segurança Pública no Ceará.....	70
4.2	Antigos agentes, novas facções.....	77
4.3	Segurança pública e a campanha de 2014 no Ceará.....	83
4.3.1	<i>Acusações entre facções: um universo simbólico em disputa</i>	87
4.3.2	<i>Estratégias de “união”, “proteção” e “conquista” na política da polícia</i>	90
4.3.3	<i>Desavenças entre apoiadores</i>	93
4.3.4	<i>Ajuda ou compra de voto?</i>	95
5	POLÍCIAIS MILITARES CANDIDATOS.....	98
5.1	Capitão Wagner, o líder.....	98
5.1.1	<i>Capitão Wagner, um vereador/candidato</i>	100

5.1.2	<i>Estratégias de uma candidatura</i>	101
5.1.3	<i>Conflitos políticos</i>	103
5.2	Cabo Sabino, o federal da Polícia Militar	103
5.2.1	<i>O Federal do Capitão Wagner</i>	105
5.2.2	<i>Propostas de campanha</i>	106
5.3	Coronel Bezerra, o deputado "contra a impunidade"	109
5.3.1	<i>Gestão como Secretário de Segurança</i>	111
5.3.2	<i>Candidatura ao Legislativo no Ceará</i>	112
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
	REFERÊNCIAS	121
	ANEXO A – FOTOS DA CAMPANHA ELEITORAL DE 2014	128

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é desenvolver uma análise sobre algumas das imbricações entre militarismo e política a partir de um contexto permeado de conflitos¹, sobre o qual lanço luzes através das tramas de atuação dos policiais militares, que por meio dos significados atribuídos às suas práticas cotidianas, construíram sua inserção no universo político-eleitoral. Desta maneira, a preocupação analítica deste texto está embasada na compreensão das estratégias acionadas por policiais militares candidatos aos cargos de deputado estadual e deputado federal no pleito de 2014 no Ceará, vinculadas diretamente à conquista da adesão dos votos, tanto dos operadores da segurança pública, como dos membros da sociedade civil em geral.

Neste sentido, este trabalho leva em consideração a realidade social dos candidatos, ao seguir as trilhas de suas trajetórias de vida, como também do local de fala dentro da corporação militar. A valorização das concepções morais entre os militares, que remetem de algum modo à “defesa do cidadão de bem”, à “preservação da família cearense” e ao “respeito às leis”, como também à “manutenção de uma sociedade coesa”, resguardando práticas aprendidas socialmente, e que por conta da “criminalidade” estavam sendo perdidas, perpassam o debate vivenciado entre os candidatos e os eleitores em 2014. Assim, a segurança pública surge como uma das principais pautas de representação política na eleição a que me dedico analisar.

A partir do exposto, esta dissertação levanta a preocupação de esmiuçar uma disputa pela adesão do voto entre os agentes que atuam em duas esferas inseridas no campo do poder: o campo militar e o campo político. Neste sentido, a referida eleição concentrou um discurso por “mais segurança”, que permeou as lutas dentro do campo político local, sendo possível identificar embates entre agentes sociais que utilizavam diversas estratégias nas disputas pela legitimidade da verdade, sendo essas o fio-condutor para traduzir não apenas a eleição em si, mas também para identificar as redes de relações que permeiam a política, a partir dos discursos produzidos sobre a temática. Deste modo, quero compreender como se

¹ Guiado por Marques (2007), penso a categoria conflito como norteadora para o entendimento das vivências, experiências e significados, acionando e produzindo relações.

dão as disputas dentro do campo político cearense e como candidatos policiais militares estão inseridos neste processo. Ao aprofundar esta questão, também pretendo entender como a política perpassa o universo militar, ao apresentar conflitos não só dentro de uma eleição, mas de perspectivas que perpassam a história da própria corporação.

Para tanto, me pergunto, por exemplo, se policiais, uma vez candidatos a cargos no Legislativo, nos embates para a conquista da adesão dos votos, estão incorporando novas práticas políticas ou estão reproduzindo a sua *hexis* militar? Ou seja, a partir de que práticas determinados policiais militares usam em suas campanhas estratégias para conseguir a adesão dos votos dos eleitores? Quais são estas estratégias e como são acionadas? O que leva eleitores a sentirem-se mais inclinados a manifestar seu voto a determinados candidatos do que a outros? Assim, se faz necessário entender qual o significado do voto atribuído por estes agentes, ao ter em vista que os dois campos em análise, o militar e o político, possuem atualmente práticas agenciais aparentemente distintas, levando em consideração o modelo democrático que é vivenciado no Brasil desde 1988, no qual os militares passaram a desempenhar um papel oficial menos expressivo.

Para costurar a colcha de retalhos deste percurso, recorri primeiramente ao dicionário online Aurélio da língua portuguesa, que apresentou como um dos significados possíveis para a palavra 'voto' como o "sufrágio ou a manifestação da opinião individual a respeito de alguma pessoa ou alguma coisa que queremos ou que não queremos que seja eleita ou posta em vigor". Neste contexto, é totalmente possível pensar o voto como uma deliberação exclusivamente individual, expressa pelo eleitor como a sua vontade.

Contudo, juntamente a isso, o mesmo dicionário acrescenta como sinônimos de voto os significados de "promessa solene, cumprimento de promessa e obrigação contraída moralmente por promessa feita". Nestes demais sentidos, o voto se refere à outra categoria, vinculada especialmente a 'obrigações superiores', muitas vezes religiosas, difíceis de serem quebradas. Estas percepções aparentemente díspares sobre o voto podem surgir como um gatilho para entender a complexidade do ato de votar em uma eleição, tendo em vista que para além da

vontade individual do agente existem figurações² formadas por eleitores e por candidatos, que permitem uma multiplicidade de opções inseridas nas possibilidades do real para a adesão do voto em uma campanha eleitoral de um referido candidato.

O voto, neste sentido, como aponta Palmeira (1992), parte de uma ideia de que as opções e racionalizações elaboradas pelos eleitores quanto à escolha de um determinado candidato estão inseridas nas concepções simbólicas compartilhadas socialmente. Estas obrigações podem ser sinalizadas não apenas entre candidato e eleitor, mas também com relações entre familiares, entre amigos, entre empregadores e empregados; o que torna complexa a escolha da adesão do voto, caracterizando as múltiplas figurações que nos levam a manifestar adesão à determinada candidatura ou não. Assim, como elucida Palmeira (1996), os eleitores aderem, ou são exigidos a aderir, de algum modo, as campanhas eleitorais.

Nessas circunstâncias, mais do que uma escolha individual, acertada ou não, o voto tem o significado de uma adesão. Numa eleição, o que está em jogo, para o eleitor – e a palavra serve para designar tanto aquele que está legalmente habilitado a votar quanto qualquer membro da comunidade a quem o processo eleitoral possa interessar – não é escolher representantes, mas situar-se de um lado da sociedade que, como lembramos acima, não é um lado fixo. (PALMEIRA, 1996 p. 45).

A partir da busca dos sentidos atribuídos ao voto, objetivo entender melhor as complexidades existentes na política, especificamente as considerações sobre a adesão a eleições, a partidos ou a pessoas. Deste modo parto de uma perspectiva relacionada à Antropologia da Política³, influenciada pela teoria de Pierre Bourdieu⁴; que apresentam chaves criativas de leitura para guiar a reflexão debatida neste trabalho.

Historicamente, a *Antropologia da Política* no Brasil ganhou força nos anos 1990, logo após a redemocratização; tendo suas pesquisas relacionadas à

² Norbert Elias (2006) considera que para pensar o conceito de figuração é necessário compreendê-lo a partir das relações sociais que formam o universo simbólico de seres humanos. Elas representam as possibilidades de inserção de cada indivíduo dentro de cada espaço possível de transformação. Cada figuração, frente aos indivíduos, possui uma maneira diferente de liberdade ou autonomia, assim, para Elias, este conceito surge para desvincular a dualidade entre indivíduo e sociedade.

³ Kuschnir, K. (2005) faz uma diferenciação entre os termos Antropologia Política e Antropologia da Política. A autora apropria-se do segundo termo por considerá-lo mais propício, pois este leva em conta uma maior preocupação sobre o objeto de pesquisa, ao ter com o objetivo “não confundir-lo com uma possível posição ideológica dos pesquisadores”.

⁴ A questão central que a antropologia da política se apropria do legado teórico de Bourdieu é a atenção que este dá à prática. É por meio das práticas que os agentes sociais constituem suas ações cotidianas, tendo como principal característica a sua construção estrutural e individual indivisíveis.

área publicadas especialmente através do Núcleo de Antropologia da Política da UFRJ (KUSCHNIR, 1997). Vários foram os universos pesquisados, nos quais é possível destacar trabalhos sobre eleições nas regiões Nordeste (BARREIRA, 1998) e Sul (CORADINI, 2001) do país, sobre movimentos sociais (CHAVES, 2000) e demandas por direitos no Brasil e no exterior (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998). Neste contexto, o fio condutor destas múltiplas temáticas caracteriza-se pelo modo de trabalhar a política a partir de uma perspectiva etnográfica e comparativa, respaldadas por trabalhos de campo (PEIRANO, 1998).

Entender como agem os agentes, levando em consideração o sentido que atribuem às suas ações, caracteriza-se como o fundamental metodológico desta abordagem. Assim, a Antropologia da Política busca “interrogar a política que é feita, que as pessoas dizem fazer, ou identificam como sendo feita por outros” (PALMEIRA; BARREIRA, 2006). Embasado neste princípio, Palmeira (1992) aponta que os antropólogos da política almejam inovar por meio de “visões sociologicamente positivas do lugar da política na sociedade e cultura brasileiras”, ao desconstruir a maneira ‘tradicional’ de analisar a política brasileira, que apresenta o voto dos eleitores guiado por uma perspectiva ‘ideológica’, ‘negativa’ ou ‘pessimista’, ao construir um discurso científico por meio das ‘faltas’. Segundo, porque estas perspectivas tendem a analisar a política como um meio institucional, esquecendo as relações microscópicas que a permeiam (GOLDMAN; SANT’ANNA, 1999).

Os antropólogos da política dedicam-se a entender como, em determinados contextos sociais, as relações de poder entrelaçam-se no cotidiano social por meio das práticas dos agentes. Goldman e Palmeira (1996) defendem a importância de se compreender como o trabalho antropológico sobre eleições pode se diferenciar, em certa medida, de outras disciplinas que abordam o mesmo assunto e que, nem por isso, esta abordagem perde o valor analítico sobre o objeto em estudo. Pelo contrário, os autores defendem que “certa tradição teórica e de pesquisa (antropológica) pode ser utilizada na construção de abordagens inovadoras” que pretendem analisar os processos que perpassam a sociedade, ou seja, “perceber como as estruturas sociais e simbólicas não apenas circunscrevem aquelas ações, mas atravessam diferentes unidades sociais, indivíduos ou não, inculcando-lhes significado.” (GOLDMAN; PALMEIRA, 1996, p. 1, 9).

Para tanto, partilho com Goldman e Sant'Anna, quando elaboram na obra "Elementos para uma análise antropológica do voto", a perspectiva que o esforço analítico se fundamenta na:

investigação do voto em sua densidade de escolha individual e agenciamento coletivo. Em outros termos, trata-se de mapear o conjunto de forças e processos globais que fazem com que as escolhas políticas caminhem nesta ou naquela direção. (GOLDMAN; SANT'ANNA, 1999, p.13).

É neste sentido que Sá (2015) ampara suas preocupações teóricas quando refere que poder, numa perspectiva antropológica, insere-se na busca de compreender o poder não como uma instituição ou ação acabada, mas sim uma agência repleta de significações e possibilidades, que se faz pertinente a partir das possibilidades que a ela são dadas pelos contextos sociais, revelando "mecanismos de decentramento e recentramento" (SÁ, 2015, p. 6).

Aqui enfatizo a afirmação da importância socioantropológica de que não se pode perder o local de análise do indivíduo, nem do coletivo, mas sim compreender como estes se entrelaçam e se fundem no corpo social.

Neste ponto, Heredia (1996) elucida os conceitos que fundamentam o recorte temporal e espacial desse trabalho. O tempo da política, conceito nativo acionado de diferentes modos em meu campo, como simplesmente "na política", é o momento em que a comunidade se entrelaça numa maior relação entre os eleitores e os políticos profissionais, ou seja, quando os eleitores são chamados para aderirem por meio do voto a alguma das facções em disputa.

Aqui, o tempo da política em questão está situado nas eleições que se iniciam em julho de 2014. Estes embates são realizados em locais pré-estabelecidos dentro da comunidade, caracterizados como os espaços da política, em que os conflitos sociais são demarcados e melhor observados. Para tanto, busca-se delimitar este espaço nas associações policiais, comitês dos candidatos e arredores dos quartéis da Polícia Militar.

É no tempo da política que as facções se mostram em sua forma plena. Palmeira (1996) enfatiza que é neste período que estas facções se caracterizam, ao mostrar quais políticos aderiram ou não a determinada candidatura.

É preferível lembrar que as facções, uma forma de organização política identificada por antropólogos e cientistas políticos em sistemas políticos os mais diversos, inclusive em muitos chamados Estados modernos, têm como um de seus traços mais consensuais não serem permanentes. (PALMEIRA, 1996, p. 43).

Ou seja, elas são fomentadas por circunstâncias de conflitos e embates, que apenas são visivelmente determinados a partir da proximidade com o tempo da política. É possível destacar a maleabilidade das facções ao observar o Ceará, que há menos de um mês do início da disputa eleitoral de 2014, muitas facções ainda não haviam anunciado os candidatos ao governo do estado.

Assim, Palmeira (1996, 1998) nos faz perceber a importância que a adesão pelo voto constitui para a disputa, ao pensar que esta possibilidade está inserida nas micro-relações que decidem apoios de lideranças, e que a mim interessa saber como se fundamentam as estratégias utilizadas para a conquista da adesão destes apoios.

De acordo com a proposta supracitada, Barreira (2004) e Kuschnir (2002) propõem a importância de observar os significados da ritualização existentes no tempo da política, enfocadas nas falas dos atores e nas construções emotivas que passam a se configurar como uma retórica de campanha tanto de eleitores como de candidatos.

Neste contexto, proponho compreender como se orquestrou a construção das candidaturas do Capitão Wagner, do Cabo Sabino e do Coronel Bezerra, ao observar que suas trajetórias de vida compartilham em comum as ligações de pertencimento - profissionais e afetivas - com a Polícia Militar do Ceará.

Capitão Wagner iniciou sua “vida militar” como aluno da escola Gal. Edgard Facó, para a formação de oficiais⁵. Durante os doze anos atuou como oficial, trabalhando em vários postos do interior e da capital cearense. Ficou conhecido politicamente por fazer oposição ao governador Cid Gomes, questionando ações que considerava desrespeitosas aos policiais cearenses, a exemplo da quantidade de horas nas escalas semanais e de reclamações quanto ao soldo da categoria. Em 2010 tornou-se suplente de deputado estadual, em 2011 foi um dos principais

⁵ Estudada por SÁ (2002), que apresentou um aprofundado debate sobre como se constroem as relações entre oficiais, corroborando para a manutenção de uma hierarquia e disciplina entre militares.

líderes da greve da PM do Ceará, em 2012 foi eleito vereador de Fortaleza, e no pleito de 2014 foi eleito deputado estadual.

Cabo Sabino é bombeiro militar. Atuou mais de dez anos como membro da diretoria da Associação dos Cabos e Soldados do Ceará. Em 2011 foi uma das principais lideranças da greve da PM do Ceará, estando na condição de presidente da associação citada. A primeira vez que se candidatou a um cargo legislativo foi em 2014, quando alçou a condição de deputado federal.

Coronel Bezerra é oficial da Polícia Militar do Ceará. Atuou durante muitos anos em cargos de gerência da segurança pública estadual. No segundo mandato de Cid Gomes tornou-se secretário de segurança pública do estado do Ceará. Em 2014 candidatou-se a deputado estadual, não obtendo êxito.

Assim, escolhi estes agentes inseridos em um evento específico porque, como defende Bourdieu (2011), se faz necessário escolher uma determinada realidade empírica para que o universo simbólico ao qual problematizo, seja apresentado como uma configuração possível do real, o que me leva a afirmar que a partir deste estudo é possível inferir questionamentos sobre como são alicerçadas as esferas que disputam e almejam espaços de poder.

Portanto, na expectativa de expor ao leitor uma apresentação das práticas agenciadas por policiais militares candidatos ao legislativo no Ceará nas eleições de 2014, eu dividi este texto em quatro capítulos. O primeiro capítulo trata das aproximações entre o campo militar e o campo político, propondo que esta relação apresentou-se sempre conflituosa e ambígua no decorrer da história brasileira e cearense. O segundo capítulo contempla a minha inserção em campo, como também as problemáticas que enfrentei ao pesquisar a “polícia dentro da política”. O terceiro capítulo se preocupa com as especificidades das eleições de 2014 no Ceará, abordando a formação das facções que disputam o poder no período citado. Por fim, o último capítulo aborda a trajetória e as estratégias utilizadas por três policiais militares candidatos ao legislativo; dois ao cargo de deputado estadual e um ao cargo de deputado federal.

Como *lócus* de pesquisa, escolhi o comitê central do Capitão Wagner de Sousa, que funcionou durante os últimos dois meses de campanha como o local

físico a que me dirigia semanalmente para conversas com policiais e demais apoiadores do candidato.

Um segundo momento foram as caminhadas, os comícios e as reuniões, nas quais eu surgia, muitas vezes, como mais um entre os espectadores. Nestas, comuniquei-me com vários dos presentes, que emitiam suas opiniões sobre os candidatos mesmo sem serem perguntados. A escolha deste local se deu a partir da representação do candidato entre os militares.

Neste intento, ressalto que não é possível desvincular o contexto histórico do militarismo brasileiro e da segurança pública cearense que contribuíram para o atual estado do campo político em análise. Seguindo as trilhas de Garland (2008), acredito que a preocupação deste trabalho está, além de analisar as eleições de 2014, em

indicar as forças que deram à luz as práticas atuais e identificar as conduções históricas e sociais das quais elas ainda dependem. O objetivo não é pensar historicamente o passado, mas sim, através da história, repensar o presente. (GARLAND, 2008).

Deste modo, procuro problematizar neste trabalho representações produzidas sobre os militares, contextualizando-as com as questões específicas do período aqui analisado.

2 INTERVENÇÕES, MILITARISMO E POLÍTICA

O objetivo deste capítulo é apresentar historicamente como se desenvolveu o enlace entre os militares e a política brasileira a partir de suas intervenções e percepções já problematizadas na literatura produzida sobre a temática. Deste modo, procuro entender as dicotomias nos discursos desta organização, apresentada por alguns de seus membros como um “organismo moderador” da política nacional, sendo acionada somente em casos de necessidade para a manutenção da legalidade.

Como é possível constatar, os militares participaram e participam ativamente das lutas políticas no país, constituindo a sua inserção dos mais variados modos, desde intervenções –armadas ou não – à ocupação de cargos considerados de prestígio nos centros do poder, tendo estes o caráter eletivo ou por indicação de confiança.

Assim, apresentarei aqui um rápido apanhado histórico das disputas e das reclamações dos militares para com os civis no Brasil. Juntamente a isso, aprofundando este debate no final deste capítulo, também proponho observar as imbricações destas demandas históricas no estado do Ceará.

2.1 A política do militarismo

Com a promulgação da constituição de 1967, foi garantido a alguns militares⁶ a possibilidade de alistamento eleitoral, proporcionando a esses a chance de votar e de se candidatar a cargos eletivos. Com o advento da redemocratização brasileira realizada no ano de 1985, que possibilitou a constituição da Nova República datada de 1988, foi caracterizado um novo panorama sobre os direitos políticos desta profissão.

Diferente do que muitos pensam, aos militares estendeu-se a possibilidade de candidaturas a cargos eletivos a praticamente todos os postos e

⁶ Segundo a Constituição de 1967, em seu art. 147, parágrafo 2º “Os militares são alistáveis, desde que oficiais, guardas-marinhas, subtenentes, suboficiais, sargentos ou alunos das escolas militares de ensino superior para formação de oficiais”. Esta designação exclui a maioria dos praças.

patentes⁷ das Forças Armadas e Forças Auxiliares. Contudo, algumas barreiras foram criadas para tornar a participação desta categoria menos frequente. Eis alguns exemplos: se o militar estiver em serviço há menos de dez anos, ao candidatar-se, afasta-se de suas atividades sem a oportunidade de ingressar na reserva remunerada, perdendo o vínculo empregatício com a instituição. Já aqueles militares que possuem dez ou mais anos de serviços prestados, ingressam na reserva remunerada a partir da diplomação como eleito; caso não eleito, voltam após o período de campanha às suas funções⁸.

Somado a isso, a Constituição de 1988 indica a incompatibilidade da filiação de um militar da ativa a partidos políticos. Tais medidas foram adotadas para se diferenciar o universo permitido as práticas militares do outro universo relacionado às práticas políticas partidárias⁹, dando ao militar apenas a oportunidade de concorrer em uma eleição por meio de uma “filiação temporária”, iniciada após a confirmação dos candidatos numa convenção partidária, sendo esta cancelada logo após o fim do período eleitoral.

2.1.1 Das origens até 1930

É válido destacar que o processo de ‘distinção’ entre as funções militares e as funções políticas iniciou seu debate muito antes da promulgação da Constituição de 1967, confeccionada pelo Golpe de Estado promovido em 1964, que inaugurou um período de vinte e um anos de governos militares no Brasil. Desde que o Brasil foi colônia de Portugal, a influência militar se destacou como um dispositivo de proteção e segurança do território colonial, tendo surgido várias cidades a partir da construção de fortificações no litoral. Neste período os militares também atuavam como gestores ou governantes locais.

⁷ Excetuando-se aqueles militares que se encontram de acordo com o artigo 14, parágrafo 2º, em serviço militar obrigatório.

⁸ Art. 53 do Código Militar da Polícia Militar do Ceará.

⁹ Funções políticas profissionais são debatidas a partir da utilização de partidos no jogo político, tendo como característica uma forma racional de organização para a obtenção de objetivos claros e determinados. Ou seja, ele se constitui a partir da associação de indivíduos que possuem um interesse individual, que por meio da instituição o transforma em interesse em coletivo. Esta estratégia se fundamenta na articulação de uma comunidade na busca pelo controle da dominação social, contudo ela não se restringe a um controle estritamente político. Assim, o partido tem o objetivo de conseguir poder, bens e honra para seus líderes e seguidores. (WEBER, 2012).

Isso acontecia porque à época em Portugal, e conseqüentemente no Brasil, as altas patentes militares eram vinculadas aos títulos de nobreza, sendo os líderes dos exércitos pertencentes às famílias abastardas, detentoras dos poderes político, econômico e militar. Este modelo, em muitos casos, prejudicou a profissionalização das forças armadas; tendo os governos europeus, ainda no século XVIII, instituído novas exigências para o exercício da carreira militar.

A partir destas exigências, até mesmo os filhos das classes privilegiadas deveriam passar por um rigoroso treinamento para o cumprimento da função. Este movimento de profissionalização coadunou com a institucionalização de um novo modelo europeu de civilização, em que, como aponta Norbert Elias, as classes nobres passaram a criar modelos de segregação cada vez mais visíveis, instituindo-se um processo de mutabilidade de determinados *status* de classe na sociedade, constituídos por dispositivos de distinção entre os nobres e as demais camadas sociais na formação do processo civilizador, as quais acabaram relegando parte de suas atividades militares (1994).

É possível analisar o referido processo de mudança de *habitus* profissional da elite a partir da inserção de novos costumes considerados valiosos socialmente, em que o guerreiro passa a perder o seu prestígio social em detrimento de um novo '*lorde cavaleiro*'.

Somado a isso, o Exército francês, que instituiu seu modelo em vários países europeus durante a expansão napoleônica, aderiu à criação de escolas de formação de oficiais, "o que tornou menos comum um nobre começar a carreira como coronel, enquanto as promoções por tempo de serviço deram ao oficial não privilegiado uma oportunidade de subir na profissão" (SCHULZ, 1994).

Este processo, aos poucos, abriu possibilidades para um novo público na ocupação das funções militares. Deste modo, quando pensamos o período imperial brasileiro, é possível destacar que os militares consolidaram um novo perfil político e tecnocrático como uma nova elite, em oposição ao perfil bacharelesco, relacionado diretamente aos doutores em direito, filhos da elite local.

É certo que durante todo o Império o oficialato do Exército foi formado por membros de uma classe intermediária brasileira, destinando para as classes baixas

os postos subalternos da corporação (2006). Somado a isso, a partir de 1850, o Exército brasileiro passou por uma transformação, inspirado especialmente nos modelos europeus, que assimilou ensinamentos tecnológicos através, especialmente, da engenharia e da matemática, destacando-se entre os novos cadetes aqueles já filhos de militares e membros da ‘baixa burguesia’.

Com o novo perfil de membros das forças militares, foi criado um movimento que fomentou queixas quanto à desequiparação dos salários e das demais condições da carreira militar em comparativo aos civis (SCHULZ, 1994). Estas ações alargaram o distanciamento entre estes dois grupos administrativos, tendo os militares apelidados os bacharéis em direito de “legistas”.

Deste modo, um dos principais debates entre civis e militares constituía-se no valor do soldo da categoria – categoria, neste ponto, entenda-se os oficiais. Por meio do processo em que possibilitou às ‘classes menos favorecidas’ uma maior inserção entre o oficialato no universo militar, o que ocasionou a perda de prestígio político desta categoria para os bacharéis em direito, formados principalmente em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Recife; como também, graças aos baixos investimentos do Governo Imperial, as Forças Armadas não conseguiram manter um número elevado de militares na instituição. Como aponta John Schulz (1994) sobre a situação do Exército no século XIX:

O debate anual sobre a lei de fixação das forças provocava pouco entusiasmo e geralmente dele só participavam aqueles poucos militares ou ex-militares que haviam conseguido entrar para o parlamento. Entre 1850 e 1861, a força em tempo de paz do Exército variou aproximadamente de 16000 e 19500 homens, enquanto em tempo de guerra essas cifras flutuaram entre 21000 e 27000. O tamanho real do Exército sempre foi alguns de milhares de soldados abaixo do número oficial em virtude das numerosas deserções. Era difícil encontrar voluntários e a maioria das vagas era preenchida através do recrutamento forçado (...) Os salários baixos, as punições com açoite e as abomináveis condições de vida tornavam o Exército pouco atraente até mesmo para as classes mais pobres. (SCHULZ, 1994, p. 36).

Somado a isso, durante o Império, a representação dentro do parlamento dos militares não era considerada por eles próprios como suficiente, sendo estes poucos representantes derrotados em disputas pelos parlamentares civis que viam os militares com desconfiança.

Outros conflitos engendraram-se a partir de oficiais superiores que se punham contra determinações de ministros e generais quanto a questões consideradas internas à instituição, mas que recebiam influência de outros membros do poder público que, para os militares, não deveriam se intrometer em assuntos da corporação.

As queixas versavam principalmente quanto aos riscos que alguns oficiais corriam de serem transferidos ou não promovidos em detrimento daqueles que se alinhavam as ordens superiores. Ainda ressalta Schulz (1994) que as “Promoções injustas e deportações políticas de oficiais não eram criações dos ministros da década de 80 [1880]; desde a época de O Militar [década de 1850] os oficiais se queixavam desses problemas”. (p. 97). Outra relação de conflito estava também relacionada às condições de sujeição e desrespeito do oficialato para com militares de menor posto ou patente – como veremos mais adiante, problemáticas que até hoje fomentam intensos debates e conflitos entre praças, oficialato, governos estaduais e o Governo Federal.

Neste sentido, a tentativa de afastamento dos militares do centro do poder pela elite civil se deu de modo “agressivo”, segundo Coelho (1974), por conta de alguns fatores. Primeiro é possível apontar que muitos brasileiros lembravam-se da “experiência com tropas coloniais portuguesas [o que] inspirou a população uma ‘natural’ repulsa pelo elemento militar” (p. 34). Outro fator está na crítica feita aos militares de quererem empregar seu “modelo de gestão” profissional, com leis duras e um modo de vida regrado de acordo com as normas de superiores a todo o país. Porém, a questão fundante que promovia o conflito entre os legisladores – no caso os bacharéis em direito – e os militares era a lealdade destes últimos ao Império. Deste modo, os ‘legistas’ defendiam desorganizar o sistema militar, tendo como meta;

desarmar o poder central, nitidamente projetado na figura do Imperador, permanentemente disposto a utilizar o Exército para conter os movimentos de autonomia regional ou reprimir violentamente as tentativas de subversão do regime. (COELHO, 1974, p. 39).

Assim, na primeira constituição datada de 1823, os legisladores pretendiam diminuir o poder do Imperador como principal agente executivo e passar esta prerrogativa aos membros do parlamento. Neste ponto, o Exército era a força

que se encontrava como empecilho para este projeto, sendo a instituição a principal segurança do poder imperial. Aponta Coelho (1974) que esta lealdade do Exército para com o poder central se deu por a maioria dos oficiais não serem brasileiros natos, dedicando à casa portuguesa de Bragança sua fidelidade. Assim, ser fiel aos Bragança era também ser fiel a Portugal.

Neste sentido a criação da Guarda Nacional surge como importante ferramenta do grupo liberal para o enfrentamento político e militar do Império. Com o desmantelamento do Exército, esta outra força, comandada por um civil – o ministro da justiça – defenderia muito melhor os interesses dos políticos de cada estado, já que estava organizada regionalmente, tendo estas forças suficientes para intervir em suas ações. Soma-se a este ponto a queda do número de militares, tendo em vista que os liberais caracterizavam o Exército como instituição de segunda categoria, em detrimento da Guarda Nacional, que recebia mais recursos e que seus soldados atuavam próximos de seus locais de origem.

Segundo os autores, a situação de ‘desvalorização’ das Forças Armadas mudou por um breve espaço de tempo por ocasião da guerra do Paraguai. Neste período, os escassos recursos que eram destinados ao Exército chegaram ao montante de 50% de todo o orçamento do Governo Imperial. Contudo, logo após o período de guerra e a morte do Duque de Caxias em 1880, os referidos valores foram reduzidos drasticamente a apenas 8% do orçamento geral. Entre os militares ressurgiu com maior intensidade as reclamações quanto a suas condições de manter a Instituição, apontando com humilhantes o modo como o Governo Imperial tratava os membros do Exército.

Neste ínterim, o apoio irrestrito das Forças Armadas ao Imperador passou a ser questionado, o que não acontecia em grande escala enquanto Caxias comandava a instituição. Como aponta Coelho (1974), à liderança de Caxias foi além do exercício dos postos de alto comando militar, alçando também a condição de líder carismático, como apontaria Weber, apresentado como o ‘soldado modelo’ para as novas gerações¹⁰.

¹⁰ Celso Castro (2002) também debate a importância do Duque de Caxias na consolidação de uma “unidade” do Exército. Desta vez como figura construída no imaginário social dos militares, exaltando-se o perfil militar de um grande soldado em detrimento das intervenções políticas que os

Com a morte do principal líder do Exército, também se criou uma vacância do papel de figura exponencial que Caxias era considerado. Destarte, abriu-se a possibilidade de ascensão de novos líderes entre as fileiras da instituição. Isto propiciou que o Exército também fosse palco de debates ideológicos, o que proporcionou a consolidação de grupos diversificados entre seus membros preocupados com questões políticas. Os referidos grupos tiveram sua origem na camada civil da sociedade; porém influenciaram vários membros das Forças Armadas, principalmente os alunos da Escola Militar e os jovens oficiais. As três principais correntes foram: o positivismo, o abolicionismo e o republicanismo.

Entre os positivistas, a principal liderança era o professor da escola de oficiais Benjamin Constant, que gozava de prestígio entre os alunos da própria escola como também entre os jovens oficiais. Contudo, Constant não possuía inserção como líder carismático entre os militares mais antigos, principalmente aqueles pertencentes ao alto comando das Forças Armadas. Vendo como problemática a ascensão de Constant, o Governo buscou transferir para o Marechal Deodoro da Fonseca tal incumbência, apelando para a hierarquia e para a antiguidade, que são duas formas de distinção importantíssimas até hoje para o militarismo, com o objetivo de consolidar entre os militares uma nova liderança que fosse fiel ao Império.

Porém, os dois militares citados e os seus seguidores, por questões distintas, constituíram-se como grupos que continuaram a criticar, cada um a sua maneira, o modo como os civis atendiam às demandas do Exército. É verdade que Deodoro foi formado pelo e nutria demasiado respeito ao Governo Imperial, mas não se absteve de criticar o “desrespeito para com os militares”, que em seu ponto de vista lutaram pelo país na Guerra do Paraguai e que protegiam a legalidade. Já os jovens oficiais atribuíam outras críticas ao Império, alicerçadas no impedimento ao direito de expressão, especialmente baseados na doutrina do soldado-cidadão¹¹.

militares realizaram na República Velha. Deste modo, Caxias é hoje considerado o patrono do Exército brasileiro. Esta questão é retomada mais a frente.

¹¹ A ‘ideologia’ do soldado-cidadão foi fomentada pelo grupo de Benjamin Constant visando à conscientização social da importância do soldado como um cidadão que merecia viver a vida pública e política do país como qualquer outro. Em certa medida, é possível dizer que os militares mais velhos também se apropriaram deste discurso para realizar um contraponto à elite civil, mostrando que a importância da instituição era demasiada para a sociedade brasileira. Já os jovens oficiais propunham que para além do papel que o Exército propicia na sociedade, ele também é a

Sem dúvidas, este modo diferenciado de ver o papel do militar na sociedade seria uma das principais questões que dificultou as relações entre Deodoro e Constant logo após a instauração do regime republicano. Deste modo, caso não existisse uma pressão exercida pelas bases do oficialato, Deodoro possivelmente não abandonaria a defesa do sistema monárquico pelo republicano, muito menos aceitaria a sua presidência. É possível dizer que, como bom soldado, o que o Marechal fez foi aceitar mais uma incumbência para o 'bem' e para a manutenção do Exército. Assim, é possível afirmar que:

a interpretação destes atos oficiais pelos militares da época teria sido exatamente idêntica à reinterpretação deles recentemente publicada por outro militar: a república teria sido o artifício de que se serviu o Exército para não perecer. (COELHO, 1974, p. 46)

Como visto, o campo militar se apresentou desde o império como local de intensos debates e posicionamentos; ora reformistas, ora defendendo a manutenção do *status quo*. Na complexificação histórica deste processo, o período conhecido como Primeira República, compreendido entre 1889 e 1930, teve uma participação preponderante dos militares. Primeiro porque foram eles quem garantiram a derrocada do Império, assumindo o comando do Brasil em 1889 e nos três anos subsequentes; também porque foram os militares que em 1930, depois de mais de 30 anos de governos civis, retomaram o poder.

Deste modo, este momento da história brasileira esteve delimitado por dois movimentos interventores das forças armadas. Todavia, esses não foram os únicos. É possível destacar pelo menos quinze intervenções militares realizadas pelo Exército e pela Marinha que se configuraram como momentos históricos relevantes para a compreensão das relações entre política e militarismo¹². Neste período, a maior parte das insurgências foi organizada por oficiais subalternos, tendo os oficiais superiores surgidos algumas vezes no cenário político para tentar consolidar ou reificar os laços de unidade nas Forças Armadas¹³.

A institucionalização de um novo regime no país, ao ter como o presidente e o vice-presidente dois marechais, não propiciou, de imediato, uma

força que deveria constituir um novo mecanismo de modificação do sistema político vigente. (CARVALHO, 2006).

¹² Carvalho (2006), em as Forças Armadas e Política no Brasil, apresentou um rico panorama sobre os movimentos reivindicatórios das forças armadas brasileiras nos primeiros anos do século XX.

¹³ Com exceção do Manifesto dos Generais.

unificação entre os grupos que já afloravam suas desavenças no final do império. Como citado, as divergências entre os oficiais superiores e os subalternos e intermediários, além dos próprios alunos da escola militar, constituíram-se como um dos principais entraves do novo governo republicano.

Corroborando com tal problemática, o treinamento e o recrutamento dos oficiais foram considerados dois dos principais problemas entre as fileiras da instituição. Na República, o novo governo passou a ser comandado, em sua maioria, por militares “tarimbeiros”¹⁴. Para estes antigos oficiais, a Escola Militar produzia apenas “bacharéis fardados, a competir com os bacharéis sem farda das escolas de Direito”, o que propiciou a consolidação da “ideia do soldado cidadão”, que desde o final do império e o início “da república passou a integrar a ideologia das intervenções militares no Brasil” (CARVALHO, 2006 p. 25).

Deste modo, a participação dos militares na política é notada em várias manifestações e intervenções que ajudaram a construir um capital social suficientemente significativo consubstanciado nas práticas e nas agências desta categoria.

Entre as intervenções militares deste período é possível destacar o tenentismo, ou “revolta tenentista”, caracterizada por alguns setores militares como desestabilizadora da hierarquia da instituição. Contudo, o tenentismo não ocorreu em apenas um momento histórico, sendo possível identificar o primeiro movimento tenentista entre os anos de 1889 e 1904 e o segundo movimento tenentista entre os anos de 1922 e 1930.

É possível enquadrar o primeiro tenentismo como o movimento republicano de 1889, capitaneado ideologicamente pelos jovens oficiais. Como dito anteriormente, estes não possuíam número nem poder suficiente para conseguir a derrubada do Império caso houvesse uma disputa pelas armas. Assim, a participação de Deodoro na ascensão republicana foi fundamental, pois este

¹⁴ Tarimbeiros é a nomenclatura pejorativa utilizada pelos jovens oficiais para referirem-se aos oficiais mais velhos, que tinham como primordial o exercício do militarismo e da guerra como mote de unificação das forças armadas. Os tarimbeiros referiam-se à guerra do Paraguai, por exemplo, como uma grande vitória do Brasil. Já os “bacharéis fardados” referiam-se a esta mesma guerra como uma catastrófica ação do Exército que deveria ficar no passado, sendo as medalhas de guerra classificadas entre os alunos da Escola Militar como símbolo de cochichos depreciativos e chacotas.

conseguiu congregar a união daqueles oficiais superiores que possuíam dúvidas quanto ao engajamento no evento, construindo o discurso, como aponta Carvalho “para vingar as afrontas que ele [o Exército] recebia do governo” (CARVALHO, 2005, p. 45).

Durante os quatro anos de governos militares, as disputas entre Exército e Marinha, como também entre os oficiais superiores e subalternos (positivistas), pelo modo como os militares deveriam agir com o poder nas mãos, causou um descompasso na “unidade” defendida por Deodoro, que a essa época já havia falecido.

O círculo de protestos dos militares subalternos, que apregoava um caráter mais democrático nas relações militares só foi encerrado com o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha, comandada por Constant, no ano de 1904. Esta conjuntura conflituosa dentro da própria instituição militar, que era abalada pelas quebras de disciplina e hierarquia, proporcionou aos civis a retomada do poder, desta vez ocupando a Presidência da República.

Durante o período da República do Café com Leite, como era conhecida a alternância de membros da elite política de São Paulo e Minas Gerais no governo do país, o militar Hermes da Fonseca, sobrinho de Deodoro da Fonseca, assume por quatro anos a presidência do Brasil. Este período ficou conhecido como Hermismo. Como aponta Carvalho (2005)

O hermismo se deu num contexto já muito distinto do de 15 de novembro e das lutas do primeiro quinquênio da República. A candidatura de Hermes enquadrava-se dentro do jogo da política dos estados, e só pôde surgir e vencer graças ao desacordo entre Minas e São Paulo e à divisão interna de Minas. [...] As ambiguidades do Hermismo indicavam que as elites políticas que controlavam o sistema republicano já tinham perdido parte da confiança do Exército e já o aceitavam como parceiro político, embora apenas como solução precária para impasses. (CARVALHO, 2005 p. 50).

O que é necessário ressaltar é que esta maior confiança para com os militares se deu, em grande parte, por os alunos da Escola da Praia Vermelha não mais existirem desde 1904, sendo suas atividades transferidas para o Rio Grande do Sul. Esta decisão livrou a capital, em certa medida, das insurgências e deu-lhe uma maior estabilidade política na gestão pública. Somado a isso, segundo Coelho (1974),

Intensificou-se a profissionalização e modernização do Exército. Este processo não se deveu, evidentemente, a qualquer mudança na mentalidade das chefias civil e militar, mas a fatores de outra ordem. Em primeiro lugar, o conflito mundial e as inovações que resultou na arte da guerra despertaram um natural interesse na área militar. No Brasil, onde o exército prussiano fora considerado como o modelo a imitar, a ascendência francesa resultou em estímulo para o conhecimento das novas formas de organização e de estratégia militares. Em segundo lugar, a atividade dos 'jovens turcos' havia se imposto à consciência profissional dos militares. Em terceiro lugar, e por causa das regras do jogo político, e não a despeito delas, o Governo acolheu de bom grado a tese da relação entre profissionalização e de apolitismo militar. (COELHO, 1974 p. 83).

É razoável apontar que o Governo, além de acolher de bom grado esta "profissionalização" do Exército, também viu que esta seria a saída para exercer sobre a organização um poder eminentemente civil, forçando-a a obedecer às leis, mantendo-se a serviço dos políticos governantes.

Em certa medida é possível apontar que a "boa relação" entre militares e civis não produziu o efeito esperado. Isto porque os jovens oficiais continuaram a questionar vários dos procedimentos do governo federal. Estas questões foram especialmente formuladas, ganhando maior notoriedade, a partir de 1922, quando conflitos entre o presidente Artur Bernardes e o Exército afloraram.

Os oficiais mais velhos atuaram para amenizar a situação, contudo o movimento que exigia respeito aos militares que se constituiu em 1922, foi intensificado em 1924 e por fim em 1930, produzindo, segundo Carvalho (2006), uma nova "questão militar". Como aponta Coelho, as principais querelas apresentadas pelos oficiais eram:

As condições materiais de vida, oportunidades de ascensão na hierarquia, gratificações de natureza profissional. Estes fatores foram conectados, em seguida, à presença de determinadas condições organizacionais: formação profissional deficiente, incompetência das chefias, falta de renovação do quadro de oficiais superiores. (COELHO, 1974, p. 84).

Porém, o número de envolvidos neste processo contestatório não foi elevado o suficiente para se consolidar como força para o enfrentamento dos republicanos. Assim, a principal estratégia destes militares foi aproveitar que as relações entre os estados encontravam-se problemáticas, postando-se ao lado do Rio Grande do Sul para intervir no cenário político nacional.

2.1.2 Os “anos Vargas”

Mesmo com a implementação de um novo modelo de governo, entre os anos de 1930 e de 1937, não deixaram de ocorrer várias revoltas entre as fileiras das Forças Armadas; e foi apenas com a consolidação do Estado Novo que se instituiu dentro do Exército um projeto hegemônico capitaneado por Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra (CASTRO, 2002), que se pôde observar uma nova conjuntura na organização disciplinar entre os militares.

Com a revolução de 1930, foi novamente afirmada entre os quadros do Exército brasileiro a importância da unidade da instituição militar, ao buscar afastar a instituição de debates políticos presentes na sociedade. Como aponta Castro (2002), o objetivo foi “a criação de mentalidades homogêneas, de um novo estado psicológico no corpo de oficiais”, destituindo destes as ideologias e inserindo a disciplina militar, ao mesmo tempo em que “valorizava” os direitos de cada um. Este movimento foi engendrado não apenas no Brasil, mas muitos países europeus inspiraram este processo que repercutiu em um novo olhar sobre os sentimentos e as demandas nacionais. Como aponta Elias (1997)

A maioria das nações-Estado soberanas e interdependentes que formam a figuração de equilíbrio de poder no século XX produzem um duplo código de normas cujas exigências são inerentemente contraditórias: um código moral proveniente dos setores em ascensão do *tiers état*, igualitário no caráter, e cujo valor supremo é o “homem” – indivíduo humano como tal; e um código nacionalista derivado do código maquiavélico dos príncipes e da aristocracia dominante, de caráter não-igualitário, e cujo valor supremo é uma coletividade – o Estado, o país, a nação a que um indivíduo pertence (ELIAS, 1997, p. 146).

Este projeto enfrentou resistências, tendo que desempenhar um forte processo simbólico, ao apresentar novas ressignificações sobre pessoas e fatos históricos presentes na trajetória da instituição militar. Deste modo, o Exército surgiu como uma “instituição nacional, herdeira de uma tradição específica e com um papel a desempenhar na construção da Nação brasileira” (CASTRO, 2002, p.13).

O papel almejado, segundo Castro (2002), era fomentar no seio das forças armadas uma desvinculação do papel político da instituição, ao promover sua unidade interna, que foi distanciada pela grande quantidade de movimentos existentes entre os militares após a Proclamação da República.

Como resposta aos movimentos tenentistas na década de 1920, o Governo Federal consolidou a figura de Duque de Caxias como um dos principais símbolos do militarismo a ser seguido. Para Castro (2002), a ascensão de Caxias como ídolo maior do Exército se deu por esse personificar a institucionalização e profissionalização da corporação, afastando-se das disputas políticas internas, exercendo a função para a qual as Forças Armadas foram criadas: a unidade nacional. Com este mesmo discurso de unidade, que também se apregou a necessidade de se defender a consolidação dos princípios militares entre os soldados e os oficiais de baixa patente.

Neste espírito, o conteúdo das mensagens transmitidas pelos chefes militares em relação a Caxias e ao Dia do Soldado teria o objetivo de funcionar simbolicamente, no plano inteiro à instituição, como um 'antídoto' contra a indisciplina e a politização dos militares. (CASTRO, 2002, p.20)

Assim, a escolha do aniversário de nascimento do Duque de Caxias como a data para se comemorar o dia do Soldado concatenou com o objetivo da manutenção de um projeto militar hegemônico de conservação das estruturas hierárquicas não só do Exército, mas também da sociedade brasileira, ao ter em vista que "o culto a Caxias" recebeu incentivos, como conferências pronunciadas e posteriormente publicadas, como também a publicação da biografia do "invicto soldado".

Um dos principais investimentos do Exército se consolidou na reutilização da nomenclatura de cadetes e numa nova especificação do papel destes jovens entre os militares. Como já apresentado, outrora a Escola Militar era o centro de fervorosos embates intelectuais, por conta disso se objetivou que esta perdesse este posicionamento para constituir-se como o local propício da reprodução ideológica do Exército como principal organização na manutenção da ordem e da unidade nacional. Deste modo, o principal objetivo da reformulação da Escola de cadetes era:

Para além da preservação da ordem republicana, os grandes objetivos da Revolução eram 'salvar a Nação' e 'manter a integridade da Pátria. A identificação do Exército com conceitos abstratos da pátria e nação unificava a instituição, afastando-a, no plano simbólico, dos conflitos políticos e ideológicos presentes na sociedade. (CASTRO, 2002, p. 39).

Paralela à reformulação da Escola Militar, existiu também entre os bastidores do Exército uma revanche a um "inimigo" que desde 1917 se apresentava

cada vez mais forte, o comunismo. Nas fileiras do Exército, o principal representante desta corrente foi Luís Carlos Prestes, um dos principais líderes do segundo tenentismo, que aderiu ao comunismo após 1930. Como aponta Castro (2002), os comunistas intensificaram sua participação política com revoltas militares no Nordeste e no Sudeste do Brasil, investida conhecida como Intentona Comunista. Por conta do contexto político, Getúlio Vargas promoveu uma forte retaliação aos militares que viram no comunismo uma chance de tomada do poder, alegando principalmente a quebra da hierarquia e da disciplina nas fileiras da corporação militar.

Relevante pensar que entre os dois lados da disputa houve interpretações diferentes sobre a real intenção do movimento. O lado vencedor, o governista, proporcionou uma investida ideológica contra o comunismo entre os jovens oficiais, reafirmando em cerimônias anuais a importância que o movimento anticomunismo desempenhou e deveria continuar desempenhando para o fortalecimento do nacionalismo brasileiro.

Neste período, a consolidação do Exército como instituição detentora de um capital político e a solidificação de sua imagem como algo necessário para a sociedade brasileira passou a ser cada vez mais difundida entre os membros das Forças Armadas, como também, e principalmente, para a sociedade civil.

Este momento do Exército, segundo Coelho (1974), ficou conhecido como 'fase de ativação', na qual, após 1930, foi cada vez mais possível observar que a utilização de mecanismos e processos instituídos na conscientização da categoria, coadunando com que "a sociedade civil compelida a ajustar-se às demandas de um Exército cada vez mais consciente de suas possibilidades" (p. 129).

Os primeiros anos de Vargas no poder puseram questões dos militares em evidência. Segundo Carvalho (2006), entre 1930 e "1934, ano da constitucionalização do país, houve 51 incidentes envolvendo militares de todos os escalões, compreendendo agitações, protestos e revoltas" (p. 104). É válido ressaltar que as principais demandas foram envidadas por militares de baixa patente, que "passaram a exigir reformas em sua situação funcional e propor reformas radicais na própria sociedade" (p. 104).

O referido movimento de “politização” do papel do Exército na sociedade brasileira ganhou força nos anos subsequentes como uma instituição indispensável para o bom funcionamento da sociedade, ao passo que também eram desarticuladas dentro da instituição outros modelos ideológicos relacionados a outras vertentes de pensamento que possivelmente discordavam do modelo proposto pelo governo para se empregar as atividades dos militares.

O auge deste processo de consolidação de um “perfil unificador” deu-se no Estado Novo, o qual seguiu as orientações militares sugeridas por Góes Monteiro ao Presidente Vargas. Nestas centravam-se o desenvolvimento nacional promovido pelo Estado de braços dados com as Forças Armadas, desmontando a política partidária e ao mesmo tempo a política no Exército, pela política do Exército (CARVALHO, 2006).

Porém, os conflitos não deixaram de surgir. Muitos dos militares do alto corpo de oficiais que apoiaram Getúlio Vargas em seu golpe em 1930 deixaram o governo após este voltar suas atenções aos trabalhadores das grandes cidades. Como aponta Carloni (2012), para os militares, Vargas preferiu aderir a uma agenda populista, ao invés de manter o Brasil num caminho de ordem e desenvolvimento alicerçado em sólidos princípios nacionais. Este contexto provocou uma debandada de muitos oficiais para a oposição ao regime, propiciando instabilidades e a possibilidade de um golpe de estado.

Mas não é possível pensar as Forças Armadas simplesmente como uma instituição “golpista”. Já em 1955, com a eleição de Juscelino Kubitschek e João Goulart para, respectivamente, a presidência e a vice-presidência do Brasil, houveram novas investidas políticas a partir dos militares. Kubitschek e Goulart representavam a continuidade de um projeto “nacionalista” capitaneado na década passada por Vargas, que havia morrido¹⁵ em 1954.

¹⁵ Existe um intenso debate que problematiza se Vargas, ao causar a sua própria morte, teria adiado um golpe de estado em 1954 para 1964. Como aponta Ferreira (2012), a conjuntura política nacional, internacional, como também dentro do próprio Exército, apontam que estes dois movimentos não podem ser entendidos simplesmente como uma mesma conjuntura. É possível sim dizer que Vargas desequilibrou o golpe de estado de 1954, impedindo-o. Em 1964 o Exército como o Brasil já se encontravam com outras questões políticas “preocupantes”, como é o caso de uma maior investida sobre o comunismo, que Cuba havia aderido.

Esta eleição foi um momento seminal para se entender a exacerbação de conflitos nas fileiras do Exército brasileiro daquela época. De um lado, encontravam-se os militares, em sua maioria de alta patente, que apoiavam a tomada do poder por uma facção mais conservadora da sociedade civil; por outro lado existiam alguns militares dos baixos escalões das Forças Armadas, que apoiavam a manutenção da “legalidade”, defendendo a posse do presidente eleito, como também generais, a exemplo do ministro Lott, que viam na manutenção dos resultados eleitorais uma forma de manter a estabilidade brasileira.

A partir desta situação, surgiu com demasiada força a possibilidade de um golpe orquestrado pelos grupos que se encontravam descontentes com o modelo governista desde Vargas. Neste sentido, a ação da “facção legalista” do Exército foi fundamental para a posse dos eleitos. Como aponta Carloni (2012), as motivações de tal atuação se deram por este grupo considerar que um golpe seria uma:

Ameaça à constituição e à democracia, já que, na interpretação de Lott e dos oficiais leais ao ministro, o Exército deveria obedecer ao poder constituído de acordo com a lei, não havendo exceções; a manutenção da hierarquia dentro do Exército; a ofensa à honra do Ministro da Guerra; e, por fim, a pressão interna realizada pelos outros grupos (CARLONI, 2012 p.165).

2.1.3 A Ditadura Militar

A ditadura militar marcou um novo processo nas relações entre civis e militares no Brasil. Se num primeiro momento os militares atuaram como atores participantes e decisivos na política nacional, agora esta categoria se cristalizou durante vinte e um anos como a principal detentora do poder político e institucional do país. Como aponta Dreifuss e Dulce (1983),

A partir de 1964 as Forças Armadas se tornaram um ator político reformulado, desdobrando-se (tensionando-se) para desempenhar uma multiplicidade de papéis políticos e ao mesmo tempo pressionado por um conjunto de reivindicações e interesses freqüentemente contraditórios. (DREIFUSS; DULCE, 1983, p. 135).

Neste sentido, os militares encontravam-se num local, inseridos no campo do poder, que há muito eles mesmos questionavam as atitudes daqueles que outrora ocupavam o seu atual lugar. Este novo “local de fala” também provocou tensões e problemáticas quanto à maneira de administrar as demandas exigidas por outros grupos sociais.

A situação aqui apresentada também está inserida nas concepções morais dos militares. Num primeiro momento, esta categoria procurou implementar seu modelo de vida a partir de do modo com a categoria enxerga o mundo, impondo suas necessidades como instituição nas primeiras demandas a serem resolvidas no campo político e administrativo do Estado.

Uma das primeiras demonstrações de poder foi a tomada de postos estratégicos dos civis, tornando estes de ocupação estrita dos militares. Outra questão inserida neste processo foi a mudança de “quem pedia a quem” favores e postos na administração pública. Antes cabia aos civis liberar militares de suas atividades funcionais para servir em outras funções públicas. Agora, os militares eram os detentores deste poder, o que causou um novo pêndulo nas disputas pelo poder entre estas duas categorias.

É válido ressaltar que as demandas da elite muitas vezes iam ao encontro com as próprias concepções desempenhadas pelos militares. O que causou uma distinção entre os políticos. Um primeiro grupo continuou ao lado dos militares, mas dividindo com estes, e muitas vezes abaixo destes, na hierarquia estatal.

Já com outro grupo, os militares construíram uma “ruptura sócio-política representada pelo “saneamento” da área política, pela marginalização dos líderes de porte nacional e pela fragmentação da estrutura partidária, resultando num vácuo político e administrativo preenchido por tecno-empresários e militares. (DREIFUSS; DULCE, 1983 p. 151).

Neste sentido, as Forças Armadas proporcionaram uma reformulação em seus posicionamentos, tornando suas ações mais coesas, ao também expulsar muitos dos militares descontentes com o novo modelo administrativo empregado. Assim, tornaram-se mais “articuladas, diferenciadas e interdependentes da sociedade civil” (DREIFUSS; DULCE, 1983 p. 151).

Contudo, um processo de aproximação das elites foi formulado, principalmente em se tratando de questões econômicas. Existiu nos anos posteriores uma aproximação entre os militares e as elites. Na verdade, muitos militares se tornaram agentes atuantes no campo industrial como no financeiro. Exemplo disto, como aponta Lemenhe (2008), é o caso dos Bezerra de Meneses no Ceará. Estas relações entre militares e empresários criaram um “complexo empresarial-militar, uma articulação de interesses da corporação militar e de uma

vasta rede de empresários privados” (DREIFUSS; DULCE, 1983 p. 165).

O processo de abertura se deu, em grande medida, por além das demandas sociais, os militares não conseguiram dar conta das várias atividades que acumularam durante os mais de vinte anos de governo. Esta situação propiciou uma reformulação das demandas, as quais versavam principalmente pela disposição de direitos cerceados pela população em geral.

Assim, as Forças Armadas privilegiaram grupos políticos que melhor coadunassem com a continuidade de seus interesses. Perpetrados nas ações voltadas à “identidade nacional” e à manutenção de um status da instituição inscrita no “corpo do país”.

2.1.4 A Nova República

Com a tramitação da passagem da ditadura para a chamada Nova República, houve, da parte dos militares, uma preocupação com um possível “revanchismo” dos civis para com esta categoria. Este contexto, contudo, se enquadrava em outra percepção existente entre os altos oficiais, que acreditavam “que a transição era necessária, e que a sucessão de governos militares deveria encerrar-se” (CASTRO, 2001, p. 15).

É válido destacar que esta dualidade causou nas fileiras das Forças Armadas uma problemática quanto ao posicionamento de seus membros, pois mesmo a instituição apregoando a necessidade de deixar o poder, nem todos os membros assim concordavam. Porém, Castro (2001) esclarece que estes acontecimentos surgiram como fatos isolados, não dificultando a eleição de Tancredo Neves à Presidência da República.

Neves aparece no cenário político como um negociador e um conciliador entre os civis e os militares, o que despertou a confiança desta última categoria. Tal percepção foi intensificada com a posse de José Sarney, devido a uma doença que pegaria de surpresa Tancredo Neves, impossibilitando este assumir a presidência. Sarney proporcionou aos militares uma elevada estima em seu período de governo, concedendo-lhes aumentos salariais e pondo-os como pilares essenciais na manutenção de seu governo. Além disso, o então presidente propiciou a alguns

generais um local de importância na administração pública. Esta ação proporcionou a estes generais poder suficiente para intervir em ações consideradas como “perigosas” para o futuro da corporação militar, especialmente ao ver os exemplos de países vizinhos que empregaram duras retaliações aos governos ditatoriais que precederam ao movimento democrático na América Latina.

Mas as relações entre civis e militares não perderam seu caráter conflituoso. A primeira “batalha” a que os militares se dispuseram enfrentar após a redemocratização foi a elaboração da Constituinte de 1988, na qual, como aponta Castro (2001), estes saíram vitoriosos em quase todos os pontos a que pretendiam atingir, como:

A manutenção do serviço militar obrigatório, que interessava principalmente ao Exército, e a manutenção do controle da aviação civil, ponto de honra para a Aeronáutica. Entre os pontos importantes, havia também posições contrárias a mudanças no *status quo*: contra a criação, naquele momento, do Ministério da Defesa; contra o fim da Justiça Militar; contra a ampliação do *habeas data* para a documentação dos serviços de informações. (CASTRO, 2001, p. 18).

Somado a isso, existiam dois pontos considerados pelos militares como essenciais. O primeiro é a manutenção de oficias e praças que “desrespeitaram a hierarquia e a disciplina” na reserva, mesmo que a estes fossem concedidas bonificações financeiras. A segunda, mais importante, seria a manutenção do *status* das “Forças Armadas como mantenedoras da lei e da ordem, em caso de convulsões internas” (CASTRO, 2001, p. 19).

Mesmo conseguindo a aprovação parcial ou integral destes textos na constituição de 1988, aos militares este documento apresentou-se como mais uma resposta ao passado do que um olhar para o futuro, caracterizando, em certa medida, um revanchismo. Isto porque, como elucida Carvalho (2006), as principais mudanças que se sucederam tiveram um mote em comum de “tornar as intervenções inconstitucionais e dar legitimidade aos que a elas se opuserem, particularmente dentro das próprias Forças Armadas” (CARVALHO, 2006, p. 134).

Isto posto, perpetrou um sentimento consolidado a partir da campanha de 1990, na qual Fernando Collor de Melo foi eleito presidente da República. Aos militares, Collor se caracterizava como figura excêntrica, que inspirava pouca confiança, contudo a ele foi dado um voto de confiança por seu adversário ser Luiz

Inácio Lula da Silva, que disputava a presidência pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Em seu governo, Collor extinguiu o Serviço Nacional de Informação (SNI), retirou o *status* de ministério de vários órgãos militares, além de vender apartamentos funcionais utilizados pelas Forças Armadas (CASTRO, 2001).

Outros acontecimentos causaram entre os militares uma “sensação” de afronta à honra da instituição. A primeira delas foi a detonação de uma base que supostamente era utilizada pelas Forças Armadas em atividades nucleares para fins militares, na qual houve uma grande cobertura da imprensa. Um segundo ponto, considerado mais complexo, foi que Collor não compareceu às comemorações da vitória militar sobre a Intentona Comunista, sendo o primeiro presidente desde 1935 a não prestigiar tal evento. Neste sentido, como aponta Castro (2001), os militares apontam que o governo de Fernando Collor foi “muito ruim” para as Forças Armadas, tendo “a sensação de que Collor tentava deliberadamente ‘espezinhar’ os militares, tratando-os não apenas com ‘um desprezo total’, mas, pior que isso, ‘com a intenção de machucar’” (CASTRO, 2001, p. 27).

Quanto ao movimento pelo *impeachment* do presidente Collor, os ministros militares atuaram:

contrariando uma histórica ‘vocação messiânica’, os militares se mantiveram em posição estritamente institucional, sem pronunciamentos ou ameaças de golpe ou intervenção a pretexto de ‘salvar’ quer o presidente, quer a nação. [...] limitaram-se a dizer que seu papel era o de respeitar a Constituição e o processo político legal. (CASTRO, 2001, p. 27).

Como analisa o autor, não é possível asseverar que os militares constituíram este contexto sozinhos. A conjuntura internacional, com o fim da guerra fria e uma nova configuração democrática no Mercosul, não abria muitas possibilidades para se intervir numa situação que poderia ser resolvida democraticamente. Além do que um golpe mal sucedido poderia resultar num resultado problemático para as Forças Armadas, que já se queixavam das atuais condições de trabalho.

Já com Itamar Franco as relações do Governo com os militares foram consideradas pelos chefes das Forças Armadas mais amenas. Atendeu às solicitações da categoria, como os aumentos dos vencimentos além de, pelos os militares, ser considerado um governante justo em suas ações.

No Governo de Fernando Henrique Cardoso, o que mais chamou a atenção foram dois pontos. O primeiro foi a criação do Ministério da Defesa, que em sua formulação sofreu problemáticas quanto ao entendimento dos militares na formalização das competências desta nova pasta. Contudo, a sua fundação proporcionou uma nova perspectiva entre as relações entre civis e militares, apontando rumos distintos aos que já haviam sido percorridos.

Um segundo ponto seria a restituição das famílias que haviam perdido parentes em enfrentamentos com a ditadura. Em alguns casos, como do guerrilheiro Carlos Marighella e do ex-militar Carlos Lamarca, as falas que apontavam para o desrespeito cometido aos militares eram constantes. Contudo, os generais, mesmo com os “brios feridos”, procuraram afastar-se destas questões, afirmando que as restituições eram problemas políticos, não militares.

2.2 Paralisações da Polícia Militar após a redemocratização

Com as Forças Armadas aparentemente saindo de cena no jogo político, após a redemocratização, os militares não deixaram de atuar no contexto histórico brasileiro. Isto porque as demandas desta categoria foram realocadas por suas Forças Auxiliares, especificamente a Polícia Militar. Esta categoria realizou várias manifestações e paralisações, o que denotou um forte teor reivindicatório em suas demandas.

Para compreendermos as paralisações dos policiais militares ocorridas no Brasil nas últimas duas décadas, é necessário observar que estes movimentos não são pontuais, nem deslocados das questões que permeiam a Polícia Militar brasileira. Na realidade, eles representam os estopins das reclamações de praças que exigem por consideração e por reconhecimento por parte do Estado.

As referidas demandas foram inicialmente articuladas no ano de 1997, quando em Minas Gerais um movimento de graduados reivindicava um aumento salarial de 60%, dado há época apenas aos oficiais. Após as reivindicações em Minas, mais treze estados aderiram ao Ciclo de Protestos, tendo estes incorporado às pautas as condições de trabalho e agressões vivenciadas diariamente nos quartéis. No ano de 2012, outro Ciclo de Protestos foi articulado com praticamente as mesmas demandas, porém a conjuntura política apresentou uma situação diferenciada.

Para os policiais militares, ao se levar em consideração como os governos estaduais administraram os conflitos com os praças, tornou-se possível observar que estes asseguraram uma dominação imposta à tropa pela manutenção da hierarquia e da disciplina. A utilização dessa estratégia de poder esteve diretamente ligada ao desrespeito e à desconsideração do indivíduo como pessoa detentora de direitos. (SILVA NETO, 2013). A partir daí, as referidas agressões reverberaram como um insulto moral, ao provocar um sentimento compartilhado entre os policiais. (SILVA NETO; SÁ, 2014).

2.2.1 O ciclo de protestos de 1997

Foi num contexto histórico construído por ambiguidades entre militarismo e política, que me deparei efetivamente com a temática das paralisações das polícias militares no Brasil, e em seu caso específico no Ceará. Almeida (2010), ao debruçar-se sobre a temática, classificou como ciclo de protestos os movimentos paredistas da PM no ano de 1997. Sua conceituação se deu porque os referidos movimentos aderiram a pautas similares, que mesmo atingindo contextos sociais distintos, foram entrelaçados por suas demandas, construindo uma “unidade”.

No estado do Ceará, ano de 1997, vários policiais militares participaram de uma assembleia convocada pela Associação dos Cabos e Soldados, que tinha por objetivo questionar as condições de trabalho e salários impostos pelo governo. Há época, a direção da ACS era diretamente ligada à Casa Militar da PM do Ceará. Contudo, seu presidente se via rodeado de praças que reclamavam constantemente das condições de trabalho oferecidas pelo Estado, mas por outro lado, também nutria respeito aos vínculos construídos com a direção da Polícia Militar. Tal situação lhe impôs problemas quanto à constituição de sua autonomia na direção da entidade.

Após uma caminhada que percorreu várias ruas da cidade de Fortaleza, os policiais paredistas entraram em confronto com a tropa de Choque. Com o conflito, muitas lideranças foram demitidas da instituição, como também perderam seus soldos e benefícios. Tiveram de procurar outras profissões, não despontando como indivíduos capazes de levantar as queixas da corporação por meio de seus discursos e demandas.

2.2.2 A paralisação de 2011

Em 2011 foi possível sinalizar a reorganização de outro Ciclo de Protestos no Brasil, engendrado por um “profissionalismo sindical” ainda em construção na Polícia Militar. Tal afirmação é legitimada a partir de análises sobre as ações e discursos articulados pelas lideranças da categoria, ao observar que em muitos conflitos surgiram policiais militares que, pelo carisma e principalmente pela capacidade de articular em seus discursos as demandas da tropa, tornaram-se novos referenciais de respeito e de liderança.

No Nordeste, a exemplo do Ceará e da Bahia, alguns dos líderes dos movimentos paredistas conseguiram alcançar cargos parlamentares. Em outros estados, como Rio Grande do Norte e Pernambuco, é notória a existência de representantes da classe que pautaram discussões ao Governo. Assim, a atuação política destes policiais sinalizou a construção de um sentimento de confiança compartilhado pela tropa, que antes não conseguia ser articulado adequadamente pelo Comando Geral da instituição.

Organizada pela Associação dos Profissionais de Segurança Pública do Ceará – APROSPEC, em 2011 aconteceu à primeira manifestação dos policiais militares após quinze anos do movimento reivindicatório de 1997. Realizada no dia 19 de dezembro de 2011, a manifestação foi denominada de sábado vermelho, constituindo-se como um movimento que visou apresentar à condição de submissão e desrespeito dos policiais dentro da PM, além de se configurar como preparativo para a organização da Assembleia Geral da Polícia Militar do Estado do Ceará, ocorrida no dia 29 de dezembro de 2011, no Ginásio Poliesportivo da Parangaba, na cidade de Fortaleza.

A Assembleia Geral da Polícia Militar caracterizou-se como um momento limiar na experiência profissional de vários operadores da segurança pública. Alguns com mais de vinte anos de corporação, participantes do movimento de 1997; outros, com poucos anos, apresentaram uma aparente unidade nas reivindicações da categoria.

Esta pretensa “unidade” foi construída a partir das ações e das expressões corpóreas produzidas coletivamente pelos policiais. Como exemplos,

está o uso de blusas vermelhas, a cor característica do movimento; de capuzes, com o intuito de evitar uma possível identificação pelo Comando Geral da PM através de policiais que poderiam estar infiltrados; e, somado a isso, enquanto vários representantes da classe discursavam, foram emitidas palavras de ordem, gritos e uivos pelos demais policiais, apresentando um cenário de partilha de sentimentos entre os presentes ¹⁶.

Estes sentimentos, até então encorajadores, após a deflagração da greve surgiram como incógnitas sobre um futuro incerto dos manifestantes da corporação. Foi necessário um intenso engajamento por parte das lideranças do movimento a fim de convencer aos paredistas sobre a necessidade do direito da categoria de se manifestar.

Nos vários dias da greve foi criado um grupo de trabalho que se dirigia diariamente para reuniões de negociação com o governo ¹⁷. Essas negociações, por vezes, resvalaram em impasses para a administração do conflito. Vários oficiais foram ao local do evento com o objetivo de compreender como aquela manifestação se configurava. No entanto, foi relatado em vários depoimentos o quanto os praças desconsideravam a autoridade dos oficiais. Um jovem soldado, em uma entrevista concedida a mim, afirmou que no período da paralisação, quando encontrava com um oficial no quartel “era o mesmo que não existir, quando eles passavam ninguém batia continência.” (Entrevista concedida no dia 9 de janeiro de 2013).

Esta situação propiciou no local da greve um ‘aparente’ estado de anomia ¹⁸, em que as leis e as ordens provenientes de superiores passaram a ser

¹⁶ Mauss (1979) iluminou este cenário, ao lançar luzes sobre obrigatoriedade que os sentimentos compartilhados assumiram numa sociedade dita primitiva. Aqui defendemos que os sentimentos também puderam ser articulados em torno de problemáticas sociais que insurgem numa sociedade complexa, ao denotar um forte apelo emotivo compartilhado não espontaneamente. Um debate sobre o assunto pode ser visto em: Mauss, M. **Expressão obrigatória dos sentimentos**. In: R. Cardoso de Olivera (org) Mauss. São Paulo: Ática, pp.65-74.

¹⁷ Simmel (1977) discute o que faz um grupo mudar suas características de centralização de poder durante os tempos de paz e os tempos de guerra. Sublinhando os problemas enfrentados entre os alfaiates londrinos e seus patrões, aponta que nos momentos de maior intensidade do conflito os trabalhadores, que outrora se reuniam em assembleias dispersas, passaram a construir uma unidade de grupo capaz de enfrentar seus superiores. Cada pequeno albergue passou a indicar um representante, que formavam um comitê, cujo objetivo era eleger outro grupo ainda menor, capaz de tomar as decisões a serem seguidas por todos. Simmel explica que esta união de grupo se dá, pois quando em ‘guerra’, é necessário que um grupo mantenha uma união a partir do ‘despotismo’.

¹⁸ Na realidade, o que foi possível observar foi o surgimento de uma nova ordem, com novas lideranças, alicerçadas em outras formas de dominação, especialmente a carismática.

descumpridas ou questionadas com maior intensidade. Para além disso, a representação simbólica de respeito e submissão dos praças ao oficialato – no caso específico da continência – foram suspensas. O que poderia indicar que as regras do jogo não estavam postas somente pelos princípios morais militares.

O último dia de paralisação se configurou como o estopim da desconsideração da tropa da Polícia Militar sobre os oficiais, tendo os policiais militares ameaçado de parar todas as suas atividades. Os líderes grevistas procuraram não se isolar do contexto social. Na realidade, estes buscaram apoio de outras lideranças para constituir um capital social suficientemente significativo com o intuito de conseguirem manter uma força de negociação nas relações de conflito entre governo do estado e policiais. Tais tentativas foram propostas a líderes religiosos, a empresários e a outros representantes civis que possuíam influência direta no campo do poder. Algumas destas investidas políticas podem ser exemplificadas pelas reuniões com empresários representantes do setor do comércio do Centro de Fortaleza, que reclamavam a perda dos lucros no referido período, tendo em vista que seus comércios foram fechados devido a sensação de insegurança perpetrada nos dias de paralisação.

Por fim, após uma última reunião, o Governo do Estado aceitou os pontos solicitados pelos policiais, e juntos determinaram prazos para o cumprimento destes. Assim, na madrugada do dia 03 de janeiro de 2012, anunciou-se o fim da paralisação de seis dias da Polícia Militar do Ceará.

2.3 Apontamentos finais sobre Intervenções, Militarismo e Política

É possível notar que na história das Forças Armadas brasileiras se apresentaram dois discursos. O primeiro é que, quando “fora do poder”, os militares produziam queixas quanto a suas insatisfações de não reconhecimento de seu papel social. Neste sentido, é nítido que as reclamações políticas e ideológicas dos militares versam sobre a busca por consideração e por reconhecimento da condição de pessoa e de direitos que a eles são negligenciados pelo governo a que estão subordinados – discurso este elaborado quando não estão diretamente à frente das decisões. O outro discurso está diretamente ligado à apropriação e utilização dos valores e da moral militar, que deveriam ser compartilhados socialmente, por levar

em consideração que os princípios militares engrandecem o país e a aqueles que o seguem.

Deste modo, os militares criaram diversas estratégias para conciliar as suas demandas com o contexto político e social vigente. Instituído práticas políticas que não só representassem aquilo que achavam corretas, como também propiciaram novos olhares sobre o papel da instituição na história brasileira e cearense.

3 ITINERÁRIOS DE PESQUISA

O trabalho de produção dos dados desta pesquisa foi realizado num período de dez meses, compreendidos entre março e dezembro de 2014. Durante este tempo, recolhi três fontes, através das quais procuro adentrar com maior profundidade ao universo político/militar¹⁹. A primeira fonte consiste no uso de jornais televisionados e impressos, blogs e propagandas políticas apresentadas pelos e sobre os candidatos. A segunda fonte enquadra-se em entrevistas realizadas com agentes que de alguma forma integravam o processo eleitoral, entre os quais se destacavam os coordenadores de campanha, os assessores políticos, os policiais militares que realizaram trabalho “voluntário”²⁰, além dos próprios candidatos. Por fim, tento construir um trabalho de campo suficientemente significativo entre as reuniões, os comícios, os comitês e os demais locais e eventos que tive a chance de acompanhar e frequentar nos meses que precederam às eleições.

A produção dos dados acompanha três momentos cronológicos definidos pelos próprios agentes como também pela regulamentação eleitoral, os quais são: a pré-campanha, a campanha e a pós-campanha. No primeiro período, o material foi obtido principalmente em jornais, em revistas e na internet; a partir dos quais pude montar um mapa inicial dos partidos, facções e agentes sociais envolvidos na organização de alianças e disputas no processo eleitoral. Nesta fase, agrupei os dados sem um contato diário com os agentes sociais.

¹⁹ Umberto Eco (2012) destaca três fontes para uma análise científica: “dados oficiais, declarações dos interessados e boletins de escuta” (p. 29). O autor considera os dados oficiais como os mais seguros e os mais difíceis de ter acesso. As declarações de informados, ou seja, de pessoas que se caracterizam como relevantes para o evento em análise, também se qualificam como dados objetivos sobre o assunto estudado. Eco considera que uma entrevista estruturada, na qual os entrevistados possam ter a chance de responder as mesmas questões, pode trazer uma maior confiabilidade aos dados. Por fim, o que o autor caracteriza por boletins de escuta pode ser analisado como a inserção pelo cientista, acompanhando diariamente as ações sociais produzidas por seu campo. O texto de Eco pode nos guiar numa perspectiva estrutural de nosso tema. Ele, junto a outros autores, nos ajuda a compreender como deve ser o trabalho metodológico do sociólogo.

²⁰ O trabalho voluntário é uma categoria nativa elencada na campanha tanto por apoiadores como pelos próprios candidatos. Realizar um trabalho voluntário, numa acepção geral do termo, demonstra o não interesse particular do indivíduo ao realizar determinadas atividades. Os benefícios, neste ponto, caracterizam-se como coletivos. Ou seja, no discurso dos agentes existe uma relação de desinteresse individual em prol de um interesse coletivo.

A segunda fase de pesquisa esteve diretamente ligada ao momento da campanha eleitoral. Nesta, além da contínua acumulação das matérias jornalísticas, acompanhei os três meses de campanha a partir do dia-a-dia dos candidatos militares. A participação em comícios, reuniões, passeatas, além do acesso privilegiado de acompanhar um dia do candidato a deputado estadual Capitão Wagner, e uma manhã do candidato a deputado federal Flávio Sabino. Neste momento, também realizei entrevistas em profundidade com candidatos, assessores e apoiadores de campanha. Junto a isto, estive semanalmente no comitê do capitão Wagner de Sousa, além de cinco visitas ao comitê do coronel Bezerra.

No terceiro momento, após as eleições, participei da festa da vitória do Capitão Wagner e do Cabo Sabino, organizada em um clube de forró na cidade de Fortaleza. Em seguida, nos últimos dois meses voltei a compilar os dados expostos em jornais, revistas e no site do Tribunal Superior Eleitoral (TRE), com o objetivo de obter informações sobre o resultado e a repercussão da campanha dos candidatos.

Neste itinerário de pesquisa, o uso de um banco de jornais, de entrevistas realizadas com o auxílio do gravador e do diário de campo como meios de se registrar e sistematizar dados sobre o objeto em análise se caracterizou como fundamentais para conseguir minimamente compreender como os policiais dão sentido as suas ações a partir de suas práticas, sejam elas consideradas por eles políticas ou não²¹.

a) Os jornais

O uso dos recortes de jornais e materiais similares se constitui como uma importante ferramenta. Primeiro, porque os jornais surgem como uma rica fonte para guiar as primeiras indicações da montagem das peças do quebra-cabeças deste trabalho. Isto porque eles foram, neste caso, o meio que me manteve informado, em grande parte, dos acontecimentos do dia-a-dia da política estadual e da polícia militar.

²¹ Seguimos as trilhas apontadas por Freitas et al (2009), que ao proporem uma análise sobre as polícias militares de Alagoas e do Ceará, defenderam que os pesquisadores deveriam envidar “um conjunto de procedimentos metodológicos que possibilitasse à investigação de campo o mergulho necessário nos esquemas de percepção desses atores, no sentido de compreendê-los por meio das conexões de sentido por eles construídos” (p. 19)

O segundo ponto para refletir sobre os jornais seria pensá-los como mais uma fonte política. O modo como são escritas as notícias, os pontos abordados sobre as ações de determinados políticos, e como estes se utilizam das manchetes para sua autopromoção ou para contestá-las (BONELLI, 1996), faz dos jornais um mecanismo de divulgação das agências políticas a serem acionadas pelos policiais-políticos e aqueles que compartilham o mesmo conflito eleitoral.

Por fim, a percepção das linguagens acionadas pelos veículos de comunicação constituem também estes como próprios como um agente político, em suas múltiplas faces e dimensões. Isto significa dizer que para além de informar, os jornais também, como o pesquisador, não estão isentos de posicionamentos políticos e morais que, em muitos casos, são apresentados à sociedade como notícias imparciais.

b) A entrevista em profundidade

As entrevistas em profundidade caracterizam-se como uma importante ferramenta para se registrar e compreender as relações que permeiam o campo em análise. É possível destacar dois pontos como importantes para a utilização desta técnica. A primeira importância das entrevistas em profundidade é a sua utilização para a realização de um mapeamento detalhado das posições e dos valores construídos socialmente pelos policiais, que seriam muito mais difíceis de realizar sem a utilização desta técnica. Segundo, porque a utilização do gravador, aparelho utilizado recorrentemente em entrevistas, se caracteriza como uma peça fundamental para a demonstração dos conflitos em campo, tendo em vista o medo de determinados policiais em discutir assuntos considerados por eles como “perigosos” ou “comprometedores”, quando acionado, como demonstrado mais adiante.

Quanto a uma questão epistemológica sobre as entrevistas, é necessário pensá-las não como algo mecânico, mas como uma ferramenta metodológica a ser seguida, pela qual seja possível entender como as práticas dos agentes são elaboradas a partir de suas percepções e sentimentos que interpelam o conhecimento sobre o real - ou melhor, como aquilo que os agentes sociais compreendem como real.

A ideia principal das entrevistas é sinalizar como os entrevistados compreendem determinadas situações; ou seja, existe aí uma questão psicológica a ser vivenciada pelo entrevistado. Na entrevista, também, pode existir uma relação autoritária entre o entrevistador e aquele que responde as perguntas. Tal relação se dá, pois, o entrevistado não tem conhecimento total sobre aquilo que ele deve responder. (HAGUETTE, 2013). Em consonância ao supracitado, para Poupart (2012, p. 215)

de um lado, as entrevistas constituem uma porta de acesso às realidades sociais, apostando na capacidade de entrar em relação com as outras. Do outro, essas realidades sociais não se deixam facilmente se apreender, sendo transmitidas através do jogo e das questões das interações sociais que a relação de entrevista necessariamente implica.

Desta forma, para o autor, as entrevistas surgem não para defender um lado, mas sim para entender o significado atribuído por determinados atores às ações sociais praticadas por eles mesmos e por seus grupos, ao considerar que o entrevistado “é capaz de explorar, em grande parte por si mesmo, as dimensões de sua existência” (POUPART, 2012, p. 224). A entrevista, mesmo tendo o interesse em compreender um dado momento, também deve abordar o contexto histórico em que o entrevistado está inserido. Assim, uma análise retrospectiva se mostra pertinente para entender o sentido das ações sociais realizadas pelo agente.

Porém, em algumas situações, uma entrevista, com o uso de um gravador, pode se desenrolar de modo à complexificar o campo em que se atua. No caso em análise, o gravador causou complicações quanto à permanência em campo. Quando, algumas vezes, enquanto eu estava entrevistando um determinado policial numa associação de classe, os demais que não me conheciam colocavam-se assustados com a possibilidade de eu ser algum membro do Comando Geral ou da Justiça Militar. Como demonstrado mais adiante.

c) O diário de campo

Pesquisar a polícia é algo complexo, tendo, como diria Bayley (2006), que “redobrar a desconfiança” produzida pela presença do pesquisador, pois esta instituição é repleta de problemas quanto à presença do desconhecido. Ainda no ambiente político, no tempo de campanha eleitoral, estes atores sociais não diminuem a desconfiança sobre as intenções do pesquisador, ao passo que

representam um posicionamento questionado pelo fato de suas falas e ações em outros momentos contradizerem-se.

Vale ressaltar, como diria Weber (1983), que as avaliações dos agentes sociais são realizadas a partir das concepções de mundo deles próprios, as quais buscam a verdade ao combater os juízos de valor de outros agentes. Concatenado com este princípio, Poupart (2012) expõe que as “condutas sociais não poderiam ser compreendidas, nem explicadas, fora da perspectiva dos atores sociais” (p. 216). Deste modo, entrecruzo as ações e os discursos dos analisados, para poder conferir uma relevância metodológica e epistemológica ao trabalho. As quais, em contraponto às entrevistas individuais, são possíveis identificar as diferenças entre as práticas nativas a partir de determinados contextos sociais. Como exemplo, se caracterizam os significados dados à violência, a política e a moral, que puderam ser compreendidas a partir das práticas e dos discursos dos agentes.

3.1 “Objetivação” do pesquisador

Desde cedo os militares me causaram um estranhamento, pois mesmo nunca tendo entendido muito bem o que significa “ser militar”, esta profissão sempre se apresentou no dia-a-dia de minha família. Quando penso em militares, em minhas lembranças está um avô, sargento reformado da PM, falecido antes mesmo de eu nascer, que só tive a chance de conhecer através das histórias contadas pelos familiares. Dentre elas, as relacionadas à bravura em serviço por ter perdido o movimento de uma mão num tiroteio entre “os bandidos e a polícia”. Segundo, porque meu pai, a exemplo do meu avô, quis seguir o caminho militar, mas devido à altura mínima exigida foi rejeitado nos testes. Assim, esta incumbência restou para o filho mais novo, que atualmente é suboficial do Exército. E, ainda hoje, na terceira geração, o meu irmão se dedica à aprovação no concurso para cadete das Forças Armadas.

Este, sem dúvidas, poderia ser o meu destino, afinal ser militar está nas possibilidades reais da minha trajetória. Porém, o caminho traçado por mim alçou outros itinerários, seguido por outros desejos. E estes desejos, muitas vezes, concatenaram-se com a vontade de prestar contas com a nossa própria história de vida, causando no início uma confusão, que mesmo depois de alguns anos de

leituras ainda me faz perguntar: porque mesmo eu escolhi este tema para escrever uma dissertação de mestrado?

Essa mesma pergunta me fiz para entender como passei a “gostar de política”, a “fazer política” e a “estudar política”. Ainda na infância, enquanto residente numa cidade do interior do Ceará, pude acompanhar desde cedo as atividades políticas locais. Carreatas, comícios e os ainda permitidos showmícios eram cenários de discursos²² e performances²³ que recheavam a disputa eleitoral. Desde modo, desde o ano 2000, numa campanha para prefeito e vereadores, um fato inusitado chamou minha atenção: um candidato anunciava numa rádio local que desistiria de concorrer ao cargo majoritário porque ele e sua família haviam sido “jurados de morte” caso continuasse na disputa. Neste momento passei a me perguntar o porquê da importância que todos davam à política, assim virei para o lado, olhei para a minha mãe, e perguntei: porque matar alguém só porque ele quer ser prefeito? Eu não lembro muito bem o que minha mãe respondeu, contudo este foi apenas o primeiro acontecimento – de que me recordo – que me chamou a atenção para a política. Porém, este não foi o único. Pensar a política numa pequena cidade, exemplificada na que vivi, era e ainda é uma análise muito complexa, pois as relações microscópicas que ali estão se entrelaçam ao dia a dia do local. Exemplo está em que a cada dois anos, grande parte da população – incluindo a mim mesmo – se animava com as possibilidades de “continuação e mudança”, de “esperança e conformismo”, que punham muitas pessoas que estavam “intrigadas” desde a “última política” a reatarm os laços, e fazia com que àquelas próximas nos últimos anos desconstruíssem suas amizades.

Neste sentido, este trabalho pode responder a dois tipos de perguntas. O primeiro tipo é introspectivo, numa tentativa de entender de onde eu parto e o que me faz escrever este texto. Porém, esta introspecção, não completamente

²² Para Foucault (2011:9), “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. Deste modo, existe aquilo que se pode dizer e que se espera que seja dito por determinados agentes em situações específicas.

²³ Goffman (1985) aponta que nós vivemos em um espaço social repleto de posturas que aparentemente são encenadas como um teatro. Deste modo, a cada situação social, os atores interagem tentando encenar em sociedade as posturas consideradas corretas ou esperadas para aquele momento. Assim, os políticos desempenham -ou procuram desempenhar- determinados papéis sociais em campanha ou em suas atividades como agentes públicos condizentes com aquilo que é esperado que façam.

respondida, parte para um segundo tipo de perguntas, ancoradas em questões socioantropológicas, na tentativa problematizar para além do agente às estruturas e contingências para a escrita deste trabalho.

Assim, a minha escolha do objeto de estudo, os modos que desenvolvi as minhas aproximações em campo, além dos resultados a que cheguei, têm muito a dizer não só sobre os militares nas eleições de 2014 no Ceará, mas sobre como eu “objetivo” a mim mesmo neste processo²⁴. Deste modo, neste capítulo apresento um panorama geral do campo que analiso por meio das minhas experiências de campo e pesquisa.

3.2 Inserção nos estudos sobre violência e conflitos sociais

O meu contato efetivo com os estudos sobre segurança pública iniciou-se no terceiro ano de minha graduação, concomitante à minha inserção como bolsista de Iniciação Científica do Laboratório de Estudos da Violência da Universidade Federal do Ceará (LEV/UFC). Neste Laboratório, o trabalho que desenvolvi se deu de “forma artesanal”, fazendo a transcrição de entrevistas realizadas por pesquisadores do LEV, como também por meio da coleta de matérias jornalísticas sobre violência, conflitos sociais e segurança pública na América Latina, com foco específico no estado do Ceará.

Além disso, as atividades do Laboratório exigiam que os bolsistas de iniciação científica acompanhassem pesquisadores mais experientes (estudantes de mestrado e de doutorado, além do orientador) em campo. Tais atividades proporcionaram a transmissão de conhecimentos e técnicas de pesquisa que foram mais facilmente aprendidas a partir da inculcação do *habitus* de pesquisador por meio das práticas cotidianas de inserção em campo.

Neste intento, acompanhei pesquisadores do LEV na realização de entrevistas em profundidade; destas experiências destaco duas: a primeira, uma entrevista numa associação policial com um líder do movimento paredista da PM do Ceará do ano de 2011; e a segunda entrevista, realizada na sede do próprio

²⁴Max Weber (1993) propõe que nos estudos sobre as ciências da cultura não é possível o pesquisador eliminar totalmente a influência subjetiva exercida por sua ação em relação ao objeto de estudo. Por isso, quando se fala em “objetividade”, deve-se utilizar aspas, ao visar indicar a incapacidade de se construir um objeto inicialmente neutro, almejado pela ciência positiva.

Laboratório, com um líder do movimento reivindicatório da PM do Ceará do ano de 1997. Ademais, a presença em reuniões e movimentos reivindicatórios da categoria também foi guiada por estes mesmos pesquisadores.

Em conformidade com essas atividades, deparei-me com o campo de estudos sobre a Polícia Militar, instituição amplamente debatida pelos membros deste Núcleo (BARBOSA, 2014, BARREIRA, 1998; MOURA, 2012; SÁ, 2002; SÁ, 2014; SÁ ; SALES, 2016; SALES, 2013; SILVA 2011, 2015; SILVA NETO, 2013, 2014, 2015). Desta maneira, pensar a instituição policial, inicialmente, se caracterizou como um exercício reflexivo, na busca de ir além das questões provenientes dos “achismos”, com o intuito de também contribuir com o referido campo de estudos. Neste intento, decidi pesquisar na monografia de graduação em Ciências Sociais a Greve de 2011 da Polícia Militar do Ceará, caracterizada pelos agentes participantes como uma “crise da segurança pública”, expressa em uma grande paralisação dos policiais militares em todo o estado, na qual as demandas por consideração e por reconhecimento da condição de pessoa e de cidadania dentro da instituição militar deram a tônica das reclamações.

As referidas manifestações tiveram início com uma gradativa formação de um sentimento de desconsideração, compartilhado coletivamente pelos policiais, que foi devidamente articulado pelos líderes paredistas. Na minha pesquisa de graduação apoiei-me teoricamente na categoria insulto moral (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2011) para a compreensão de relações de conflito entre o Governo do Estado e os policiais em greve. Deste modo, este trabalho de dissertação se insere como um aprofundamento de problemáticas levantadas em minha monografia, tendo em vista que dois dos agentes em análise consolidaram seu capital político a partir das referidas manifestações.

3.3 Encontros e reencontros em campo

Após a coleta dos dados e a escrita do trabalho monográfico, finalizado no final do ano de 2013, iniciei o ano de 2014 como mestrando em Sociologia pela UFC. No primeiro semestre de curso me dediquei à coleta de dados em fontes escritas, como jornais, revistas e redes sociais, como também cursei disciplinas obrigatórias e optativas do referido Programa de Pós-Graduação.

Neste mesmo espaço de tempo retomei algumas atividades não ligadas à formação acadêmica que foram temporariamente suspensas devido à seleção para o mestrado como também para a finalização do curso de graduação. Uma destas atividades foi a realização de um curso para ser portador da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). O referido curso possuía um público eclético, como donas de casa, comerciários, cobradores de ônibus que almejavam a função de motorista, soldados do Exército brasileiro que eram beneficiados por um programa de incentivo financeiro para possuir uma CNH, como também soldados da Polícia Militar do Ceará.

Distraído nestas atividades cotidianas, eu não esperava encontrar nada nem ninguém que contribuísse com o meu trabalho de dissertação. Iniciei o curso de condutores na esperança de que eu conseguisse logo a CNH e pudesse voltar ao meu dia-a-dia no departamento de Ciências Sociais da UFC. Porém, para além dos conhecimentos que obtive sobre leis e procedimentos de trânsito, adquiri amizades com alguns dos demais alunos, principalmente entre os soldados do Exército e os soldados da Polícia Militar²⁵.

O primeiro contato com um destes policiais militares ocorreu de modo inusitado no segundo dia de curso. Logo ao entrar em sala, após uma tarde de intensos debates em uma disciplina do mestrado, fui surpreendido por várias perguntas de um rapaz que estava sentando atrás de mim:

Vem cá, e tu é universitário? Tu não é pesquisador daquele Laboratório que estuda violência, não? Eu lembro de você em uma audiência que o Capitão Wagner organizou na Assembleia Legislativa do Ceará sobre as demissões da greve de 2011.

As indagações incisivas deixaram-me desconsertado, pois não esperava

²⁵ Em Sociedade de Esquina, Foote White (2005) aponta que “quando um pesquisador está instalado numa universidade, indo ao campo apenas por poucas horas de cada vez, pode manter sua vida social separada da atividade de campo. Lidar com seus diferentes papéis não é tão complicado. Contudo, se viver por um longo período na comunidade que é seu objeto de estudo, sua vida pessoal estará inextricavelmente associada à sua pesquisa” (p. 283). Neste caso, corroborando com o pensamento do autor, quando realizamos pesquisas em antropologia e sociologia urbana, tendo as fronteiras entre o campo e a universidade borradas, os pesquisadores ficam sujeitos a deparar-se com situações de campo como estas, que aparentemente seriam difíceis de acontecer, mas que se apresentam cada vez mais presentes entre as possibilidades do real de uma pesquisa em ciências sociais. Assim, como aponta Debert (2004, p. 47), “o desafio mais instigante da antropologia brasileira nesta área é a busca de acessos privilegiados para a compreensão deste “nós” que tão prontamente opomos aos “outros”, de forma a problematizar a familiaridade com que eles têm sido tratados pelos antropólogos e outros cientistas sociais.”

perguntas tão diretas num momento em que eu definitivamente não estava preparado. Depois de alguns segundos respondi que eu integrava sim o LEV, e que ainda trabalhava com a temática da polícia, e logo retruquei: você é policial? Antes dele responder, lembrei que no primeiro dia de aula, logo após o instrutor de legislação solicitar rápidas apresentações sobre o nosso perfil²⁶ alguém da sala havia relatado como “realizou a abordagem” de um advogado bêbado que havia lhe desacatado em sua patrulha. Logo percebi que o protagonista destas duas situações era a mesma pessoa.

Ao apresentar-se, o jovem que possuía uma idade em torno de 25 anos, identificou-se como Carlos Nascimento²⁷. Quando nos conhecemos, Sd. Nascimento estava há mais de um ano em batalhas judiciais com o objetivo de voltar aos quadros da corporação militar, devido a sua participação em uma reunião organizada pela APROSPEC, ocorrida em três de janeiro de 2012, que teve, segundo os policiais, o objetivo fazer um balanço de um ano do movimento paredista de 2011 da PM do Ceará. Nascimento, nos primeiros dias de curso, após perceber meu interesse sobre sua história de vida, especialmente como ele vinha enfrentando este momento afastado da PM, manteve-se receoso. O soldado, que no início apresentou bastante curiosidade sobre quem eu era, passou a evitar conversas polêmicas comigo e com os demais militares do Exército²⁸. Somente após mais algumas conversas nos quinze dias de curso que pude melhor conhecer e trocar informações sobre a sua situação e como ele analisava a atual conjuntura da segurança pública.

²⁶ Após refletir sobre o evento narrado, a apresentação solicitada pelo instrutor me chamou bastante atenção, pois por meio dela tive a oportunidade de saber quem eram os alunos que possuíam alguma relação com a segurança pública. Ao lembrar quem eram os policiais militares ali presentes pude iniciar o trabalho de campo com os agentes sociais.

²⁷ Alguns nomes neste trabalho poderão sofrer alterações para preservar a identidade dos agentes envolvidos, deste modo criei nomes fictícios apenas para alguns dos citados. Os agentes considerados como figuras públicas – políticos, apresentadores de televisão e similares - não sofrerão alterações de nomes devido a sua relevância histórica e social. Contudo, como nos precaveu Lévi-Strauss, tomo cuidado para não apresentar fatos históricos gerais ou agentes insubstituíveis, mas apenas mantenho estes nomes verdadeiros pela importância que outros agentes com quem conversei atribuem-lhes na construção da narrativa.

²⁸ Uma questão importante é apontada do Bayley (2006) nos estudos sobre polícia, tendo em vista que a instituição é um local complexo para se desenvolver um trabalho de campo, assim aponta o autor que “realizar um trabalho de campo intensivo em ambientes cheios de desconfiança, dobrar a intransigência burocrática, tornar-se politicamente suspeito e socialmente malvisto” (BAYLEY, 2006, p. 19).

Pertencente a uma família de origem humilde, o soldado era pai de uma filha, além de ser casado também com uma policial militar. Para o profissional, a polícia lhe proporcionou uma estabilidade financeira como também a oportunidade de ascensão social. Juntamente a isso, Nascimento cursava biologia na Universidade Estadual do Ceará e via a carreira de praça da Polícia Militar como uma etapa em sua carreira. Acrescentava que gostava de ser policial, mas devido às condições de trabalho e de desrespeito às quais os militares eram submetidos punha como possibilidade encontrar novos rumos profissionais (SILVA NETO, 2013).

Eu e Nascimento mantivemos um contato efetivo durante o restante do ano de 2014, o que perpez o tempo “pré-eleitoral”, eleitoral e “pós-eleitoral”. Momentos em que pude conhecer melhor a sua história de vida, suas atividades como militar e também em que acarretou a sua demissão, relacionando quais foram os procedimentos tomados em seu processo de exclusão da PM com a sua experiência de vida.

No decorrer do curso tive a oportunidade de perguntar em que o policial, agora afastado da corporação, estava trabalhando. Nascimento respondeu que os seus dias eram preenchidos pelos serviços prestados à Associação dos Profissionais de Segurança (APS), presidida pelo Capitão Wagner. Segundo o policial, a referida Associação manteve os soldos dos policiais que participaram da reunião ocorrida em 2012 e que haviam sido demitidos da corporação, em troca estes deveriam se organizar entre os trabalhos burocráticos e de outras naturezas dentro da instituição. Em suas palavras, o seu trabalho e dos demais demitidos da PM “seria um retorno aos sócios que estão na ativa”.

Para além do apoio financeiro, uma das principais questões também acionadas por Nascimento após sua demissão foi o papel da APS no acolhimento emocional dos policiais demitidos (SALES, 2013; SALES; SÁ, 2016), o que propiciou entre os ex-policiais como também entre suas famílias, um sentimento de grupo e de identidade, traduzido pelo militar como “amizade” e “irmandade”. É válido ressaltar a importância destas relações entre “irmãos”, inseridas em questões obrigacionais e de reciprocidade que permeiam as práticas militares, que mesmo existindo uma

hierarquia que normatize “quem deve mandar em quem” também impõem práticas morais de “quem deve ajudar quem”.

Deste modo, a identidade social é apontada por Sá (2002) como uma importante questão para se entender os laços que são engendrados e reificados entre policiais. No caso a que se dedica analisar, o autor refere-se especialmente ao oficialato da PM, contudo a sua contribuição pode ser estendida aos demais membros da corporação, ao ter em vista que ao indivíduo interessado em ser militar deverá

desenvolver maior tolerância com a relação a ser ‘cobrado’ e vigiado pelos seus pares; haverá de ter menos ojeriza às intervenções do grupo profissional em sua vida pessoal, começando pelo fato de que, até a morte, seu nome será sempre associado ao posto exercido na hierarquia de poder do seu grupo, sendo o nome forjado nas e pelas relações domésticas e de parentesco, lançado a um plano secundário no contexto da própria identidade pessoal. (SÁ, 2002, p. 15).

Com Nascimento, depois de estabelecermos uma relação de confiança mútua, após seis meses que nos conhecemos, solicitei-lhe que pudesse entrevistá-lo, sendo de pronto aceito o meu pedido. Na entrevista que realizei com Nascimento, busquei retomar os pontos que considere mais pertinentes para entender as relações entre ele e os últimos acontecimentos na PM do Ceará, tendo como um dos principais os significados que o soldado atribuía ao seu processo de demissão da Polícia Militar e como o enfrentou. Mesmo já tendo escutado a história outras vezes, neste momento Nascimento concatenou com maior precisão o acontecimento, como também pôde, em certa medida, reviver parte dos sentimentos e lembranças do dia em que foram recolhidos o seu fardamento como também as suas credenciais de militar.

Na entrevista o perguntei: Nascimento, você poderia relatar novamente para mim como foi a sua expulsão da PM?

A minha ficha tem elogios. Na época, o comandante geral da polícia, eu tenho um elogio dele, esse tipo de coisa. Meu processo da demissão foi todo irregular, porque, segundo o código da polícia e tudo, tinha que ser levado em consideração, por mais que eu tivesse errado, como eles diziam que eu estava, mesmo que eu estivesse existe atenuantes, elogios mostram todo o serviço que eu já fiz de bom, era para ser atenuante no meu julgamento e não foi levado em consideração nada, sem falar que eu fui expulso indevidamente, só por causa de uma reunião, enquanto tem bandidos aí, na polícia realmente ainda tem, tem, a gente sabe que tem. Foram na minha casa, tocaram a campainha, quando eu acordei, olhei lá, pensei que era testemunha de Jeová, aí quando eu fui ver era um cabo e outro policial a mando de um Tenente, "haa, mandaram vir buscar teu

fardamento", "perai, né assim não" "não é para eu receber um ofício e entregar esse fardamento?" "não, não. Mandou pegar logo aqui". No dia, na manhã seguinte, após ser publicado a minha expulsão no diário oficial, ou seja, menos de um dia, já foram logo...Ou seja, foi tudo em cima da hora assim, tudo muito rápido, tive tempo nem de respirar ou de me recuperar do baque, da pancada, da expulsão, então foi humilhante para mim, ver o pessoal buscando minha farda, tirando de mim a farda, coisa que eu lutei tanto para conseguir. Ai depois que passou isso eu me acalmei, foi dar entrada no processo, que tá rolando ainda até hoje o retorno, eu comecei a pensar o lado positivo né, comecei, fui amparado pela Associação, no caso APROSPEC ainda, até ela ter alguns conflitos internos e se acabou, fiz parte da associação lá da APS, nova associação, onde já entrei como diretor, tudo, então foi assistido pela associação, me deram toda ajuda necessária e eu comecei ver, comecei a ter uma qualidade de vida, tive uma melhora. Perdi meu emprego, foi chato, foi difícil para mim, mas depois disso, voltei a trabalhar na associação, então pude ajudar muitos colegas que estavam passando por problemas, perseguições, problemas de uma forma geral na polícia, então eu estava lutando em prol deles, estava trabalhando em prol deles, isso para mim foi bom, manteve o contato com meus colegas policiais, não me faltou nada porque eu fui assistido pela associação e percebi que ao trabalhar na associação eu tinha uma rotina legal que me dava tempo para minha família também, poder estudar, então tive uma melhora significativa.

Observando o contexto analisado, é possível perceber que o soldado enfrentou duros embates dentro da corporação militar. Retirar sua farda remeteu também a retirar sua honra, tendo em vista que, como o próprio policial salienta, sua carreira na PM foi construída repleta de elogios ao seu trabalho realizados pelos escalões superiores da corporação. Por tanto, retirar a farda é perder a identidade social de policial, mas mais do que isso, tendo em vista que esta categoria tem uma grande penetração no cotidiano daquele que pertence ao meio militar, norteador ações cotidianas, não apenas profissionais. Deste modo, quando se excluiu o policial deste meio, ele perdeu não apenas um emprego, mas também um referencial do modelo de vida. Assim, apenas com a ajuda da Associação citada, que o soldado pôde se sentir novamente integrado a corporação.

A situação relatada por Nascimento me deixou mais próximo e reflexivo de muitas outras demandas por consideração e por reconhecimento de direitos apresentadas em minha monografia de graduação (SILVA NETO, 2013), como também em casos similares que me foi possível acompanhar em jornais e nas redes sociais. Perceber que pessoas as quais nos mantemos próximos estão de algum modo sendo prejudicadas ou que se consideram prejudicadas torna mais complexo as relações entre pesquisador e o campo de pesquisa, tendo em vista que as relações construídas entre pessoas vão além de uma simples objetificação dos casos em análise. Desta maneira, a objetividade, como aponta Max Weber, passa a

ser questionada em sua utilização mecânica e dogmática para o uso da ciência²⁹. Deste modo, este assunto de como o pesquisador absorve para si as relações produzidas em campo estão inseridas nas preocupações Enne (2014), acrescenta à discussão que:

posicionar-se em termos éticos e metodológicos se transforma em questão fundamental: palavras como mediação, ativismo, solidariedade, dentre outras precisam ser tematizadas e discutidas; e devemos reconhecer que esta inserção implica limites, tensões e contradições com as quais precisamos lidar constantemente (ENNE, 2014, p.87).

Tal questão também foi apontada por Barreira (1998), quando afirmou que “há uma espécie de identificação entre o investigador social e os excluídos da história. Assume-se dar voz aos excluídos, a exemplo dos operários, dos camponeses, dos favelados, das ‘minorias sociais’.” (BARREIRA, 1998, p. 20). Desta forma, as relações em campo produzem problemáticas para como, a partir de uma postura ética, ser possível avançar em contribuições sociológicas sem perder a magnitude do humano.

Outro fato marcante e inusitado neste campo de pesquisa foi encontrar Ramon, que era um amigo de infância do período em que eu morei no interior do estado do Ceará, onde estudamos juntos durante quase todo o ensino fundamental. Diferentemente do Sd. Carlos Nascimento, Ramon não era militar. Na realidade, este antigo amigo havia concluído a sua formação em jornalismo em uma Universidade na cidade de Fortaleza, e há época cursava uma especialização em marketing e assessoria parlamentar devido ao seu novo emprego como assessor do Capitão Wagner de Sousa.

Encontramo-nos em minha segunda visita ao Comitê Central do Capitão Wagner, do qual Ramon era o assessor de imprensa do então vereador; e no

²⁹ Na concepção weberiana, a importância do debate sobre a objetividade nas ciências sociais se constitui como questão central para a compreensão de sua teoria, tendo em vista que este é, sem dúvidas, um dos principais temas que ajudam na construção de um método na análise sociológica. “Objetividade”, para Weber (1993), se distancia de uma elaboração postulada em Durkheim, na qual este autor defende que a metodologia sociológica deve ser despida de subjetividade, ao supostamente eliminar em seus estudos os traços que se remetam a influência do pesquisador. Assim, Durkheim leva em conta a busca de uma observação baseada nos pressupostos das ciências naturais para as ciências sociais. Em contraponto a esta ideia, Max Weber propõe que nos estudos sobre as ciências da cultura não é possível o pesquisador eliminar totalmente a influência subjetiva exercida por sua ação em relação ao objeto de estudo. Por isso, quando se fala em “objetividade”, deve-se utilizar aspas, ao visar indicar a incapacidade de se construir um objeto inicialmente neutro, almejado pela ciência positiva.

período da política, como jornalista, dividia suas atividades entre a Câmara Municipal e as atividades de campanha do candidato para quem trabalhava.

Ao nos encontrarmos o espanto do jornalista tanto quanto o meu foi nítido, pois não esperávamos nos encontrar ali. De início, Ramon pensou que eu estivesse no local com o intuito de prestar meu apoio à campanha do Capitão; mas após uma rápida conversa, depois de perguntarmos como seguimos a nossa vida até então, pude explicar que o meu objetivo no comitê “também”³⁰ era profissional, pois eu realizava uma pesquisa que era um dos requisitos para obter a titulação de mestre em sociologia. Mesmo não entendendo muito bem meus objetivos e o que eu realmente queria saber – o que é muitas vezes difícil de explicar em poucas palavras, ainda quando é possível colocar o campo de pesquisa em jogo – o jornalista se prontificou em ajudar e disse que estaria ali para também retirar alguma dúvida. Mesmo com o desconforto promovido pelo encontro, rever Ramon foi também um motivo de alegria, pois existia entre aqueles agentes sociais alguém que eu não precisaria iniciar do zero o processo de convencimento da minha presença no local como pesquisador.

Deste modo, para este trabalho se faz importante relatar os encontros e reencontros promovidos pelos “achados do campo” para com estes dois agentes sociais, pois tanto o soldado Nascimento como o jornalista Ramon foram fundamentais para a minha inserção entre eleitores e com os próprios candidatos Capitão Wagner e Cabo Sabino, ao abrirem portas na APS, como também no comitê central da campanha do Capitão Wagner; local onde pude conversar com voluntários da campanha, assessores remunerados e eleitores. Assim, tendo em vista que Nascimento foi designado como um dos responsáveis pela manutenção e organização logística do comitê, como Ramon atuava nas redes sociais e na mediação entre o Capitão Wagner e os eleitores, pude me situar com maior

³⁰ Em uma campanha, especialmente num local onde pode ser identificado como um espaço da política (HEREDIA, 2000), que é o caso de um comitê eleitoral, as pessoas que o frequentam são impelidas a tomar um lado na disputa. Deste modo, poderia ser prejudicial à pesquisa não confirmar pelo menos a possibilidade de votar no candidato que ali é considerado o mais preparado. Em muitos casos se fez necessário eu dizer “considero o candidato muito bom, mas não tive tempo de ver todas as propostas ainda” ou com perguntas realizadas tanto por eleitores como por assessores: “você está com a gente?”, muitas vezes a reação foi simplesmente responder: “o candidato tem muitas chances, acredito que ele poderá vencer”. Propiciando, deste modo, respostas evasivas que comprometessem o mínimo possível às relações com o campo, mas que também não pudessem por em cheque a minha própria ética como pesquisador.

propriedade entre os militares.

3.4 Nos “bastidores” de uma campanha eleitoral

Uma das primeiras atitudes que tomei em campo foi “anunciar” que eu estava pesquisando as eleições de 2014 a partir da perspectiva dos candidatos militares, seus assessores e seus (possíveis) eleitores; e que, por conta disso, a minha presença seria constante nos três meses de política que se seguiam. Objetivei nesta atitude demonstrar que eu não era uma “ameaça” que se instalou entre os policiais, tendo em vista que algumas pessoas não entendiam muito bem o que eu fazia ali.

Esta preocupação se deu porque mesmo alguns agentes sociais estando minimamente cientes do que eu pretendia como pesquisador, eu já esperava que em todo o tempo da política a minha profissão seria confundida com outras profissões e principalmente os meus objetivos seriam confundidos com outros objetivos que poderiam atrapalhar o meu “fazer pesquisa”. Mesmo tomando sempre o cuidado de me apresentar como “estudante de mestrado da UFC”, “pesquisador do LEV”, “aluno da UFC” ou “pesquisador da UFC”, várias foram as percepções que os agentes sociais criaram sobre mim.

Um dos modos que fui identificado foi como “Sabino, o jornalista”, “Sabino, o repórter” ou algo similar que me identificasse a algum veículo de informação. Estas classificações como membro da imprensa ocorriam principalmente em locais públicos, como em comícios ou passeatas, por agentes que não sabiam de onde eu vinha, sendo este um modo deles resolverem mais facilmente as suas próprias indagações sobre mim. Recorrentes eram os comentários em tom baixo ou em cochichos dizendo “é do jornal” ou “não sei, deve ser repórter”, quando eu percebia que estavam se referindo ao o que eu estava fazendo ali.

Esta imagem formada sobre a minha profissão pode ter sido criada porque eu sempre estava munido de um caderno, de uma câmera fotográfica, ou de um gravador; que mesmo buscando não pô-los à vista, de algum modo este material acabava sendo observado pelos olhares, como o meu, curiosos. Porém, esta percepção de que eu integrava a imprensa não era forjada apenas por eleitores ou

policiais-eleitores. Situação similar ocorreu quando eu estava no carro de campanha do Capitão Wagner, quando no início do dia eu expliquei para ele e para os seus assessores novamente quais eram os meus objetivos da pesquisa e a importância de acompanhá-los; contudo, ao final do dia o candidato comentou: “Nessa política nós temos muitos Sabinos! São três. O Sabino, nosso federal; O outro Sabino e agora o Sabino jornalista” (sic).

Durante o período eleitoral um segundo modo que fui classificado foi como “assessor”, “integrante”, “participante” ou “apoiador” da campanha. Esta ‘confusão’ acontecia especialmente quando eu tinha a oportunidade de acompanhar alguns candidatos em seu dia a dia na busca da conquista da adesão dos votos ou quando eu estava em campo num comitê eleitoral. Como eu estava sempre junto à equipe de campanha destes candidatos, e alguns eleitores me viam realizando as mesmas atividades de pesquisa ou de “imprensa”, eram recorrentes as abordagens tais como a de uma senhora, que possuía em torno de trinta anos de idade, numa caminhada no centro da cidade de Fortaleza:

Oi! Eu sempre achei o Capitão um homem bom e honesto. Eu e minha família sempre votou nele pra vereador. E ele é bonitão. (risos) Meu irmão é soldado e adora ele. Eu tô precisando de uma ‘ajuda’ lá em casa, mas eu tinha que falar direito com ele. Como a gente faz? (sic).

As interrogações de “como faço para falar com o candidato?” ou “Você é o que dele?” além de “Você mesmo resolve ou eu tenho que falar com ele?” perpassaram praticamente todo o tempo da política, tendo que me redobrar para obter informações nestas interlocuções e ao mesmo tempo não ser considerado um empecilho tanto pelos assessores como também pelos eleitores, além de buscar manter um compromisso ético existente como pesquisador.

Um terceiro modo, mais complexo de se “desenrolar”³¹ o campo pelo pesquisador era como alguns policiais que não me conheciam observavam a minha atividade como “suspeita” ou “duvidosa”. Este modo de ser visto causou algumas vezes um mal-estar em campo, tendo em vista que muitas são as figurações possíveis no universo conflituoso da Polícia Militar que propiciam aos agentes

³¹Como aponta Barbosa (2013), ‘enrolar’ e ‘desenrolar’ são categorias nativas utilizadas pelos policiais em suas agências diárias como mecanismos de identificação, resolução ou não-resolução de problemas e conflitos. Aqui, faço uma pequena reutilização conceitual, desta vez com a atividade de pesquisa do pesquisador ‘enrolada’ em como os policiais a observam.

interpretarem possibilidades diversas sobre as minhas 'reais' intenções.

Exemplo para isto ocorreu certa vez, quando eu entrevistava um policial militar no comitê de campanha do Capitão Wagner, que afirmava realizar um trabalho voluntário. O local, mesmo com muitas salas, era repleto de materiais de campanha, além de um grande fluxo de pessoas que ali diariamente se encontravam, o que dificultava eu achar um ponto reservado entre toda a agitação.

Deste modo, conversei com este policial em uma sala situada ao centro do prédio, que dava acesso aos demais compartimentos. Eu e este policial já havíamos conversado três vezes no próprio comitê sobre assuntos diversos, e nesta entrevista busquei rever alguns pontos que seriam interessantes serem aprofundados na pesquisa, como, por exemplo: as suas percepções sobre a atual conjuntura da PM e da segurança pública no estado do Ceará, como era o dia a dia de trabalho de um policial militar, além de retomar algumas questões sobre o contexto político, especialmente quanto à eleição que estava por ser realizada.

Concentrado na conversa, sobre a qual eu anotava cada ponto de forma atenta, tendo em vista que o policial havia solicitado que a entrevista não fosse gravada porque, segundo o próprio militar, “ninguém sabe onde um áudio vai parar”(sic). Quando conversávamos sobre sua demissão da PM, as relações entre oficiais e praças, além de retomar sua participação na Greve de 2011, fui surpreendido por Ramon, que me chamou próximo à porta de sua sala e disse:

Sabino, toma cuidado aí. O pessoal tá tudo assustado contigo. Aqui anda muita gente que não te conhece e pode entender errado o que tu tá fazendo. Cuidado com as perguntas, por que tem policial 'cabreiro' com o que tu perguntou pro Paulo³²aí. Eu tive que dizer que tu é meu amigo de infância pro pessoal se acalmar. Tão pensando até que tu é do Comando Geral. (sic).

Assim, como aponta Barreira (1998), em sua experiência de pesquisa com pistoleiros no Brasil, muitas vezes o pesquisador, ao debruçar-se sobre temáticas perigosas ou em ambientes recheados de conflitos e de tensões sociais, pode ser considerado pelos pesquisados como um “investigador” ou como um “delegado de polícia”, que está ali não para entender as concepções morais e a realidade social dos agentes, mas sim para julga-los, seja pelo senso comum, seja

³²Nome fictício.

de forma judicial.

Deste modo, saber “entrar e sair” do campo perpassa a compreensão dos códigos presentes nas práticas, que estão inseridas em questões morais que só podem ser entendidas pelo pesquisador a partir do momento que estas afloram nas relações sociais, mesmo que materializadas em sanções ou gafes realizadas pelo próprio ato de pesquisar.

É nesta perspectiva que Sá (2002) aponta a complexidade de ser fazer pesquisa etnográfica entre os policiais, ao utilizar como campo analítico os cadetes da PM do Ceará. Para o autor, “se interpõem diferenças significativas com resultados importantes para a conformação da visão de mundo dominante em seus universos sociais, o ‘civil’ e o ‘militar’”. (SÁ, 2002, p.14) Deste modo, nós pesquisadores iniciamos o trabalho de campo, nas palavras do autor, como “neófitos” no processo de aprendizagem dos códigos e práticas morais ali presentes.

Por fim, fui a maior parte das vezes identificado entre os eleitores e candidatos como simplesmente mais um entre todos os outros que estavam ali para escutar e observar³³. Um momento ímpar, pois pude trocar informações com vários sujeitos que simplesmente queriam falar sobre “a política” e compartilhar um pouco de suas esperanças e expectativas sobre o que seria melhor para suas vidas. Esse momento, que não se faz necessário dizer o que ali estamos fazendo, mas apenas pôr-se em atenção a aquilo que é posto como importante e relevante ser dito por um anônimo no meio da multidão, que é aquele quem decide, juntamente com tantos outros, quem serão os seus representantes dentre aqueles que disputam a adesão dos votos de cada um dos candidatos.

3.5 Pesquisando a polícia na política

Acredito que agora seja possível afirmar que a pesquisa em instituições policiais, mesmo que realizada num local público e no “tempo da política” – momento quando as ‘portas’ dos candidatos estão abertas ou mais abertas para que pessoas

³³ Neste caso, o meu olhar antropológico adquiriu uma percepção treinada, que não necessariamente é melhor do que as demais sobre o contexto social. Como aponta Cardoso de Oliveira (2006), nosso modo de olhar e ouvir o objeto de pesquisa já é alterado a partir das leituras que já fizemos anteriormente sobre temáticas similares, que nos abrem novas percepções sobre o universo social. Deste modo eliminamos aquilo que achamos “insignificante” para a pesquisa, como apresentamos um olhar especial e refinado sobre os dados que acreditamos serem importantes.

utilizem o ambiente de “fazer política” com maior facilidade, conseguindo objetos, favores ou consideração a partir dos campos de ajuda que estão mais visivelmente entrelaçados neste processo de dádiva social, não exclui as tensões que são presentes no cotidiano militar. Por tanto, mesmo não estando dentro de uma viatura ou de um quartel da PM, os significados atribuídos a determinados contextos pelos policiais são compartilhados a partir de códigos e práticas provenientes da corporação³⁴.

Exemplo destes códigos é a utilização de siglas e jargões do dia a dia policial utilizado no período eleitoral. Quando participantes das campanhas, os policiais comunicam-se tanto por telefonemas como em encontros face-a-face, tendo como um dos principais cumprimentos a pergunta “QAP?”³⁵, podendo, a depender do caso, ser seguida da afirmação “Me deixa passar um bizú!”³⁶.

Somado a isto, é válido ressaltar que as práticas policiais se constituem, como aponta Reiner (2000), como umas das pontas do Estado, podendo o policial ser considerado “o político de esquina” (p.135). O trabalho do policial, suas práticas, reverberadas pelos seus sentimentos, estão inseridos em um modo de vida socialmente compartilhado, que é encarado por muitos policiais como uma missão. E esta missão, como aponta Reiner (2000),

É o sentimento de que o policiamento não é apenas um trabalho mas um meio de vida com um propósito útil, pelo menos a princípio. [...] Propósito visto não como a preservação de um modo de vida válido e a proteção dos fracos contra os predadores. [...] A missão de policiamento não é vista como uma coisa irritante. É divertida, desafiadora, excitante, um jogo de sabedoria e habilidades. (REINER, 2000, p. 136-137).

Assim, o conceito nativo recorrente entre os policiais é de missão,

³⁴Durkheim, em A Divisão do Trabalho Social, aponta que existe uma causa entre o papel das associações na vida dos indivíduos e as relações de viver em comunidade. Desta forma, as associações desempenham sua função no serviço que prestam não estritamente no sentido econômico. Para o autor, o homem gosta e não consegue viver sem regras. E o grupo profissional é capaz de promover este tipo de coerção que é desejada, pois em todo local onde existe um grupo é formada uma disciplina moral e compartilhado sentimentos e percepções sociais. (DURKHEIM, 2006).

³⁵Existem códigos de comunicação utilizados por policiais e também por outras pessoas ou categorias que utilizam rádio como instrumento de comunicação. Um destes códigos é o “Q”, no qual a variante “QAP” significa “Está na escuta?”.

³⁶Bizú, no código cotidiano policial, significa uma informação privilegiada sobre algo, referente tanto a situações positivas como negativas. A informação entre viaturas de um policial baleado é um bizú, como também a possibilidade da votação de um aumento no soldo pela AL-CE pode ser considerado outro bizú. Para um debate mais detalhado sobre o conceito nativo de Bizú, ver a dissertação de Barbosa (2014).

principalmente a partir da frase repetida várias vezes por um personagem do filme *Tropa de Elite* (2007), que se tornou popular entre os policiais cearenses, principalmente entre os soldados mais modernos; que sempre falam em tom de empolgação e de comprometimento: “missão dada é missão cumprida”. Por tanto, a vida de cada policial, em suas práticas mais comuns, pode ser concebida por eles mesmos como uma missão, que deve ser desempenhada muitas vezes sem questionamentos e com sucesso.

Nas eleições de 2014 não foi diferente, a missão a que estes policiais tiveram que cumprir foi a eleição de dois representantes da categoria, que se constituíram como lideranças do movimento grevista da PM em 2011. A expectativa de mudanças e melhorias, que são sentimentos presentes entre eleitores e apoiadores no tempo da política, esteve alicerçada na busca por consideração e por reconhecimento do trabalho do militar como detentor de um papel social importante para a manutenção, preservação e segurança da sociedade.

Assim, é possível apontar que a eleição dos líderes militares não é um trabalho apenas político eleitoral, mas sim uma missão de fortalecimento da categoria a partir da utilização de estratégias reapropriadas e modificadas de acordo com a necessidade da missão desempenhada.

4 CAMPANHAS POLÍTICAS E SEGURANÇA PÚBLICA NO CEARÁ

A crescente sensação de insegurança surge na sociedade moderna como uma de suas principais características. São inúmeros os relatos, tanto em localidades urbanas como rurais que remetem de algum modo ao medo social existente em viver em grandes cidades. Irlys Barreira (2011), em seu artigo intitulado A cidade e o Medo, debateu com precisão as contradições existentes entre o viver em sociedade e a insegurança acarretada por esta condição, ao ter em vista que a estrutura social está diretamente vinculada à vida com estranhos e com o diferente. Segundo Barreira, o intenso fluxo de transeuntes que perpassam a cidade proporciona sentimentos de insegurança, alimentados por ditos e estórias do cotidiano, compartilhadas por moradores.

Coadunando com o pensamento da autora, Cesar Barreira e Élcio Batista (2011), no artigo Violência e Conflito Social, apontaram que nas cidades, algumas das estratégias utilizadas para a proteção individual estão caracterizadas pelo crescente apelo à segurança privada, com a instalação de câmeras, cercas elétricas e muros altos em condomínios de classe média. Deste modo, é possível levar em consideração que no estado do Ceará, especificamente em Fortaleza, o medo passou a ser vivenciado em sua plenitude. Como destaca Barreira (2011), o medo:

Manifesta-se na recusa de praticar certas atividades em busca do refúgio e do isolamento. A cidade permeada pelo medo tem seus espaços públicos esvaziados e a frequência indesejada daqueles que são vistos como estando fora das experiências significativas de cidadania. (BARREIRA, 2011, p. 99).

É válido observar que a relação entre (in)segurança e medo se tornou um ponto-chave para compreender a atual sociedade moderna, e que por meio desta estratégia discursiva a segurança pública se constituiu como um dos principais problemas a serem resolvidos pelo Estado. Deste modo, o discurso em defesa da “sociedade de bem” intensificou-se com o debate por “mais segurança”, fomentado por agentes da segurança pública, candidatos a postos eletivos, como os que concorreram aos cargos de deputados estadual e federal em 2014.

É nesta mesma perspectiva que Almeida e Brasil (2004) apontam que mesmo após o advento da democracia, cuja conjuntura nacional propiciou a

consolidação deste modelo político na década de 1990, também se agravou, por outro lado, o aumento do discurso por mais segurança e da sensação de medo entre a população. Assim, apontam as autoras que:

foi dessa maneira (que) a segurança pública, até então pouco priorizada no cenário político, ganha destaque e ficam evidentes a definição e a função da força policial no Brasil [...] Na prática, tais princípios democráticos entraram em choque com a demanda por mais segurança e diminuição das taxas de criminalidade, como também com a 'cultura polícial' que predomina nas corporações. (ALMEIDA; BRASIL, 2004, p. 119-120).

Ao partir desta questão apresentada por estes autores, se fez possível apontar um cenário propício para que desde a redemocratização brasileira um crescente número de candidaturas a cargos eletivos de profissionais que se utilizaram de um discurso vinculado à segurança pública pudessem construir no campo político cearense um capital capaz de conquistar a adesão de votos para a sua eleição.

Este movimento político foi recorrente em quase todas as esferas do poder executivo e legislativo, tendo em várias cidades e em vários estados candidatos vinculados a um discurso "por mais segurança", desde aqueles que pleiteavam uma vaga a vereador ou a prefeito, exemplificado pelo Capitão Wagner e Vitor Valim, como também a deputado estadual, a deputado federal e até mesmo a vice-governador ou senador da república, tendo como maior exemplo Moroni Torgam.

É nesta perspectiva que seguimos no texto ao assinalar que, como aponta Carvalho (2005), as campanhas servem para demonstrar os aspectos, as mudanças e as permanências de como os candidatos abordam os valores morais e as relações sociais entre "certo e errado", "necessário e não necessário" no universo de possibilidades que é dado pelos agentes sociais. Portanto, o que está em jogo para a pesquisa sociológica é perceber que "as eleições representam um momento crucial na vida dessas comunidades, cujo desfecho está longe de algo preestabelecido" (PALMEIRA, 1996, p. 44). Assim, a pesquisa no tempo da política vai além de descobrir quem vai vencer ou perder a eleição, mas sim entender os significados que a permeiam e que possibilitam, deste modo, o resultado final do pleito eleitoral.

Compartilhando este ponto de vista, um dos primeiros autores a se preocupar com este fenômeno foi Cesar Barreira (1998), ao destacar que nas eleições municipais de 1996, em Maracanaú, município da Região Metropolitana de Fortaleza, candidataram-se vinte e uma pessoas que se identificavam ligadas à segurança pública, das quais três foram eleitos ao cargo de vereador. Nesta mesma eleição, o delegado da Polícia Federal, Renato Torrano, candidatou-se a prefeito da mesma cidade.

Nas palavras do autor, Torrano surgiu no cenário político como “xerife, numa alusão direta à sua atuação na Secretaria de Segurança Pública”, apresentando-se “como responsável pelo desaparecimento do grupo de extermínio que atuava no município.” (BARREIRA, 1998, p. 268). Assim, o delegado se destacou por meio de seus feitos à frente da Secretaria de Segurança Pública como ‘homem da lei’, que chegou a cidade para impor a paz.

Torrano veio ao Ceará a convite do então Governador Tasso Jereissati para assumir, junto com Moroni Torgan, o comando da Secretaria de Segurança Pública estadual. Empregou em seu discurso de campanha um padrão linguístico policial³⁷, sendo possível destacar que na busca de adesão a sua campanha apresentou o seu futuro trabalho político como continuidade ao seu atual trabalho como gestor na pasta da Segurança Pública. Apresentando que para ele, “candidatar-se se apresenta como uma missão, um dever e, em grande parte, um sacrifício.” (BARREIRA, 1998, p. 273).

Na continuidade de seu raciocínio, Barreira (1998) aponta questões importantíssimas para se entender a relação dos candidatos a vereadores e do candidato a prefeito de Maracanaú, que pode servir como norte para este trabalho. A primeira se refere a como a identidade como policial é acionada. Em certa medida, utilizam-na a partir de situações que lhes propiciem maior inserção para conseguir a adesão do voto, sendo esta vinculada diretamente à trajetória pessoal de serviços prestados à comunidade pelo candidato. Porém, ao mesmo tempo distanciam-na quando são vinculados como membros de uma categoria violenta e autoritária.

³⁷Torrano utilizava as terminologias já apresentadas nas notas 48 e 49, como também termos correntes nas delegacias, como “marginal” e “bandido”.

A segunda questão, de caráter preponderante para as reflexões deste trabalho, está em dizer que até aquele momento não houve entre os policiais candidatos “nenhuma proposta coletiva de representação de uma categoria profissional, não sendo destacada a possibilidade de imprimir uma determinada agenda programática para a Câmara [municipal]” (BARREIRA, 1998, p. 278). Assim, como veremos mais a frente, a existência de uma organização entre policiais, em nome da categoria para a eleição “do candidato dos operadores da segurança pública”, constituiu-se como uma estratégia de campanha bastante eficaz.

Deste modo, Bourdieu (2011) nos ajuda a lançar luzes sobre a realidade empírica analisada. A partir do conceito de *illusio*, que surge como ferramenta para iluminar o processo de pesquisa aqui empreendido. O autor apresenta esta categoria como o sentimento de estar e viver o jogo. É válido ressaltar que o jogo é vivenciado como um ‘não-jogo’, pois nele reside a crença do agente de que vale a pena investir nas estratégias possíveis do campo para que seus objetivos sejam alcançados (BOURDIEU, 2011). Deste modo, o jogo empregado constitui-se na conquista da adesão dos votos pelo policial por meio do discurso da segurança pública, apropriado a partir de demandas.

4.1 Histórico de disputas pelo troféu da Segurança Pública no Ceará

Voltando os olhos para o contexto estadual, em um levantamento preliminar, foi possível observar que nos últimos cinco pleitos no Ceará constatou-se a existência de deputados eleitos por utilizarem um discurso de enfrentamento à criminalidade. Destes, destacaram-se duas principais categorias: os agentes de segurança pública, a exemplo de policiais federais, policiais civis e policiais militares; como também os apresentadores de programas televisivos policiais, que são alçados diariamente por seus comentários na mídia estadual. Como aponta Paiva (2012), seguindo as trilhas de Charaudeau, o papel da mídia na sociedade possui uma função especial, que é a de “suporte organizacional que se apropria das noções de informação e comunicação (fenômenos sociais) para integrá-las em suas diversas lógicas: económica, tecnológica e simbólica” (PAIVA, 2012. p. 15). Deste modo, a utilização da mídia para objetivos políticos se constitui como uma estratégia bastante eficaz na conquista da adesão dos votos.

Observando os dois perfis, segue uma tabela com dados colhidos no site do Tribunal Superior Eleitoral sobre a quantidade de eleitos aos cargos de deputado estadual e deputado federal que se enquadram nas duas categorias acima.

Quadro 1 - Parlamentares eleitos a partir do discurso da segurança pública

CARGO/ANO	1998	2002	2006	2010	2014
Dep.Estadual	0	1	3	3	4
Dep. Federal	1	1	0	1	4
Total	1	2	3	4	8

Fonte: TSE, 2014.

Desmembrando os números existentes nesta tabela, tornando-os contextos sociais e políticos, encontramos tramas histórias que ajudaram a promover a eleição destes candidatos. Partindo do ano de 1998, o eleito a deputado federal foi Moroni Bing Torgan, delegado federal e ex-secretário de segurança pública do Ceará, que se caracterizou como um dos principais responsáveis pela “modernização” dos aparelhos da segurança pública cearense. Esta condição propiciou a sua eleição como vice-governador no ano de 1994, numa chapa capitaneada por Tasso Jereissati.

Marcos Silva (2008), preocupado em identificar como se processou a construção de uma imagem política objetivando um resultado eleitoral positivo do referido candidato, demonstrou que Moroni Torgan construiu sua inserção social principalmente entre as camadas mais pobres da sociedade e também entre aqueles que têm nos programas policiais televisivos um dos principais veículos de informação. Esta imagem construída por Moroni alicerçou-se em sua atuação profissional, caracterizando-o “como um perito em determinada área [...] passando ao eleitor que é uma pessoa capaz de melhorar e de administrar melhor o setor do qual se diz ‘especialista’.” (SILVA, 2008, p. 6).

Em certa medida, esta estratégia alicerçou-se na vinculação para a população de que existe uma relação intrínseca entre exercer bem uma profissão na segurança pública e exercer bem um cargo público representativo. Deste modo, ela

foi utilizada nas campanhas nas quais os candidatos se apresentaram a partir de sua profissão como “pessoas capazes de resolver” ou “pessoas que sabem resolver” ou “pessoas que entendem o que tem que se fazer para resolver”, perpassando praticamente todas as campanhas eleitorais dos policiais e apresentadores de televisão.

Já no pleito de 2002, além da eleição de Torgan, outro membro da segurança pública obteve êxito, desta vez o delegado da polícia civil Francisco Cavalcante, que foi o deputado estadual que conseguiu a maior votação em 2002. Sua participação constante em programas policiais, nos quais o delegado surgia como o principal responsável pela apreensão de drogas ou de “bandidos perigosos”, alçou-lhe a condição de homem destemido e íntegro. Contudo, ao assumir as atividades como parlamentar, Delegado Cavalcante não apareceu mais em suas atividades policiais na mídia, sendo este talvez um dos motivos que acarretou a sua não eleição no pleito subsequente. Em 2010 elegeu-se para o mesmo cargo representativo com uma votação bem menos expressiva.

No ano de 2006, juntamente a eleição de Cid Gomes ao governo do Ceará, derrotando o então Governador Lúcio Alcântara, elegeram-se três deputados estaduais que aderiram à temática da segurança como mote principal de suas campanhas, os quais foram: Edson Silva, Eli Aguiar e Ferreira Aragão. Interessante observar que existe uma mudança no perfil de candidatos eleitos que se consideram autorizados a falar em nome da segurança pública. Isto porque outrora encontrávamos dois servidores públicos, um delegado da Polícia Civil e o outro delegado da Polícia Federal; porém, neste pleito destacaram-se três apresentadores de programas policiais, que tiveram a televisão como principal dispositivo de propagação de sua imagem. Como aponta Silva (2008), os discursos dos candidatos que utilizaram a mídia como principal meio para angariar seus votos foram pautados:

no combate à violência (que) suscita questões primordiais no que diz respeito à proteção do cidadão e questiona o funcionamento dos órgãos de segurança e a manutenção da ordem e da leis na sociedade. Suas características se revelam através da sua eficácia, tais como: um forte apelo emocional, a espetacularização da própria violência, a defesa das tradições, o culto à família bem como o apelo às penas mais severas para os criminosos. (SILVA, 2008, p. 4).

Por meio do relato apresentado, é possível destacar, já em 2006, o crescente número de políticos eleitos que utilizaram da estratégia de transformar a sua capacidade e conhecimento sobre a segurança pública em capital político para pleitear um cargo legislativo no Ceará. Contudo, mesmo com o crescente número de eleitos, estes não foram os únicos a candidatarem-se a um cargo eletivo. Nas eleições de 2006, o então deputado federal Moroni Torgan (DEM) candidata-se a senador da república, alcançando o segundo lugar na eleição, perdendo a vaga para Inácio Arruda, escolhido numa aliança entre PSB, PT e PCdoB.

Já em 2010 elegeram-se como deputados estaduais Ferreira Aragão, Delegado Cavalcante e Ely Aguiar. Para deputado federal obteve êxito o apresentador televisivo Edson Silva, após quatro anos no parlamento estadual cearense. Deste modo, houve o retorno de mais um “representante da segurança pública” entre os legisladores eleitos para a gestão 2011-2014.

É possível apontar que estas candidaturas destacaram-se por possuir uma maior inserção a partir das competências do candidato perante o eleitorado. Contudo, para além da filiação em partidos, que são requisitos necessários para “se fazer política” como candidato numa campanha eleitoral, os apresentadores de TV e os policiais não apresentaram em seus discursos uma questão relativa à “representação” de uma categoria ou grupo social. Estes sim, como já apontados, levantaram a bandeira da segurança pública, mas não de uma causa específica, adquirindo em seus discursos o intento de abarcar a maior fatia possível de representação e sentimentos a que os eleitores se sentissem contemplados.

É válido destacar que o objetivo não é desmerecer a estratégia eleitoral empregada por estes candidatos, tendo em vista que julgar não cabe ao pesquisador. Como elucida Coradini (2001), a intenção é “apreender as condições e modalidades em que esses esforços na conversão dessas relações ‘profissionais’ em recursos eleitorais podem ocorrer e, conseqüentemente, quais os significados que essas profissões podem assumir”. (CORADINI, 2001, p. 26).

O que seria possível dizer é que eles souberam articular uma demanda social, exemplificada pelo medo e pela necessidade de proteção contra a violência,

com as competências pessoais elencadas pelo exercício de suas profissões. Destacando, deste modo, que

Os usos da profissão enquanto recurso eleitoral comportam diferentes definições e usos desse estatuto e das classificações profissionais, que remetem a conjuntos de relações e contextos sociais os mais diversos [...] A interpretação mais corrente desses usos de relações estabelecidas no exercício da profissão, pelo menos em relação aos casos tidos mais comuns, é a reconversão do vínculo estabelecido no próprio exercício profissional com os consumidores dos serviços desses profissionais, ou seja, os 'clientes'. (CORADINI, 2001, p. 27).

Ainda no pleito eleitoral de 2010, existiu um candidato não eleito que também se destacou politicamente nos anos subsequentes à eleição, o Capitão Wagner. Com a acumulação de um capital simbólico entre os membros da segurança pública, que após ser adequadamente articulado se objetivou em sua candidatura como deputado estadual.

Para conseguir este intento, Capitão Wagner se filiou ao Partido da República (PR), comandado pelo ex-governador Lúcio Alcântara e pelo então prefeito de Maracanaú, Roberto Pessoa. O contexto político propiciou um partido político que abrigasse o candidato, tendo em vista que Alcântara e Pessoa eram considerados adversários políticos diretos do grupo comandado pelos irmãos Ferreira Gomes, tendo em vista que Cid Gomes venceu as eleições para o governo do estado contra Lúcio, que tentava a reeleição. Já Roberto Pessoa foi considerado desafeto pessoal de Ciro e de Cid Gomes, ao travar vários embates contra os irmãos. Um dos principais conflitos entre os políticos se deu a partir de acusações mútuas, nas quais se referiram um ao outro por adjetivos pejorativos, a exemplo de 'vagabundo' e 'bandido', com o suposto desfecho de uma agressão física de Ciro ao ex-prefeito³⁸.

Este contexto de acirramento político entre as lideranças do Partido da República com políticos do grupo dos Ferreira Gomes, também foi vivenciado pelo Capitão Wagner de Sousa, o que proporcionou ao contexto político características referentes ao conflito de facções (PALMEIRA, 1995).

Após a eleição de outubro de 2010, Wagner de Sousa não alcançou a votação necessária para se tornar deputado estadual, obtendo a condição de

³⁸Cenas do conflito podem ser acessadas, em: <http://blog.opovo.com.br/blogdoeliomar/bate-boca-roberto-pessoa-registra-bo-contra-ciro-gomes/>.

primeiro suplente com mais de 28 mil votos. Seu partido elegeu dois representantes, Leonardo Pinheiro e Fernanda Pessoa. O primeiro logo aderiu à base governista, e não assumiu o posicionamento de crítico à gestão. Esta última, filha de Roberto Pessoa, se caracterizou por fazer oposição ao Governo Estadual na Assembleia, contudo, sem grande força ou mobilização social, visto que no início do mandato realizou vários discursos previamente escritos, o que denotou pouco apelo emotivo e insegurança em suas palavras. Por vezes, Fernanda Pessoa era questionada pelos deputados governistas quanto à sua inabilidade política, ao seu nervosismo e à sua inexperiência com o trato com os demais deputados.

Com a necessidade de se fortalecer um posicionamento de oposição ao grupo de Ciro Gomes; no ano de 2011, os dirigentes do PR, em acordo com a APROSPEC, solicitaram uma licença de três meses para Fernanda Pessoa, para que o primeiro suplente pudesse assumir sua vaga, com a obrigação de intensificar um discurso crítico às atitudes do Governo do Estado do Ceará.

Capitão Wagner de Sousa passou a discursar em todas as sessões da Assembleia Legislativa. Em seus discursos, a temática da segurança pública e o reconhecimento da condição de pessoa detentora de direitos dos policiais cearenses eram constantes. Por vezes, os embates travados entre o Deputado e o líder do governo³⁹, como também com outros deputados, começaram a montar um cenário propício à ascensão do Capitão como principal liderança dos operadores da segurança pública e um dos principais políticos de oposição. Estes embates foram gerados especialmente pelas demandas por melhores condições de trabalho e salários aos operadores da segurança pública, especialmente aos policiais militares, que, segundo Capitão Wagner, enfrentavam quase 100 horas de trabalho semanalmente, além dos baixos soldos e das condições precárias de trabalho.

Somadas a estas ações, o grupo de policiais militares passou a organizar movimentos reivindicatórios pontuais, como também a patrocinar outdoors distribuídos na cidade de Fortaleza, com a frase: “Quanto vale a vida de um policial?”. Esta ação foi organizada pela Associação dos Profissionais de Segurança Pública do Estado do Ceará (APROSPEC) e teve como objetivo não apenas

³⁹Conflito entre Capitão Wagner e Antonio Carlos quanto à segurança pública no Ceará. <https://www.youtube.com/watch?v=IhFFu-qkaul>.

sensibilizar aqueles que de alguma forma participavam da segurança pública, mas também integrar a população em um sentimento coletivo, ao compartilhar o sofrimento e as solicitações por consideração dos policiais.

A demanda moral da indagação destaca que esta não esteve alicerçada apenas num apelo à vida, mas sim à vida do policial, aquele que têm o ‘dever’ de instituir a mediação e o controle social pelas leis, ao propor, para além da defesa de um direito, a gradação sobre quem seria aceitável ou não morrer. No caso em análise, a categoria reivindicou que não era atribuída à vida dos policiais a importância que lhe caberia socialmente. Ou seja, o apelo ao assassinato de um agente da segurança pública reverberaria em toda a categoria como uma agressão ao direito de todos à vida.

4.2 Antigos agentes, novas facções

No município de Fortaleza, também foi crescente o número de parlamentares da câmara de vereadores que utilizaram da segurança pública como suporte principal de sua plataforma eleitoral. Em 2012, Capitão Wagner e Vitor Valim foram os dois vereadores mais votados nestas eleições. O primeiro, policial militar, e o segundo, apresentador de programa policial. Também é possível destacar a vitória nas urnas de Márcio Cruz, presidente do Sindicato dos Guardas Municipais de Fortaleza.

Valim, que ocupou em definitivo o lugar de Edson Silva como apresentador de um programa policial após este assumir o mandato como deputado federal, empregou estratégias similares às acionadas pelos demais apresentadores televisivos para conquistar a sua vitória. Vinculou seu nome como alguém preocupado com as problemáticas enfrentadas pela população, especialmente a violência, denunciando em seu programa diário o modo como a “marginalidade” e as “drogas” destroem a “família cearense”.

Para a compreensão deste contexto é necessário perceber que, como aponta Bourdieu (1997), o campo político se organiza através de uma distribuição desigual dos meios de produção e de formação de opinião, por isso agentes sociais como apresentadores de televisão ou jornalistas partem de um local social

privilegiado para construir um discurso legítimo e socialmente aceito sobre a segurança pública.

Neste mesmo pleito, os outros dois candidatos eleitos vinculados à segurança aderiram a uma estratégia relacionada à representação da categoria dos profissionais de segurança pública numa escala “sindical”⁴⁰ como discurso de representação política. Seguindo as trilhas de Barreira (1998), o conceito de representação aqui acionado vincula-se

A representação simbólica [...] privilegiando a condição de ausência do representante, que passa a ser figurado através de símbolos capazes de evocar sentimentos, ideias e crenças. O representante político líder é, por exemplo, alguém em que se crê ou se projetam sentimentos e esperanças. Abre-se aqui a perspectiva da dimensão weberiana de representação, revelada na existência de legitimidade. (BARREIRA, 1998, p. 37).

Tal questão demonstra que a representação assume uma característica multifacetada, sendo possível ser transmitida e reformulada de acordo com as possibilidades e os usos presentes no campo político. Deste modo, Wagner de Sousa, líder da paralisação de 2011 da PM, realizou uma ‘faceta’ eleitoral, conseguindo ‘emprestar’ seu capital político a Márcio Cruz, que já o possuía em elevada inserção entre os Guardas Municipais de Fortaleza.

A trajetória de Cruz inter cruzou-se com a de Wagner a partir de uma reorganização de forças entre os agentes da segurança pública cearense. Estes dois agentes, ainda em 2010, organizaram uma chapa com alguns policiais militares tendo por objetivo concorrer contra o cabo Flávio Alves Sabino, então vice-presidente da Associação dos Cabos e Soldados Militares do Ceará (ACSMCE), e candidato à presidência da mesma instituição.

Policiais ligados ao Capitão Wagner de Sousa, que no momento estava na condição de suplente de Deputado Estadual pelo Partido da República, procuravam um nome para contrapor à chapa contra o cabo Sabino. Dentre as opções, surgiu o nome do policial do programa Ronda do Quarteirão Rômulo

⁴⁰ Aos militares é proibida a organização de sindicatos ou de reuniões que possuam viés político, sendo estas duas situações caracterizadas como motins. Tal caracterização pode acarretar em prisão, em suspensão ou até mesmo expulsão da corporação militar. Por tanto, os termos “sindicalismo” ou “atuação sindical” são por vezes reapropriados a partir de contextos específicos por estes policiais. Isto porque, mesmo tal modo representativo não sendo permitido em suas atividades cotidianas, esta nomenclatura foi por vezes acionada para identificar as atividades das lideranças em prol da tropa.

Eustáquio, que foi convidado a conhecer o Capitão Wagner com o objetivo de articular uma possível campanha. Em entrevista concedida no dia oito de janeiro de 2013, o referido policial detalhou a sua primeira reunião junto aos policiais representantes do Capitão Wagner:

Quando eu fui, me propuseram que eu me candidatasse a presidente da Associação, da ACS⁴¹. Porque disseram que tinham uma confiança muito grande em mim, que eu tinha o perfil, que eu tinha uma boa formação. Eles queriam que mudasse o perfil da ACS. (Entrevista concedida para outra pesquisa, em 8 de janeiro de 2013).

Rômulo Estáquio aceitou candidatar-se a presidente da ACSMCE. Segundo o policial, sua campanha foi realizada “com poucos recursos, viajando ao interior do estado de farda para não pagar as passagens”. Para este novo grupo, a intenção de controlar a Associação dos Cabos e Soldados do Ceará estava na preocupação da mudança do “perfil da instituição”, por terem o intuito de tornar esta mais próxima à tropa. Contudo, após o período de campanha, a chapa que possuía Flávio Sabino como presidente foi vitoriosa.

Com a derrota, aqueles que não haviam saído vitoriosos procuraram alternativas quanto ao crescimento no campo da representação da categoria policial. Segundo Rômulo Eustáquio, Márcio Cruz ajudou este grupo de policiais militares, contribuindo com recomendações de como agir para a formação de uma equipe que pretendesse assumir o papel de representante da categoria militar no Ceará.

Nessa época a gente tinha conhecido o Márcio Cruz, presidente do Sindicato dos Guardas Municipais, e o Márcio Cruz apoiou a minha candidatura. Então ele foi, e disse em uma conversa comigo, o Capitão não estava presente na reunião, que cederia a associação das Guardas Municipais do Estado do Ceará para formar uma Associação de Profissionais de Segurança Pública. [...] Todo mundo era inocente, ninguém tinha experiência de luta de classe. [...] No começo a gente deve muito aos guardas municipais, a gente não tinha conhecimento das brechas jurídicas, então foram os guardas municipais, com a experiência sindical deles, que foi nos mostrando os caminhos (Entrevista concedida no dia 8 de janeiro de 2013).

Segundo a fala do interlocutor, a importância dos Guardas Municipais na articulação da APROSPEC foi fundamental, tendo em vista que uma associação, para conseguir êxito, necessitava possuir a compreensão das engrenagens do jogo político (BOURDIEU, 1998) e esta condição, o presidente do SINDIGUARDAS possuía.

⁴¹ACS é como é designada informalmente a ACSMCE.

Também nota-se na fala de Rômulo Eustáquio a característica de adaptabilidade, uma das exigências 'não formais' ao exercício do 'ser militar'. No qual este novo grupo que surgiu após embates dentro da Corporação adquiriu com o acúmulo de experiência: "Então a gente teve de pegar a malícia com esse pessoal (guardas municipais), a gente teve de se readaptar à ideia de classe." (entrevista concedida em 8 de janeiro de 2013).

Após a derrota, Márcio Cruz, Rômulo Eustáquio, Wagner de Sousa, e outros policiais, tomaram a iniciativa de reunir profissionais ligados às instituições de Segurança Pública do Ceará para a organização de uma associação que contemplasse os mais variados seguimentos da categoria, resultando na fundação da APROSPEC, tendo Wagner como presidente, Cruz como tesoureiro e Rômulo como um de seus diretores.

Foi com a criação da APROSPEC que a formação de uma nova facção política pôde ser devidamente articulada. Tendo em vista que uma Associação, com pouco mais de um ano fundada, conseguiu eleger dois vereadores, dentre estes o mais votado na história da cidade de Fortaleza.

Na Câmara de Vereadores, Capitão Wagner se destacou como um dos principais opositores da gestão municipal, mas não apenas isso. Seus pronunciamentos reverberavam na política estadual, o que deu a tônica de inúmeros conflitos entre o Governo do Estado e a Prefeitura com o parlamentar.

Como vereador, Cap. Wagner continuou a denunciar problemas na gestão da segurança pública, como também a reivindicar direitos aos policiais. Na fala abaixo, o vereador faz menção a um caso específico, mas que pode servir como exemplo para muitos outros pronunciamentos de sua autoria. Neste relatou a questão dos direitos do militar, ao externar em tom de denúncia o suicídio do Soldado Lima⁴².

O militar estava trabalhando normalmente e o vídeo de monitoramento de segurança percebeu um 'problema gravíssimo', percebeu que o policial estava sem a cobertura. A cobertura é aquela boina que ele utiliza na

⁴² Para Leiner (1997), a rígida hierarquização constitui o fio condutor na formulação do princípio militar, implicando na subordinação permanente do soldado, tendo em vista que o militar deve obedecer a seu superior ainda em assuntos civis, ou seja, a regulação da vida do militar é constante. Esta regulamentação, por vezes, interfere no dia-a-dia do policial, causando problemas tanto físicos quando psicológicos.

cabeça. Em virtude desse problema, o Major que é responsável pelo vídeo monitoramento fez uma ligação para a viatura determinando que o policial colocasse a boina na cabeça. E o policial informou: Major, eu estou com um atestado médico, com problema de seborreia, a viatura está com o ar-condicionado quebrado, minha cabeça está coçando. E o Major disse: coloque a boina na cabeça, que eu estou determinando. O policial questionou e o Major determinou que a viatura saísse da área de serviço para ir ao local do vídeo monitoramento para que o Major passasse a constranger o policial militar. Até que o Major, além de tudo isso, fez uma comunicação disciplinar desse soldado. O soldado me ligou e disse o que tinha ocorrido, aí eu disse: meu irmão, não se preocupe não, a assessoria jurídica da Associação, vão lhe defender, porém o policial militar foi condenado a cinco dias de prisão porque não estava com a boina na cabeça, mesmo com um atestado médico. Resultado: ontem, o policial estava na residência de um amigo e pegou a sua arma e efetuou um disparo na cabeça, e esse disparo levou o policial a óbito. Eu queria dizer que a perseguição, na polícia militar, é um absurdo. É uma cobrança absurda, uma cobrança que chega ao extremo, vir a se suicidar por esta ação praticada em virtude dessa má formação militar (sic). (Entrevista concedida em janeiro de 2013).

A partir do discurso do Vereador Capitão Wagner de Sousa, notou-se que este manteve uma fala austera ao exigir reconhecimento e consideração do Comando Geral aos praças da Polícia Militar. Reclamou que o oficialato da PM utilizava de prerrogativas como a hierarquia para impor ao soldado uma situação de rebaixamento e de desconsideração quanto à sua condição dentro da instituição (HONNETH, 2003).

É como aponta Cardoso de Oliveira, na negação e desconsideração do valor ao indivíduo, que reside à premissa do Insulto Moral. É ao perceber que a exigência por reconhecimento está inserida num contexto que vai além de leis, constituindo-se em ações que garantem um respeito construído e consolidado dentro do grupo, que, por vezes, se utiliza de atos simples, mas repletos de significados, para demonstrar a sua prática.

Assim, todos estes discursos e declarações são pronunciamentos em alto grau de dramaticidade, onde os ouvintes são convocados a se situarem enquanto atores nas imagens reconstruídas pelo orador, e se deixam tocar simultaneamente nos planos da razão e da emoção. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2011, p. 119).

Destarte, Capitão Wagner congregou sentimentos compartilhados pelos atores sociais, que, mesmo não sofrendo violência física, sentiram-se agredidos moralmente por considerarem que as ações de desrespeito ao direito do outro também atingiram seu próprio direito. Desta forma, sua liderança se constitui por sua capacidade de evocar os anseios dos membros de baixa patente da corporação,

através de seu carisma e de sua retórica, o que fez emergir um sentimento de ressentimento da tropa da Polícia Militar do Ceará em relação ao Comando Geral.

Após a paralisação da Polícia Militar do Ceará, que teve como um dos pontos acordados a anistia administrativa dos policiais militares paredistas, foram instaurados Inquéritos pela Promotoria Militar com o intuito de investigar possíveis atos criminais dos policiais, a exemplo de danos ao patrimônio público. A partir do novo conflito, não apenas o Capitão Wagner, mas também o seu grupo, passaram a intensificar discursos de teor acusatório sobre os membros do Governo do Estado.

O Vereador Marcio Cruz, em uma assembleia realizada para debater a anistia aos policiais militares em 2013, relatou um caso que havia ocorrido com sua mulher, a policial Ana Paula Brandão, quando convocada a comparecer a uma junta médica, na qual, segundo o vereador, um oficial médico lhe coagiu psicologicamente, impedindo-a de sair da sala e tecendo comentários de que sua expulsão da PM estaria próxima.

Após o relato, afirmou aos presentes que o “promotor militar não deveria ter se retirado da reunião, pois deveria escutar a minha fala, mas ele não escuta os policiais, isso é porque são amistosas as relações entre a Justiça Militar e o Governo do Estado”.

No mesmo período, na Assembleia Legislativa do Ceará, intensificaram-se as lutas discursivas entre os grupos em disputa. Os discursos da Deputada Estadual Patrícia Saboya, ex-esposa de Ciro Gomes, passaram a reconsolidar a disputa faccional no cenário político, ao apontar contra a figura do Capitão Wagner de Sousa e seus companheiros de partido acusações quanto às intenções e competência destes políticos.

Esse capitão Wagner é um marginal. A senhora (Fernanda Pessoa) não teve coragem de abrir a boca quando o governador Cid Gomes esteve aqui, porque só traz discursos escritos. O Ciro é um cidadão e tem o direito de dizer o que quiser. Ele está certo, sim, vocês estão fazendo politicagem, terrorismo, com a Polícia que não aguenta mais essa situação. [...] Eu conheço o Ciro e, além de ser pai dos meus filhos é cidadão de bem e não tem mancha. E a partir de hoje, estarei aqui atenta para os discursos de quem quer que seja, para discursos de porcaria de capitão Wagner para falar de homem sério. E tenho dito! (Diário do Nordeste, 2013)

Várias foram as trocas de insultos entre os representantes do grupo dos Ferreira Gomes e os representantes do grupo do Capitão Wagner, além de alterações dos mesmos em embates discursivos.

Nesta perspectiva, a política é costurada a partir da apropriação do poder, na qual discursos produzidos por determinados agentes sociais, no caso os agentes da segurança pública, estão inseridos num emaranhado de acontecimentos que num primeiro momento são difíceis de decifrar. Estas relações dentro do campo político, envoltas num discurso de representação de uma categoria, se constituem a partir do sentimento de se fazer importante o campo de estudos em análise por meio daqueles que possivelmente consideram-se representados.

Porém, no ano de 2013, alguns meses depois da reunião supracitada, o grupo de Wagner de Sousa sofreu duas baixas conjuntas. Márcio Cruz e Rômulo Eustáquio enfrentaram o vereador Wagner numa disputa pela presidência da APROSPEC. Cruz e Rômulo destituíram, junto com outros diretores, Wagner de Sousa da presidência da instituição com acusações de fraudes e ilicitudes.

Neste mesmo período Márcio Cruz assumiu a liderança do grupo governista na Câmara de vereadores de Fortaleza, passando a empregar em seus discursos a defesa da gestão que até então questionava. Já Rômulo Eustáquio não mais apareceu no meio político/policial, 'abdicando' o seu capital representativo que havia conquistado. O policial foi posteriormente acusado de integrar um grupo de administradores de um perfil fake numa rede social, que era conhecido por denúncias sobre as atividades consideradas desrespeitosas promovidas pelo Governo do Estado. Após este período, não obtive mais notícias sobre o policial.

Após longos meses de embate, a APROSPEC foi destituída. Márcio Cruz retomou suas atividades a frente do SINDGUARDAS e Wagner de Sousa funda com outros agentes da segurança a Associação dos Profissionais de Segurança (APS). Nesta nova Associação, o grupo de militares destituído pelo Governo do Estado de suas funções toma a frente do processo de "representação" da categoria.

4.3 Segurança pública e a campanha de 2014 no Ceará⁴³

No primeiro evento de campanha que acompanhei, deparei-me com um grande prédio, situado numa das principais avenidas da cidade de Fortaleza. Outrora bastante deteriorado, este recebeu novas cores em sua fachada, além de uma tenda na extensão do terreno que integrava o complexo. Em seus arredores encontravam-se vários “ativistas⁴⁴”, em sua maioria mulheres, que moravam na periferia da cidade. Estes balançavam bandeiras e entregavam ‘santinhos’ de campanha do candidato a governador, do candidato a senador e de mais alguns candidatos a deputado estadual e a deputado federal.

No local, um imenso palanque chamava a atenção pelo tamanho e pela quantidade de candidatos e ‘lideranças’ políticas que nele estavam espremidos. Algumas destas lideranças foram chamadas para a realização de discursos e pedidos de votos, sempre ressaltando realizações e planos para o futuro. Outras eram convidadas, via microfone, a se retirar do palanque, pois a iminência do risco deste cair era nítida.

⁴³O estado do Ceará está localizado na região Nordeste do Brasil. Segundo a estimativa populacional realizada no ano de 2014 pelo IBGE, sua população ultrapassa 8,8 milhões de habitantes. Deste total, 63,6%, ou seja, 6,2 milhões possuem mais de dezesseis anos e estão aptos a votar. No país, as eleições aos cargos majoritários e proporcionais ocorrem a cada dois anos, divididas em dois blocos. No primeiro bloco são eleitos os prefeitos e os vereadores para todas as cidades do Brasil; no bloco subsequente são eleitos os deputados estaduais, os deputados federais, os senadores e seus respectivos suplentes, os governadores e os seus vice-governadores e o presidente da república juntamente com o vice-presidente. Os cargos legislativos, excetuando-se os senadores, são eleitos levando em consideração a proporcionalidade. Ou seja, cada partido ou coligação de partidos têm que alcançar um número mínimo de votos para eleger os mais votados entre os seus candidatos. Este número mínimo é chamado de coeficiente eleitoral. O coeficiente eleitoral é calculado dividindo-se o número de cadeiras do parlamento pelo número de votos válidos naquele pleito. Os votos válidos são todos aqueles em que o eleitor manifesta o sua escolha a um candidato ou a uma legenda, deste modo excetua-se os votos brancos e os nulos, além das abstenções. No Ceará, no primeiro turno das eleições do ano de 2014 para o cargo de deputado estadual, mais de cinco milhões de eleitores compareceram às urnas. Destes, 4,46 milhões depositaram seus votos em um candidato específico ou numa legenda para o cargo. Neste sentido, para eleger-se a uma das 46 vagas da Assembleia Legislativa do Ceará, seria necessário à obtenção de, em torno, de 97 mil votos. Já no caso dos deputados federais, totalizaram-se 4,36 milhões de votos válidos, exigindo-se para serem eleitos a uma das vinte e duas vagas em torno de 198,5 mil votos. (TSE, 2014).

⁴⁴Nilin (2013) aponta uma mudança interessante no perfil do ativismo político. Numa primeira categoria, o ativismo é exercido por “voluntários”, ou seja, pessoas ligadas à campanha que fazem estas atividades por questões “ideológicas”, tendo como principais agentes os jovens universitários de partidos de esquerda. Após uma maior profissionalização das campanhas eleitorais, foi possível destacar uma mudança no perfil destas ativistas. Eles agora advêm, em sua maioria, de comunidades da periferia da cidade, executam suas atividades num período determinado pela cúpula da campanha, mediante o pagamento de um valor estipulado para o exercício da função. Neste sentido, o ativismo perdeu um viés ideológico, para assumir o exercício profissional/empregatício de uma função remunerada.

Entre os oradores, o apelo à confiança e ao valor da representação política que desempenhavam foram acionados neste momento das mais variadas formas. Porém, por mais distantes que sejam as ‘realidades’ sociais de cada um, o discurso de grande parte remeteu de algum modo à defesa da sociedade contra a “epidemia de violência”.

Neste contexto, a segurança pública configurou-se como uma das principais pautas de representação política. Assim, disputando uma das vagas para deputado, vários candidatos abordavam a referida temática como mote em suas campanhas; entre estes se destacaram os policiais, os apresentadores de televisão e os líderes religiosos.

Ao local fui especialmente interessado em observar os policiais candidatos e suas falas no comício. Junto a isto, também possuí o intento identificar como policiais militares apresentavam-se como candidatos capazes de resolver problemas sociais, especialmente àqueles voltados à segurança pública, e como participaram de uma disputa pela conquista da adesão do voto aos cargos de deputado estadual e deputado federal do Ceará.

Mais do que os discursos dos próprios militares, chamou-me a atenção alguns espectadores do comício. Estes eram jovens que almejavam a convocação no concurso da PM. Seguravam faixas de apoio à candidatura do Cabo Sabino, do Capitão Wagner e de Eunício Oliveira, como também pediam a prorrogação por mais dois anos do tempo de espera para ser chamado no referido certame.

Concomitante a isto, ao passo que se negava a oportunidade de discursar a muitos políticos, um dos membros dos *sub judice*⁴⁵ foi convidado a falar no palanque em nome de todos os que pretendiam ser policiais. Ao mesmo tempo em que o locutor chamava o jovem, eram reiterados os pedidos às ‘lideranças’ que não fossem prefeitos ou candidatos para que saíssem do palanque com o intuito de não lota-lo por conta da integridade física dos presentes.

A fala do aspirante a policial foi repleta de elogios às figuras dos líderes da greve de 2011, que estavam naquele momento na condição de candidatos.

⁴⁵*Sub judice* é uma expressão latina que remete “nas mãos do juiz”, serve para dizer que o caso já está sendo apreciado no âmbito do judiciário.

Pedidos foram realizados ao postulante ao cargo de governador do Ceará, Eunício Oliveira, que mesmo ainda não estando no local, foi solicitado que a ele fossem transmitidos os anseios desta categoria:

Senador, nós estamos com o senhor. Eu estou aqui com os demais *sub judice* apoiando o senhor contra essa dinastia que é contra a polícia militar e contra o Ceará. Nós queremos que o senhor faça o compromisso de garantir que nós possamos conseguir o nosso sonho de entrar na Polícia Militar. (sic).

Concomitante às palavras do jovem, os demais uivavam e gritavam o número do Capitão Wagner e do Cabo Sabino, fazendo um “C” com a mão, abafando grandes comitivas de outros candidatos já conhecidos na política cearense, como Gorete Pereira e Danilo Forte.

. Enquanto esperavam a chegada dos candidatos a Governador e ao Senado, se alternavam discursos de candidatos e melodias produzidas especialmente para a campanha política. Interessante observar que existia entre aqueles que faziam o uso da palavra uma ordem estabelecida pela hierarquia, forjada na experiência de cada orador, nos cargos já ocupados, e principalmente no capital eleitoral, materializado na quantidade de votos que seu discurso era portador. Isto nos daria indicações de o porquê se abrir espaço para a fala de um jovem desconhecido e que não possuía capital político.

Aproximando-se o final das falas daqueles que estavam “autorizados” a se manifestar, quando a palavra iria ser transmitida a Chiquinho Feitosa, empresário e primeiro suplente de Tasso ao senado, chegaram: Eunício, candidato ao Governo do Ceará, Roberto Pessoa, seu vice, Tasso Jereissati, candidato a senador, além de Gaudêncio Lucena, vice-prefeito de Fortaleza. Estes passaram entre a multidão, abraçando e apertando mãos; enquanto os locutores anunciavam seus nomes e, ao mesmo tempo, diziam os números para o voto.

Quando chegaram ao palanque, o microfone, que não voltaria mais a Chiquinho Feitosa, foi entregue a Roberto Pessoa. Porém, antes disso, o locutor foi avisado por Lúcio Alcântara para passá-lo ao Cap. Wagner. Em um ato simbólico, intitulado pelo próprio Capitão como um compromisso de responsabilidade, Wagner transmitiu às mãos de Eunício o que viria a ser um plano de segurança pública, com

38 pontos. Após isso, Wagner discursou ao som de aplausos e uivos nos quais era apenas possível distinguir seu nome e seu número de candidato.

Ao chegar ao ápice do evento, os discursos de Tasso e de Eunício foram fortemente marcados pela alusão à segurança pública. Como visto nas palavras do candidato a Governador,

Hoje não é possível mais sair de casa, as famílias não se sentem seguras nem em casa. Vou reorganizar a segurança pública, mudar todo o descaso que está aí. Pra fazer isso não precisa de muito, não precisa de carros luxuosos. É só valorizar os policiais, é só ver o caso de Pernambuco, que gastou três vezes menos que no Ceará e teve três vezes mais resultados. (sic)

Na fala do candidato, o primeiro comício de campanha eleitoral se destacou pela forte presença da segurança pública reapropriada como discurso político eleitoral, dando destaque a acusações de ineficiência e ineficácia na gestão pública atual.

Na mesma semana também houve o lançamento da candidatura de Camilo Santana, candidato a governador pelo PT e afilhado político do grupo do então Governador Cid Gomes. No evento, o tom das acusações foi dado em larga escala, como no comício da facção oposta. Emitidas por parte do ex-ministro Ciro Gomes. Estas foram publicadas no jornal O Povo, e diziam:

A troca de farpas na campanha política ganhou força na noite da terça-feira, durante inauguração do comitê do candidato governista Camilo Santana (PT). No evento, Ciro declarou que os cearenses não podem eleger “aventureiros, lambaceiros, mentirosos”, “que fazem da política espaço para enriquecer”. Ele disse ainda que “o candidato que se apresenta aí é uma mistura de Pinóquio com Irmão Metralha”. Curiosamente, o termo “petralha” é comumente usado por críticos do PT para se referir ao partido de Santana. Ciro destacou o crescimento do patrimônio de Eunício desde 2010, quando foi eleito senador com o apoio dele e do governador. “Eram R\$ 36 milhões. Em quatro anos, passou para R\$ 460 milhões”, disse Ciro. Mas o valor declarado pelo peemedebista à Justiça Eleitoral é de R\$ 99 milhões. O irmão de Cid atribui parte do aumento patrimonial a “contratos malversados com a Petrobras”. (O Povo, 30/07/2014).

A partir dos eventos apresentados, é possível indicar que a campanha de 2014 no Ceará adquiriu como marcas principais os conflitos e as acusações entre as facções nas disputas pelo poder. Estes conflitos foram reverberados e construídos principalmente pela manutenção de imagem própria e a desqualificação da imagem do outro, como é possível observar a seguir.

4.3.1 Acusações entre facções: um universo simbólico em disputa

As acusações entre as facções, uma liderada pelos irmãos Ferreira Gomes e a outra por Eunício Oliveira e Tasso Jereissati, construíram suas estratégias a partir de discursos que buscavam diferenciar-se do adversário a partir de características atribuídas ao outro como “desonestos” ou como “políticos incapazes de realizações”.

Deste modo, Werneck (2014) pode lançar luzes para entendermos melhor como se processam as críticas e as acusações no tempo eleitoral, propondo pensá-las como duas categorias analíticas complementares. Especificamente, uma acusação se caracteriza como uma crítica que “pode ser mobilizada adotando-se como ponto de partida uma pretensão de universalidade do princípio-moral.”

Desta forma, a referida disputa parte das relações de conflito que permeiam o campo político cearense. Por campo político, Bourdieu (2011) compreende como os dispositivos que se organizam através de uma distribuição desigual dos meios de produção e de formação de opinião. Nesta relação, a política é costurada a partir da apropriação do poder, no qual discursos produzidos por determinados agentes sociais estão envolvidos num emaranhado de acontecimentos.

Os referidos agentes são os políticos profissionais, que atuam cotidianamente na política, ao fazer dessa a sua vocação e a sua razão de existência. Atuam baseados em estratégias acionadas dentro do jogo político, que envolvem características singulares, alicerçadas na representação e na manutenção de uma “coerência de imagem” a ser apresentada aos eleitores. É válido observar também que as facções só “são identificadas e em que, por assim dizer, existem plenamente, em conflito aberto”, apenas quando em disputa no tempo da política (PALMEIRA, 1996, p. 43).

Uma disputa de trajetórias vinculadas ao nome ilibado, aos serviços prestados à sociedade, além da caracterização do político como uma pessoa de caráter forte, remete às construções de imagem dos candidatos a governador, como também a deputado estadual e deputado federal, além dos políticos que lhe apadrinham.

Neste contexto, destaque obteve Capitão Wagner em suas disputas com os irmãos Gomes e seus correligionários. Quanto aos representantes políticos do Governo do Estado do Ceará e o próprio governador, Cid Gomes, bem como seu irmão, Ciro Gomes, travaram duras lutas discursivas de mútua desqualificação com o Capitão e com seu grupo.

De parte a parte, Ciro Gomes e Capitão Wagner se acusam, desde 2011, de ‘bandidos’, ‘vagabundos’, entre outras desqualificações morais que tiveram forte teor de hipermasculinidade nas trocas ao acionar toda uma retórica guerreira por suas falas. Como aponta o jornal O Povo, em quatro de agosto de 2014, as disputas entre os dois grupos políticos, dando enfoque à importância política do Capitão Wagner, era iminente:

Personagem que tem pautado debate eleitoral mesmo fora da disputa majoritária, o vereador Capitão Wagner (PR) apresentou nesta segunda-feira, 4, uma série de propostas suas para gestão da Segurança Pública no Ceará. Sem vincular ações à candidatura de Eunício Oliveira (PMDB), Wagner propõe 38 projetos e diz que cobrará ações independentemente de quem vencer a disputa. Entre as propostas, está a criação de quatro Secretarias ligadas à Segurança. [...] Mesmo não disputando cargo majoritário neste ano, Capitão Wagner tem se mostrado personagem central na campanha deste ano. Antes mesmo de Eunício Oliveira confirmar candidatura, já circulavam nas redes rumores de que o vereador teria sido convidado para assumir a Secretaria de Segurança de uma possível gestão peemedebista. A questão provocou críticas de Ciro Gomes (Pros), que trocou acusações com o parlamentar. O próprio candidato do PT à sucessão, Camilo Santana, também tem “mirado” críticas no vereador. Em entrevistas recentes, Santana tem atribuído aumento dos índices da criminalidade com “quebra de hierarquia” promovida na Polícia Militar em 2012, em greve da corporação que contou com participação de Wagner. (sic) (O Povo, 04/08/2014).

As acusações mútuas e a defesa da própria imagem inseriram-se no campo político por meio das representações feitas pelos policiais militares a partir das trajetórias que caracterizam estes atores como homens-macho. É válido destacar, como analisam Kunz (2006), Vieira (2012), que o imaginário social nordestino é repleto de personagens e histórias que representam condutas exemplares, cujas ações devem ser seguidas por aqueles que pretendem alçar a condição de “homem” nesta sociedade. São inúmeros os contos e as músicas que remetem ao modelo de “guerreiro”, a partir de um ideal que representa o chefe de família como provedor e detentor do mando da casa.

É a partir destas concepções sobre o papel do homem que as apresentações dos políticos foram lapidadas pelos próprios agentes, como também

pelo grupo que integram; porém, como é possível notar, foram postas em cheque a partir das disputas que questionavam a legitimidade da fachada apresentada como verdadeira por cada um.

A fachada, segundo Goffman (2013), caracteriza-se como a perspectiva de pensar as relações sociais a partir das interações entre o sujeito e o momento da ação. Desta forma, ao questionar a legitimidade da fachada do outro, podemos afirmar que os agentes agiram com o intuito de preservar a sua própria fachada a partir da relação exigida pela situação.

Entre o período de campanha, não faltaram situações para que as acusações tomassem proporções maiores, como a acusação de crimes eleitorais. Ainda no primeiro mês de campanha o jornal O Povo divulgou um vídeo no qual um policial estaria ensinando como os demais policiais deveriam “fazer campanha” para o Capitão Wagner dentro de uma viatura.

Um vídeo publicado nas redes sociais, na última semana, mostra suposto policial militar ensinando a fazer propaganda em benefício de candidato a deputado estadual **Capitão Wagner Sousa** (PR) através do sistema de som da viatura. O caso está sob investigação na **Procuradoria Regional Eleitoral** no Ceará (PRE-CE). Após receber denúncia de que bens da **Polícia Militar do Estado** (PM) estavam sendo usados em benefício de candidato, o Ministério Público recomendou ao comandante da PM, **Lauro Prado**, a adoção de providências para coibir a divulgação de qualquer tipo de propaganda partidária com uso de viaturas e equipamentos dos veículos. No vídeo, um suposto policial aparece ensinando como divulgar jingle de campanha através do sistema de alto-falantes de viaturas. "Pessoal, agora eu vou ensinar a vocês a fazer a propaganda do Capitão Wagner. Você pega a 'cabeça de bode' da viatura, pega o celular e coloca o celular na 'cabeça de bode' com a música do Capitão Wagner", diz o militar no vídeo antes de fazer a demonstração. (sic) (O povo, 31/07/2014)

Esta disputa situacional de uma representação legítima de fachadas se insere por meio de definições compartilhadas de espaço e de tempo pelos agentes sociais, nas quais se utilizam dos dispositivos que consideram mais apropriados de apresentação como agentes conscientes (Freire, 2014). Através destes questionamentos sobre as legitimidades de fachadas, a plateia – aqui, especificamente os eleitores – pôde passar a ter um maior conhecimento dos bastidores políticos e imputar questionamentos à representação desempenhada por aquele que foi acusado.

4.3.2 Estratégias de “união”, “proteção” e “conquista” na política da polícia

Entre os policiais também foi interessante perceber uma “apropriação” de um poder⁴⁶ que segundo eles mesmos só foi possível graças à “união da categoria”. União essa apresentada pelas concepções destes agentes como importante e, em certos casos, decisiva no meio político. Esta afirmativa pôde ser observada em discursos produzidos por vários operadores da segurança pública, como também em falas aparentemente “desinteressadas” de policiais-eleitores e em notícias na imprensa local. Caso exemplar está em uma conversa que tive com um praça, antes do primeiro turno, na qual este afirmou “estou com o Eunício por conta do Capitão, e se ele [Eunício] ganhar foram os votos do Capitão que fizeram a diferença.” (Conversa com Sargento no dia nove de setembro de 2014).

A partir deste contexto, a afirmação do policial pôs como essencial o papel político da instituição militar na decisão de uma eleição para um cargo majoritário, e mais do que isso, referiu-se ao seu líder como o agente capaz de costurar esta conjuntura. Neste sentido, no caso específico, os militares seriam os responsáveis por promover a adesão necessária para transferir votos numa eleição de uma candidatura a deputado estadual, a outra de maior destaque político, no caso a candidatura de governador de estado.

Corroborando com as questões apresentadas, outro ponto presente nos discursos dos militares foram suas ações em conjunto quanto ao trabalho “ostensivo” sobre crimes eleitorais. São vários os boatos que afirmavam que nas madrugadas que antecedem as eleições o fluxo da compra e da venda de votos na capital e principalmente no interior do estado é incessante. Estas ações sempre eram atribuídas às práticas “do outro grupo”, que num sentido comum são denunciadas como desonestas pela facção opositora.

As várias facções em disputa mobilizaram suas “forças policiais” para intensificar a apreensão das “malas pretas”, como também coibir a boca de urna.

⁴⁶A definição de poder em Weber é clássica. Nesta, o autor explica: “por poder entendemos, aqui, genericamente, a probabilidade de uma pessoa ou várias impor, numa ação social, a vontade própria, mesmo contra a oposição de outros participantes desta.” (WEBER, 2012, p. 175). O poder aqui tratado não se constitui como unívoco, ou como um estado de determinações prontas para a utilização de um determinado ‘príncipe’ ou grupo. Aqui, tal categoria é múltipla, podendo ser originária de vários locais.

Porém, ao mesmo tempo, as facções também cuidavam para “proteger” os votos já conquistados e a “conquistar” aqueles já adquiridos pelo o outro lado da disputa, provando que os adversários eram candidatos ruins para o Ceará. Neste sentido, é possível observar que foram acionadas das mais variadas formas “códigos e normas inerentemente contraditórios que podem coexistir em graus variáveis de amalgamação e separação. Cada um pode ser ativado em diferentes situações.” (ELIAS, 1997. P. 149). Estes conflitos foram divulgados no jornal O Povo, que mostrou a exacerbação das disputas entre as duas facções políticas.

A Procuradoria Regional Eleitoral do Ceará (PRE-CE) pediu nesta segunda-feira, 13, envio de **tropas da Força de Segurança Nacional** para garantir o **2º turno** das eleições na Região Metropolitana de Fortaleza. Segundo a PRE, medida é necessária diante de denúncias de Cid Gomes (Pros) da existência de “milícias” na Polícia Militar do Estado e acirramento entre grupo do governador e aliados de Capitão Wagner (PR) na corporação. Segundo a assessoria do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-CE), a decisão foi tomada pela PRE em diálogo com a presidente da Corte, Iracema do Vale. O pedido será protocolado junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pelo TRE, que irá notificar o governo do Estado questionando sobre a real necessidade do reforço. Caso o governador concorde, a Corte deve reforçar o pedido de tropas. “Tem-se situação de notório acirramento de ânimos considerando o engajamento em campanha eleitoral do candidato Capitão Wagner, candidato mais votado ao cargo de Deputado Estadual, opositor do grupo político liderado pelo Governador Cid Ferreira Gomes”, diz a PRE. De acordo com o Ministério Público Eleitoral, a presença de tropas federais seria necessária na Região Metropolitana de Fortaleza, incluindo os municípios de Caucaia, Maracanaú, Maranguape e Pacatuba, além da capital cearense. A ideia seria evitar cerceamento das atividades da PM, bem como da “prática esdrúxula” de fixar viaturas em pontos fixos, evitando fiscalização militar. (O Povo, 13/10/2014).

Para ser compreendido melhor, um exemplo de estratégias de “proteção”, foram aquelas acionadas principalmente quando os policiais estavam “tirando serviço”, já as estratégias de “conquista” foram desempenhadas principalmente em ações a paisano, quando os policiais não estavam no exercício específico da função militar. As ações de “proteção” aconteciam diariamente, quando policiais perseguiram e apreendiam carros com dinheiro ilícito, materiais de campanha irregulares, ou carros de som que excediam o volume permitido. As ações de “proteção”, sem dúvidas, passaram a ser no período eleitoral uma das principais atividades da polícia. Relatos de policiais apontaram que em seu dia-a-dia as referidas atuações eram constantes, inclusive com a prisão de pessoas importantes no meio político.

Quando a gente estava na rua, a gente aprendia tudo que fosse irregular. Teve até outro soldado que prendeu um vereador que tava distribuindo dinheiro para um deputado aí. A gente não tem medo não, estava fazendo o

nosso dever. O problema é que quando chega pra dar um flagrante a gente perde o dia na delegacia. Quem vai dar um flagrante num cara desses?

Já quando não estavam em “serviço”, os policiais utilizavam as suas ações de “conquista”. Um exemplo destas aconteceu na noite de sábado para domingo, com o intuito de conseguir votos e distribuir material no período da noite. É válido destacar que muitas ações de conquista não eram consensuais entre os policiais. Muitos não gostavam da ideia, tendo em vista que consideravam arriscado perder o seu emprego. Outros eram mais despreocupados, pois não acreditavam que um soldado do Ronda teria coragem de dar voz de prisão em um oficial.

O discurso de muitos militares era que, ao fazer uma ação de “conquista”, eles também estariam cumprindo o seu dever com a instituição, pois poderiam também prender aqueles que quisessem fazer boca de urna, afinal eles eram policiais e mesmo a paisana poderiam fazer cumprir a lei. Pretendiam sair pela Região Metropolitana de Fortaleza com o objetivo de conseguir angariar votos e dificultar a chance de outros fazerem o mesmo.

Aos militares eram delegadas estas atividades porque, como eles mesmos salientam, numa conversa que ouvi de dois oficiais que se referiam aos coordenadores de campanha que eram considerados como “macacos velhos na política”, não tinham a “organização” necessária para fazer este enfrentamento.

O pessoal que tá cuidando disso é muito amarrado. O deputado Pedro⁴⁷ deixou de concorrer só pra ficar cuidando da campanha do Governador, mas ele é inábil politicamente, não consegue resolver um problema imediato. A gente tem o pessoal trabalhando, só precisamos de cinco carros, combustível e cinco celulares pra depois descartar. Mas pra pouca coisa ele não sabe resolver. Depois perde a eleição por compra de voto e fica aí chorando.

Interessante observar que a agência acionada pelos policiais aparentemente não era vista com diferença entre os dois modelos de ação. Elas eram partes de um todo, que significava a vitória no jogo político. O que ocorria era perceber que algumas missões se constituíam como mais “perigosas” do que outras, mas que seu objetivo era o mesmo: ajudar a corporação militar a vencer a disputa.

Isto posto, ajuda-nos a pensar o porquê de se abrir mão de determinados códigos em determinados contextos sociais nos propicia, como analisa Sá (2014), uma compreensão mais fecunda sobre as relações de “certo e errado”, que

⁴⁷Nome fictício.

resvalam em ações, que mesmo realizadas pelos agentes que teriam a função de “manter a lei”, condicionam novas práticas redimensionadas

Em primeiro lugar, precisa-se levar a sério a variação empírica contínua das definições morais nos contextos de interação social e nas situações abordadas em sua especificidade, o que se conecta com a ideia de que não há espaços vazios – os mundos sociais estão repletos de heterogeneidade [...] Portanto, redimensionar em uma perspectiva pragmática o lugar dos códigos normativos e dos usos sociais das normas em contextos de interação social é um procedimento possível para a instauração dessa analítica das relações sociais que pode fazer render algo mais do que divisões peremptórias entre agência e estrutura, fazendo-as se interpenetrar. (SÁ, 2014, p.114-15)

Assim, as ações de “proteção” e de “conquista” causaram um desentendimento entre as duas principais facções. De um lado o Governador Cid Gomes e o seu candidato Camilo Santana acusavam Eunício Oliveira e o Capitão Wagner de utilizarem uma “milícia dentro da polícia” para prejudicar a campanha do concorrente. Do outro lado, eram acusados o Governador e Camilo Santana de utilizarem a máquina pública para benefício próprio, já que possuíam grande parte do oficialato em seu poder, e assim poderiam utilizar a polícia ao seu favor.

4.3.3 Desavenças entre apoiadores

As disputas numa campanha eleitoral não acontecem apenas entre facções ou entre candidatos. Dentro de uma facção, mesmo com seus líderes já definidos, os conflitos constituem-se como inerentes ao processo eleitoral. Muitos destes conflitos acontecem entre os apoiadores de uma candidatura, que disputam a atenção do candidato como o principal prêmio a ser conquistado neste período.

Ser considerado pelo candidato como “competente”, ou como “de confiança” ou que o candidato ratifique as decisões deste apoiador como corretas, é um dos principais troféus almejados por aqueles que participam de uma campanha. Quando alguém conquista este troféu em detrimento a escolha de outros apoiadores, muitas intrigas são produzidas.

É válido destacar que para o candidato fomentar um contexto propício a estas intrigas não é visto como mal para a sua campanha. Tendo em vista que os apoiadores são exigidos demonstrem a sua reiterada e irrestrita adesão a candidatura, o que perpassa rituais diários de reificação da figura do líder como principal sujeito naquele grupo.

Em sua maioria, estes conflitos são administrados pela figura de maior poder, o “dono da candidatura”, que tanto pode ser o candidato como o seu padrinho político – o detentor do capital financeiro e/ou eleitoral. A disputa pela atenção é avaliada pelo líder a partir do desempenho de “produtividade” dos membros neste contexto social.

Algumas das condições que ajudam a medir a importância de cada apoiador podem ser feitas de acordo com as seguintes questões: Quem consegue mais votos? Quem consegue mais “voluntários” que aceitem aderir à campanha? Quem consegue mais recursos financeiros? Quem detém, entre as trocas, maior capital de barganha política? Neste sentido, estas questões podem ser avaliadas nas ações do próprio candidato, quando este escolhe: Quem sempre está presente nas atividades cotidianas com o candidato? Quem ele aceita, com menor esforço de convencimento, as opiniões? A quem ele delega, quando não está presente, o poder de decisão de sua candidatura? Quem é aquele que, quando o candidato não está, que é imediatamente procurado por apoiadores que se encontram num grau hierárquico menor dentro deste grupo político para resolver problemas?

Estas questões se complexificam numa eleição que envolve políticos-militares, tendo em vista que as hierarquias da PM são muitas vezes acionadas. Isto porque elas acabam não dando conta do universo político que envolve outros tipos de dominação, que vão além de uma escala formal, exemplificada pelos os postos e pelas patentes da Polícia Militar. Neste sentido, numa eleição que envolve policiais militares, um soldado pode ter maior representatividade entre a equipe de campanha, entre os patrocinadores e principalmente entre os eleitores do que um coronel. Deste modo, tal situação agrava conflitos que são difíceis de serem administrados por um candidato, mas que perpassam todo o período eleitoral.

Outro ponto se fundamenta na relação entre militares e civis, tendo em vista que muitas vezes se faz necessário agregar entre “as fileiras das campanhas” profissionais já acostumados com o dia-a-dia político como marqueteiros e coordenadores financeiros.

Neste sentido, muitas dúvidas são associadas às ações e as intenções destes profissionais, tendo em vista que estes são adjetivados de pessoas “não comprometidas” com a campanha. Um exemplo está, quando policiais se referiam a

um determinado assessor que foi atribuído a função de coordenação financeira da campanha de um policial.

Esse cara era fanático pelo partido (da outra facção)⁴⁸, o que faz ele não tá com o voto 'escondido' para o outro lado? Quando ele tava na faculdade, ele era filiado ao outro partido. Trabalhou pra um vereador de lá e tudo. Agora tá aqui... Acho que tá é espionando a gente. Eu não confio, tu duvida disso? (sic).

Estas relações conflituosas foram intensificadas, segundo a conversa dos policiais, pelo "jeito arrogante, chato e desrespeitoso" do coordenador financeiro, que se esquecia que não estava no partido, mas no meio de policiais, e ratificou "meu contanto com ele é apenas profissional".

4.3.4 Ajuda ou compra de voto?

Aderir a uma candidatura não possui um motivo específico. São inúmeros os enlaces entre as possibilidades do real que podem conjecturar o engajamento de um indivíduo ou um conjunto de indivíduos numa campanha eleitoral. "Seja qual for a motivação em jogo, o voto instaura uma instância de atuação política fundamental: a troca." (KUSCHNIR, 1996, p. 199) Estas 'trocas', contudo, não são alicerçadas apenas num valor financeiro, mesmo que este esteja numa primeira análise inserido no jogo desta relação.

Na verdade, as trocas estão, em sua maioria, alicerçadas num emaranhado de valores e percepções sociais a cerca de determinadas obrigações que são compartilhadas entre o eleitor e o candidato. Acontecimentos que exemplificam a afirmação acima não faltaram neste período eleitoral o qual me propus a analisar. Alguns deste eu pude acompanhar, como os anotados em meu diário de campo agora citados:

Estava no gabinete de um deputado na Assembleia Legislativa do Ceará. Neste local, um correligionário solicitou ao assessor do deputado uma carta de recomendação a uma empresa de supermercados e distribuidora alimentícia para seu irmão. O assessor entrou em contato com o chefe de gabinete, que autorizou prontamente a entrega da carta, na qual a assinatura eletrônica do deputado lá contava. Os dois solicitantes saíram satisfeitos e, além de desejar boa sorte ao candidato, afirmando "nós estamos com ele", mostraram a foto com várias pessoas, identificando cada um como membro da mesma família. Afirmaram que todos aqueles vinte votos estavam com o candidato que o deputado apoiava, já que este não

⁴⁸Retirei o nome do partido para evitar identificações.

podia reeleger-se. O assessor agradeceu, e afirmou que o “serviço” estava garantido, ressaltando que o deputado sempre ajuda a quem precisa.

Outro relato, de similar acontecimento, pode ser visto abaixo:

Acompanhando um candidato em seu dia-a-dia de campanha, encontrei outro candidato saindo de um restaurante e vi uma senhora lhe abordar. Esta senhora mostrou uma receita que prescrevia a indicação de seções semanais de fisioterapia para o seu filho, as quais não conseguia pagar. Ao ser indagada pelo candidato de o porquê de não procurar o Hospital Infantil Albert Sabin (HIAS), informou que já havia feito isso, mas que o hospital só atendia crianças até os três anos de idade com aquelas especificidades; e seu filho já possuía cinco anos. O candidato então retirou a receita da mão da senhora, anotou o número de seu celular junto ao seu nome e disse que resolveria o problema. O candidato então ligou para uma assessora, responsável por uma ONG que ele comandava há mais de dez anos. Pediu para que ela entrasse em contato com “aquele nosso amigo”, secretário de saúde de uma cidade vizinha a Fortaleza, na qual ele havia trabalhado por longos anos. Após cinco minutos a assessora retornou dizendo que não daria certo utilizar “o amigo da outra cidade”, então o candidato ordenou que fosse utilizados recursos da ONG para “ajudar” a criança e resolver o problema.

Após estas duas cenas, num primeiro momento, é possível afirmar que estes dois candidatos realizaram sem nenhum problema a “compra de voto” em público. Porém, devemos ir além da afirmação de uma “troca espúria”. É necessário compreender o voto como uma estratégia cultural de “negociação”, em que as duas ou mais partes envolvidas estejam inseridas num processo de trocas e valores culturais compartilhados socialmente. Assim, é necessário pensar o voto como uma ação regida “por regras repertoriais, que dão ao sujeito uma certa margem de trânsito, mas que o mantém dentro dos limites de um leque de opções, um campo de possibilidades definido pela própria sociedade” (KUSCHNIR, 1996, p. 198).

Também acompanhei situações mais complexas de serem entendidas, mas que compartilham as mesmas características das duas situações citadas.

Outro candidato, quando recebia ligações ou pedidos que lhe eram solicitados, como: eleitores pedindo dinheiro para o combustível de seu carro para viajar no dia da eleição e votar no candidato; ou outra eleitora que perguntou a um dos assessores quanto eles pagariam para que ela “trabalhasse no dia da eleição pra ele”, conseguindo o maior número de votos possíveis; ou quando outra eleitora solicitou dinheiro para pagar o licenciamento da moto que estava atrasado. Em todos estes pedidos a resposta foi: não trabalhamos assim. Mas quando uma outra pessoa solicitou uma ajuda em dinheiro, explicando que “os documentos da moto estavam atrasados” e ele dependia desse veículo para trabalhar, o candidato solicitou que o assessor “resolvesse o problema”.

Para compreender estes fatos, foi necessário buscar identificar como os candidatos firmavam as suas relações com os eleitores no decorrer da campanha.

Barreira e Barreira (2012) lançam luzes neste processo, quando diferenciam o ponto de vista nativo como a “ajuda”; que se constitui como diferente da compra de voto.

A ajuda aqui funciona como uma estratégia da conquista da adesão do voto que passa por um *habitus* de caráter “humano”, do “dever de ajudar o outro”; diferente do combustível, por exemplo, que pode se caracterizar como uma simples troca financeira. Estas relações que ressaltam condições morais na construção e na manutenção de um perfil político em análise caracterizam os candidatos a partir dos campos de ajuda que atuam, como pessoas justas, honradas e honestas, que visam sempre “promover o bem” a aqueles que mais precisam.

5 POLÍCIAIS MILITARES CANDIDATOS

Uma trajetória não é linear (BOURDIEU, 1986). Esta frase pode ser elaborada a partir da explicação que Bourdieu (1986) apresenta sobre as problemáticas enfrentadas por um sociólogo para analisar uma história de vida. Ultrapassando-se a concepção de continuidade, Bourdieu defende que uma trajetória é construída por meio dos embates que permeiam os campos em que determinado sujeito ou facção atua.

É a partir desta concepção que lanço luzes sobre como os agentes em análise inseriram-se nas disputas dentro do campo político, e, além disso, como suas relações de pertencimento foram alicerçadas, a partir do intento de desvendar a maneira que determinados grupos sociais desenrolaram ações em campos sociais definidos, a exemplo do político.

No caso em estudo, a linearidade de trajetórias que aqui possam ser apresentadas insere-se na elucubração histórica do campo, ou seja; para se entender o atual local de fala dos candidatos se fez necessário compreender as estratégias que cada um acionou para a sua efetivação como representantes de um determinado grupo. Desta maneira, remontamos alguns dos percursos que consideramos importantes serem ressaltados sobre estes políticos.

5.1 Capitão Wagner⁴⁹, o líder

Capitão Wagner, aos trinta e cinco anos, caracterizou-se como liderança política dos trabalhadores da Segurança Pública cearense. Na apresentação de seu blog pessoal, utilizado entre os anos de 2010 e 2011, ressaltou sua origem, ao afirmar que mesmo tendo nascido em São Paulo, seus laços familiares remetiam ao estado do Ceará.

⁴⁹Albuquerque Júnior (2013) também destaca que o nordestino é representado a partir de adjetivos, como “reserva de virilidade”, “um macho exacerbado”, “centrado na vida familiar” e como “homem honesto e hospitaleiro”. É válido ressaltar que aqui surgem duas questões que se manifestam como centrais para este trabalho. A primeira está embasada na virilidade e na capacidade guerreira do nordestino; a segunda está em ressaltá-lo como homem de princípios éticos e morais. Assim, é importante ressaltar que mesmo observando estas categorias, não é possível colocá-las como únicas para a análise do campo em estudo, tendo em vista a possibilidade de destacar inúmeras relações e combinações sobre a figura do homem. Porém, devemos levar em conta que elas se apresentam como chaves-analíticas para entendermos como a masculinidade é acionada, especificamente no contexto político no estado do Ceará.

Ao postar-se como ‘homem de família’, obediente às vontades paternas, Wagner de Sousa entrou na Polícia para “realizar o sonho de seu pai, o qual queria ter um filho militar” (SOUSA, 2011). Ao falar de si, contextualizou resumidamente a sua trajetória profissional, em que se destacou como o segundo colocado no concurso para oficial, e trabalhou cerca de doze anos na PM do Ceará. Outro ponto importante para esta discussão está em perceber a afirmação na qual destaca que ficou “conhecido por reivindicar legitimamente os direitos dos policiais militares desde a Academia⁵⁰”.

Jornais da cidade de Fortaleza corroboram com a auto apresentação de Wagner de Sousa na PM, ao afirmar que sua história foi marcada por lutas, reivindicações e enfrentamentos ao Comando Geral da Polícia Militar.

Um requerimento enviado ao comandante geral da PM, na época, o coronel William Rocha, em 2009, teria sido o estopim das animosidades entre os oficiais superiores que comandavam a polícia e o capitão. No documento, Wagner Sousa fazia vinte considerações sobre os problemas crônicos e cotidianos da Corporação. Gritas antigas como os baixos vencimentos, falta de diálogo e a insatisfação, desta vez, de oficiais subalternos (tenentes) e intermediários (capitães). O descontentamento dos praças, de tão recorrente, não era novidade e pouco comovia o andar de cima da PM e Secretaria da Segurança. (sic) (Jornal O POVO 05/01/2012).

Segundo o jornal, as relações entre Comando Geral da PM e Capitão Wagner de Sousa mostraram-se conflituosas no período anterior a sua primeira candidatura ao cargo de deputado estadual. Ao levar em consideração o surgimento de uma nova liderança alicerçada a partir da deslegitimade social vivenciada pelos policiais. No campo militar cearense, Wagner sofreu iniciou duras represálias, por ser considerado o principal agente da segurança pública que questionava a ordem estabelecida.

A partir deste momento iniciou-se uma maior aparição do Capitão Wagner como político. Em entrevista ao pesquisador, Wagner de Sousa resumiu assim a sua trajetória de representante político:

Inicialmente nosso trabalho com a representação da categoria dos policiais militares e bombeiros militares, um trabalho que a gente fez como presidente de associação, onde ganhamos bastante credibilidade perante a categoria, fomos candidatos a deputado estadual em 2010, tirei 28.818 votos, fiquei

⁵⁰Academia Estadual Edgar Facó, responsável, até 2010, pela formação do quadro de oficiais da Polícia Militar do Ceará. Atualmente a Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará – AESP exerce esta função.

como primeiro suplente do PR, tive a oportunidade de assumir durante quatro meses, esses quatro meses me credenciaram graças ao trabalho que a gente fez lá, de representar não só a categoria, foi aí que a gente conseguiu ultrapassar as barreiras, os portões dos quartéis pra ter a credibilidade da população; durante esses quatro meses na assembleia a gente defendeu não só o policial militar, defendemos o professor, o servidor público, no geral, defendemos os trabalhadores, a gente teve alguns embates com parlamentares que defendiam interesses outros e não o interesse do trabalhador e isso nos credenciou a ser o vereador mais votado da história de fortaleza, a gente tirou 43.655 votos pra vereador e agora a gente está nessa candidatura muito boa, candidatura popular pra deputado estadual e a gente acredita que a gente possa sim ter êxito, ser deputado estadual graças a esse trabalho e a credibilidade que a gente ganhou perante a população, com a exposição que a gente teve na mídia, com os embates que a gente teve com o governo do estado, com a prefeitura, com outros vereadores, e isso aí nos credenciou a ter uma candidatura bem popular e a gente acredita que vai dar certo.

Através dos discursos produzidos a partir das ações do Capitão Wagner de Sousa como líder da greve da Polícia Militar do Ceará no ano de 2011 – ocasião que o consolidou como principal representante da categoria geral “trabalhadores da segurança pública”, agenciada pelas falas do líder – é possível caracterizar que as reivindicações, apelas por consideração e por reconhecimento da condição de “pessoa” e de “cidadania” de policiais deu à tônica, além das questões de condições de trabalho e salariais.

5.1.1 Capitão Wagner, um vereador/candidato

No período eleitoral, Capitão Wagner atuou diariamente na conquista da adesão dos votos. Contudo, o candidato a deputado estadual frequentava a Câmara Municipal de Fortaleza na condição de vereador em quase todas as sessões neste período. É notório perceber que Capitão Wagner ia à Câmara para “se fazer presente”. Segundo o próprio candidato, suas ações tiveram por ‘ideal’ realizar tudo aquilo que assumiu, fazendo os compromissos a que havia se proposto. Deste modo, não seria possível, para ele, sair candidato a deputado estadual sem antes cumprir o seu trabalho como vereador. É, na fala de um assessor, “um princípio de coerência”.

As sessões do poder legislativo municipal caracterizavam-se como mais um local de embates da campanha eleitoral. Neste local eram travadas várias lutas entre vereadores da oposição e vereadores da situação, com o foco específico no pleito que se aproximava. Exemplo esteve num embate travado entre o Capitão Wagner com o vereador Elpídio Nogueira, um dos principais apoiadores do Prefeito.

Elpídio realizava em seu discurso elogios à gestão do prefeito Roberto Cláudio, tendo em vista que, segundo este vereador, “inúmeras ruas foram asfaltadas na capital por conta de suas emendas”. Wagner rebateu, afirmando que o Prefeito apenas realizava obras para “os seus”. Ao retrucar, Elpídio disse que o prefeito não fazia por vereador, mas sim pela comunidade. Então Wagner disse: “Vereador, então segunda-feira vou colocar o senhor debaixo do braço para irmos ao Passo Municipal, pode ser que dessa vez eu tenha mais sorte”.

O episódio narrado serve para retratar que num pleito eleitoral os conflitos são levados a cabo em praticamente todas as esferas sociais. Se o tempo da política propicia que o assunto principal das rodas de conversa seja a campanha eleitoral, esta seria, sem dúvidas, questão primordial dos acontecimentos dentro de um ambiente que tem em sua essência o debate político.

5.1.2 Estratégias de uma candidatura

Ao analisar o sujeito que interage e consegue se relacionar bem em determinado campo, é verossímil dizer que nesta ocasião o agente social compreendeu as regras do jogo ou as condições necessárias para que aquela interação pudesse acontecer. Ele aprende como se deve portar em determinadas relações sociais, isto é, poderia se dizer que o agente social incorporou as regras da *illusio*, e vive o jogo como o fundamento da sua vida - para poder manter a sua fachada. Essa preservação da fachada poderia ser caracterizada por Bourdieu como pré-consciente, interligada ao que chama de *habitus*, incorporado às práticas dadas à manutenção do jogo.

Como parte engajada destas percepções, Capitão Wagner acionou, a partir de sua performance, as concepções dos policiais militares sobre a necessidade de identificação compartilhadas por um sentimento difundido a partir da experiência e da compreensão subjetiva do fenômeno eleitoral. Neste contexto, Capitão Wagner surgiu como um político mediador. Aquele que teve acesso aos meandros da política da cidade, física e simbolicamente; e pôde, nos escalões do poder, realizar demandas para a comunidade que representa.

Uma questão exemplar deste ponto, debatida por Wagner de Sousa foi seu plano de segurança pública. Mesmo não apresentando este em sua totalidade

para a população, o referido plano funcionou como um símbolo de eficácia, tendo em vista as demandas sociais acionadas pelos eleitores quando se referiam a tal documento.

É válido ressaltar que este plano foi apresentando como um trabalho denso, formulado por especialistas, com a utilização de dados estatísticos, e que traria grandes benefícios caso fosse utilizado por qualquer governo que por ventura viesse a obter êxito no pleito eleitoral. Segundo as palavras do Capitão Wagner, o material foi elaborado:

Depois de visitarmos cerca de cinco estados, e várias cidades nesses estados, a gente viu que muitas delas estão na contramão do que se diz que é certo por aqui. Estão conseguindo reduzir a criminalidade. Logicamente que eu não posso copiar um projeto de São Paulo e implementar da mesma forma aqui em Fortaleza, ou do Rio de Janeiro por várias questões. O Rio de Janeiro tem uma geografia diferente de Fortaleza, o efetivo de lá é maior do que o nosso, então existem várias diferenças que a gente tem que adaptar, e foi baseado nesses projetos que a gente viu por todo o país que a gente construiu um plano de segurança com trinta e outro projetos. A gente apresentou o nosso candidato a governador, que está aí na mídia, tá nas redes sociais pra quem tiver interesse em ver. Logicamente não está completo, mas está de maneira bem didática para que a população possa entender mais. O aprofundamento está em um documento que a gente já registrou em cartório e que já entregamos ao governador. A gente espera que no próximo ano a gente possa implementar e possa ajudar o estado a reduzir essa criminalidade, independente de quem seja o governador.

Deste modo, ao acionar a existência de tal documento, Capitão Wagner de Sousa demonstrou que, caso eleito, seu trabalho estaria eminentemente ligado às demandas por mais segurança pública.

5.1.3 Conflitos políticos

Entre os membros da segurança pública, especialmente no caso dos policiais militares, os conflitos alcançam dentro da corporação agressões físicas e morais entre praças e oficiais, nas quais o uso da dominação institucional destes sobre aqueles tenta impor a proibição sobre uma possível preferência das bases em detrimento da indicação de candidatos apoiados pela cúpula da instituição.

Interessante observar que a polícia exerce um papel social que é diretamente vinculado à proteção da população e dos direitos do cidadão. Contudo, a atuação de membros da cúpula da instituição problematiza as relações entre os universos em análise. Contudo, esta contradição não é pertencente apenas ao meio

policial. As demandas são alicerçadas principalmente, como aponta Elias (1997), que:

As pessoas em sociedades cujas elites dirigentes respeitam as tradições das classes médias e trabalhadora industriais são, em geral, educadas para acreditar num código moral de normas, de acordo com o qual é errado, em todas as circunstâncias, matar, mutilar ou atacar fisicamente seres humanos, ou fraudar, mentir, roubar, ou iludir. Ao mesmo tempo, são ensinadas a acreditar que é correto fazer todas essas coisas, e sacrificar a própria vida, se isso for considerado necessário à defesa dos interesses da sociedade soberana que elas formam em conjunto (ELIAS, 1997, p. 151).

Estas questões foram acionadas principalmente dentro de um campo de disputas políticas e administrativas, no qual Bourdieu compreende como um universo que engloba “os agentes e as instituições que produzem a arte, a literatura ou a ciência” (BOURDIEU, 2004). Mais especificamente, é possível dizer que o Campo é o espaço legítimo das lutas pelo poder, pela honra ou pela notoriedade. É o local privilegiado em que ocorrem os embates pela legitimidade da verdade. Cada campo, diferenciado por suas singularidades, vincula-se aos demais a partir de um campo maior, o campo do poder, no qual emergem as estruturas específicas de todos os campos. Neste sentido, perceber que as situações que precedem os conflitos políticos estão inseridas dentro da corporação militar, também coadunam com a perspectiva de pensar que estes conflitos são parte integrante das relações produzidas na comunidade política na qual os militares e seus eleitores estão inseridos.

5.2 Cabo Sabino, o federal da Polícia Militar

Em um dos folhetos distribuídos à população, Flávio Alves Sabino realizou a sua apresentação pessoal postando-se como homem de família humilde, que passou por muitos problemas em sua juventude, mas que hoje é um militar bem sucedido pelas recomendações e pelos elogios que a ele foram feitos em sua trajetória. Destaca que atuou em várias profissões, dentre as quais “camelô, mecânico e professor”, tendo na juventude desempenhado o papel de líder estudantil em Quixadá, sua cidade de origem. Ainda como representante de sua categoria, trabalhou vários anos em prol dos policiais militares e de suas famílias.

Este esforço biográfico de demonstrar que para além da vontade individual de ser deputado, existia uma história de vida repleta de ações em prol de outrem, abdicando de várias possibilidades para a construção coletiva de um grupo,

coaduna com o debate realizado Kuschnir (1996), quando apresenta que na organização de uma campanha “o candidato deve, portanto, encarar a tarefa como um dever, algo que fará abrir mão de uma série de ambições na sua vida pessoal em nome da dedicação e do esforço que tal tarefa significa” (KUSCHNIR, 1996, p. 183). É neste sentido que Sabino incorpora a sua “missão” na Câmara dos Deputados como uma “missão” policial.

Neste processo, Cabo Sabino se utilizou de panfletos e outras formas variadas de “fazer política” que apresentavam a sua história de vida, construída a partir de seus valores e de suas concepções sobre temas que pudessem interessar aos eleitores que ele pretendia conquistar (SCOTTO, 1996). Neste sentido, segundo Barreira (1998), as trajetórias “funcionam como uma espécie de memória legítima, credenciamento para efetivação de um lugar na política institucional” (BARREIRA, 1998, p. 178).

5.2.1 O Federal do Capitão Wagner

Conheço e confio no cabo Sabino. Há mais de dez anos trabalhamos no mesmo quartel da Polícia Militar e estivemos sempre à frente em busca dos direitos e garantias dos profissionais de segurança pública. Agora estamos nos colocando a sua disposição para defendermos os direitos de todo o povo cearense. Cabo Sabino é o meu candidato a deputado federal. Tem capacidade e vai surpreender o povo cearense com o seu trabalho. Quem vota em capitão Wagner deputado estadual, vota cabo Sabino deputado federal (sic) (Capitão Wagner no horário público gratuito de TV).

O discurso transcrito acima foi elaborado pelo Capitão Wagner no primeiro programa de TV do cabo Sabino. Como é possível perceber, desde o primeiro dia de campanha, uma das principais estratégias do candidato a deputado federal foi construir a sua imagem como “o federal do Capitão Wagner”, tendo esta frase sido adotada como seu principal *slogan* de campanha.

Na vinculação dos nomes, estes agentes criaram duas estratégias eleitorais propícias à construção de cenários que ajudaram a fomentar no imaginário social dos eleitores e apoiadores uma percepção “ilustrativa” dos candidatos.

A primeira estratégia, como apontada na fala do Capitão Wagner, foi denominada pelos próprios policiais como “a dobradinha da segurança pública”. A produção de adesivos propícios para serem pregados em roupas, em motos, ou em carros, além de materiais de campanha como folhetos e músicas, eram feitos com a

imagem e o nome dos dois candidatos. Estes sempre ressaltavam que esta parceira deveria ser refletida nas urnas por seus eleitores.

É válido observar que esta estratégia de campanha não foi utilizada apenas pelos candidatos militares. Muitos agentes conhecidos no meio político utilizaram as “dobradinhas” como estratégia eleitoral. Contudo, elas possuíram um viés eminentemente regional, sendo formadas “parcerias” entre candidatos a partir de “zonas geográficas de influência”. Porém, entre os militares citados, foi fechada uma “dobradinha estadual”, que buscou angariar os votos não por uma região geográfica, mas a partir da utilização da representação de uma categoria profissional.

Situação similar foi apresentada por Coradini (2001), quando se preocupou com o circuito de atuação política de um policial militar na política do Rio Grande do Sul. O autor aponta similitudes entre as estratégias de campanha de policiais candidatos que foram presidentes ou diretores em Associações de classe. Numa cidade de interior, numa candidatura a vereador, o presidente da Associação dos Cabos e Soldados local, centrou seu destaque político “na sua atuação corporativa [...] em conjunto com uma série de bandeiras mais difusas, dirigidas ao conjunto dos mais desfavorecidos” (CORADINI, 2001, p. 82). Esta questão das propostas do candidato será apreciada mais adiante.

A segunda estratégia adquiriu um mecanismo muito interessante de agenciamento de reforço da estratégia anterior. Muitos super-heróis, em filmes ou em revistas de quadrinhos, surgem como aqueles capazes de resolver problemas que não seriam resolvidos por “seres-humanos comuns”. Entre os super-heróis e a população há um modo de identificação e reconhecimento compartilhado, que é materializado no compartilhamento de valores morais.

É nesta perspectiva que os militares acionaram a figura do Capitão América nas atividades de campanha do Capitão Wagner de Sousa. As similitudes entre estes são elencadas pelos dois capitães, além de militares, serem “homens bonitos”, “destemidos”, “honrados”, e que “defendem aqueles que mais precisam”. Assim, um dos modos de acionar a adesão à campanha do capitão Wagner é vestir blusas e adereços que remetam a figura do Capitão América. Esta utilização de

adereços é principalmente realizada entre os membros da segurança pública que o apoiam, expandindo-se pouco para os eleitores civis.

Com a existência de um “super-herói” presente na polícia, um possível parceiro deve ter as mesmas credenciais capazes de atuar no imaginário social dos policiais. Neste sentido, Cabo Sabino foi identificado como o Super-homem da PM do Ceará. Segundo os militares, mesmo Sabino não possuindo as “características físicas deste personagem”, as características psicológicas coadunam com seus princípios. Nas palavras de um assessor:

Sabino é um homem de família, ele faz tudo pela família. A mesma coisa do super-homem. O nosso federal é destemido, é amigo e sempre luta por quem precisa. Além do que o “S” do super-homem ser também o “S” do Sabino. (Conversa com um assessor do candidato).

Não obstante, esta relação produzida a partir de “super-heróis” é alicerçada principalmente numa vinculação de características e de competências dos candidatos que nem todos os policiais conseguem possuir. É nesta perspectiva que é possível perceber como são acionadas as relações de proximidade e distância entre os líderes e aqueles que fazem parte do eleitorado.

Esta leitura se dá precisamente no compartilhamento de sentimentos coletivos, sendo Capitão Wagner e o Cabo Sabino dois candidatos capazes de “saber o que o policial sente”. Contudo, o policial comum não possui as competências da “dobradinha” para “expressar” as ânsias, as necessidades e os desejos da categoria militar.

Esta dupla relação produz uma eficácia na manutenção do poder desempenhado naquela comunidade pelos líderes, já que mesmo estes sendo parte deste grupo, são os únicos capazes de ultrapassar as barreiras simbólicas nas quais a comunidade está inserida, tendo a chance de falar por ela nas arenas produzidas no campo do poder, onde existe o enfrentamento de todas as categorias pelo uso do capital político.

5.2.2 Propostas de campanha

Cabo Sabino apresentou em suas propostas de campanha dezoito pontos, os quais podem ser divididos em três categorias. A primeira, que concentrou

50% destas propostas, referia-se a demandas vinculadas aos operadores da segurança pública e privada. A segunda categoria, que per fez os demais 38%, foram voltadas a temáticas variadas de atuação do candidato a parlamentar. A terceira categoria, que per fez 12% das propostas, se referia às demandas morais, religiosas e relativas à família. Elencando para uma análise mais detalhada as bandeiras levantadas na primeira categoria pelo candidato, destacam-se:

- 1) Apresentar e lutar pela aprovação de projetos de leis e emendas constitucionais que visem a valorização da segurança pública e privada, bem como das Forças Armadas, contribuindo assim para segurança de qualidade que atenda os anseios da população;
- 2) Lutar pela aprovação da verba vinculada para Segurança Pública, a exemplo da saúde e educação;
- 3) Apresentar proposta de aposentadoria especial para os profissionais de segurança pública com 25 anos de contribuição previdenciária por se tratar de atividade de risco;
- 4) Apresentar projeto de lei que garanta ao profissional de segurança pública a isenção de tributos na compra de equipamentos para uso no exercício da profissão;
- 5) Propor aplicação da pena máxima aos autores de crimes cometidos contra a vida dos profissionais de segurança pública, visando a redução dos altos índices de homicídios contra esses profissionais.
- 6) Realizar encontros mensais com os representantes de classe dos profissionais de segurança pública
- 7) Labutar para o profissional de segurança pública acumular juntamente com o seu cargo público outro de professor, criando através de PEC outra hipótese de acumulação lícita de cargos públicos.
- 8) Propor projetos de lei de efetiva aplicação e critérios diferenciados de redução de pena para os condenados por crimes dolosos contra a vida;
- 9) Lutar pela criação de um código nacional de incêndio e pânico. (sic) (Propostas de campanha contidas num folheto do cabo Sabino).

Como é possível analisar, a plataforma eleitoral do Cabo Sabino versou principalmente na manutenção do candidato como especialista da segurança, pautando a sua futura atuação na proteção e na conquista de direitos para os profissionais de segurança, como também na regulamentação de temáticas consideradas importantes por estes profissionais.

É possível observar que as propostas do Cabo coadunam com as demandas por direitos dos policiais militares, o que reflete, em grande medida, qual a categoria que o candidato espera receber uma maior quantidade de votos. Mas não apenas isso, uma campanha não está inserida apenas em contexto político desvencilhado de questões morais.

Neste sentido, as demandas do candidato são pautadas não só por ele e por seus eleitores “direitos”, mas sim a partir de uma demanda social, que se preocupa com a temática geral de uma violência a ser resolvida pelo Estado. Deste

modo, aquele que é "especialista em segurança pública", que "é do povo", que compreende e é compreendido, pode ser uma pessoa certa para "transferir" a responsabilidade de decisão das medidas cabíveis para a resolução desta problemática, por meio da escolha da representação política.

Um segundo ponto de atuação no qual o Cabo Sabino se destacou foi a partir de públicos diferenciados daqueles possíveis de se sentirem representados a por meio de discursos sobre a segurança pública. Como aponta Coradini (2001), os policiais que atuam como "sindicalistas" marcam suas campanhas também:

pelo esforço explícito no sentido de ampliar essa base de recursos eleitorais, seja se apresentando em nome do conjunto do funcionalismo público ou, então, visando a incorporar outras categorias ou corporações profissionais próximas, com muitas dificuldades, devido às clivagens internas e estigmas. (CORADINI, 2001, p. 81).

Neste sentido, as propostas do candidato destacam-se:

1) Apresentar projeto de lei que conceda aos moto-taxias a isenção tributária para compra do veículo utilizado para exercício da profissão; 2) Lutar pelos direitos e garantias das pessoas da melhor idade; 3) Defender a reforma política; 4) Trabalhar pela reforma do judiciário, de modo a torna-lo mais ágil, eficiente e acima de tudo acessível ao cidadão, bem como garantir que o Ministério Público tenha maior autonomia para agir; 5) Valorizar políticas de saúde pública de qualidade para todos, principalmente dos mais humildes, fiscalizando a aplicação de verbas e apresentando projetos de interesse da maioria do povo; 6) Visitar periodicamente comunidades, trabalhando ao lado de professores, alunos e comunidade para apresentação de projetos que tornem nossa educação melhor e assim colocar o mandato a disposição do povo e para o povo; 7) Lutar pela aprovação das 30hs semanais para os enfermeiros, técnico e auxiliares de enfermagem. (sic) (Propostas de campanha contidas num folheto do cabo Sabino)

Interessante percebermos como estas propostas se assemelham ao outro grupo já citado, tendo em vista que visam a representação política. É válido destacar que o primeiro e o segundo grupo de promessas são genéricos, tendo em vista que não atingem o modo como pretendem desenvolver as atividades aqui elencadas, o que é necessário para desenvolvê-las, nem o período que cada uma será apresentada. Neste segundo grupo, em específico, também se denota as dificuldades que o candidato enfrenta para se aproximar de outras temáticas. Dentre as sete pautas apontadas, quatro (2ª, 3ª, 5ª e 6ª) se caracterizam de modo genérico. As outras três são bandeiras levantadas há muito tempo por parlamentares experientes ou por órgãos e entidades de classe, como é o caso das profissionais de enfermagem.

Um terceiro ponto de atividades propostas pelo candidato apresentam enlances voltados às demandas de preservação da família e de caráter moral.

- 1) Propor a criação de casas abrigo para mulheres vítimas da violência, bem como casas de recuperação de dependentes químicos que acolham também esse público; 2) Defender a preservação da família e dos princípios cristãos; (Propostas de campanha contidas num folheto do cabo Sabino).

É possível pensar que a primeira proposta é pertencente a uma vertente voltada a saúde destas pessoas, mas não apenas isso. Para o candidato, cuidar de pessoas que sofreram violência sexual ou que são dependentes químicos perpassam além de uma questão de saúde mental e física, uma recuperação do “espírito”. A religião, neste sentido, assume um papel preponderante nas propostas do candidato, mesmo ela estando acionada nitidamente apenas em um único ponto entre os dezoito. É como um homem religioso e temente a Deus que em todos os seus discursos Sabino se apresenta.

É neste sentido que o *métier* da campanha eleitoral do candidato é apresentado como a sua biografia e como seus valores, com o intuito de se tornar (re)conhecido como um homem que serve a Deus, e que lutou bastante pelos direitos da categoria a que pertence. Partindo deste contexto, uma das principais questões que identificam o Cabo Sabino com os policiais e com a população também são os valores religiosos, que são os alicerces das concepções de muitos eleitores acreditam como correto.

5.3 Coronel Bezerra, o deputado "contra a impunidade"

Em sua apresentação numa rede social, Francisco Bezerra, 49, destaca que ingressou na Polícia Militar do Estado do Ceará como cadete, no Curso de Formação de Oficiais (CFO). Em sua trajetória, adquiriu os títulos de bacharel em segurança pública, além de duas pós-graduações e aperfeiçoamentos pelas academias de polícia de Brasília e do Ceará. Alcançou o posto de Coronel de polícia após ocupar vários cargos de comando em vários Batalhões do interior e da capital do estado; tendo a sua principal atuação no comando das “tropas de elite” da PM, dentre as quais se destacam os cargos de comandante do pelotão de controle de tumultos do BPCCHOQUE, comandante do grupo ANTI-SEQUESTRO e comandante do comando tático motorizado(COTAM).

Coronel Bezerra ocupou cargos de importância não apenas na administração interna da polícia, mas também foi nomeado ajudante de ordens do presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, chefe da Casa Militar do governo do Ceará e ajudante de ordens do Governador do Ceará⁵¹. Essa apresentação realizada pelo policial demonstra o carácter central da “abordagem nas relações entre as características sociais e políticas que fundamentam a legitimação da candidatura e as suas vinculações com a ocupação de cargos políticos” (CORADINI, 2001).

É válido ressaltar que esses últimos cargos estiveram ligados diretamente às gestões dos políticos da família Ferreira Gomes, especificamente aos que dependiam da nomeação de Cid Ferreira Gomes, enquanto Presidente da Assembleia Legislativa e Governador cearense. Assim, é possível observar que a trajetória de Bezerra manteve-se vinculada a uma família que galgou espaços importantes na política estadual do Ceará; e que sua ascensão advém desta ter escolhido membros de seu próprio grupo, considerados leais e dignos de confiança, para cargos chaves na gestão do Estado. Foi a partir desse princípio, que envolvia a trajetória de experiência na Polícia e de confiança do Grupo Ferreira Gomes, que o Coronel Bezerra foi nomeado Secretário de Segurança Pública do Ceará⁵².

Isto porque, após o primeiro mandato, Cid Gomes exonerou Roberto Monteiro, secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, após uma crise da segurança pública. Crise esta causada por sucessivos problemas quanto à gestão de informações em sua gestão. Uma destas crises foi o sequestro do filho de um empresário da cidade de Fortaleza, no qual a Secretaria não interviu para impedir o ocorrido, mesmo a Inteligência da Polícia tendo descoberto de antemão a ação. Deste modo, a guinada de Bezerra como Secretário funcionou para que o

⁵¹A simples enumeração dos cargos ocupados na gestão pública se caracteriza no meio político, em muitos casos, como comprovação de experiência e de excelência do candidato como capacitado a ocupar outros cargos. Neste caso, aqueles de cunho eletivo. (CORADINI, 2001).

⁵²O jornal Diário do Nordeste relata em uma matéria os preparativos para a nomeação do Coronel Bezerra ao cargo de Secretário de Segurança Pública do Ceará. A matéria diz o seguinte “Em recente entrevista, o governador Cid Gomes declarou que colocaria um “pé de boi” na Secretaria de Segurança. Na linguagem cadiana “pé de boi” significa um servidor disciplinado e com força de trabalho. Uma solução caseira e com trajetória já bem conhecida pelo governador. É esse o perfil escolhido por Cid para a mais delicada e complexa das pastas estaduais.” (Diário do Nordeste, 2010).

Governador pudesse ter alguém que estivesse em seu controle, tomando decisões para a pasta a partir das premissas do grupo liderado por Cid Gomes.

5.3.1 Gestão como Secretário de Segurança

Como Secretário de Segurança Pública, o coronel Bezerra se destacou como um dos principais defensores das políticas de segurança empregadas pelo Governo do Estado; tendo se constituído como o principal representante do discurso de defesa das ações engendradas pela pasta para enfrentar a criminalidade no Ceará. Pode-se notar em entrevista concedida ao jornal O Povo, ao ser indagado sobre o motivo de o Governo do Estado, mesmo após os altos investimentos na área da Segurança, não ter conseguido reduzir os números da criminalidade, o Secretário de Segurança respondeu, que:

Há seis anos, nós tínhamos 40 viaturas velhas circulando por Fortaleza, hoje, nós temos 250. Não havia concurso para a polícia, o governador, só na primeira gestão, incrementou a Polícia Militar com 4.085 novos policiais, além de 150 delegados e 250 escrivães. E já autorizou mais três mil policiais, 740 policiais civis, 270 bombeiros, 200 oficiais da Polícia Militar e 177 profissionais da Perícia Forense. Com todo esse investimento, a gente ainda vê o quanto a violência cresce, imagina se o governo tivesse ficado estático como outros governos. (O POVO, 2013).

Além das questões relacionadas ao aumento das taxas de criminalidade, anunciado pelas estatísticas produzidas pelo próprio Governo do Ceará, o então Secretário enfrentou problemas quanto à sua legitimação dentro das instituições policiais cearenses. Sua nomeação veio num momento em que ocorriam inúmeros conflitos nas forças de segurança pública locais, tendo em vista as reclamações dos praças da PM junto ao Governo do Estado, que culminaram na Greve de 2011 da Polícia Militar, caracterizada como a principal crise da quebra de hierarquia e de autoridade da Segurança Pública no estado, que não foi prevista por ele e por seus assessores.

A partir daí, a sua gestão enquanto Secretário concentrou forças para consolidar as ações do Batalhão de Choque da PM, em contraponto aos demais Batalhões, ao criar também o Comando Tático Rural⁵³. Foi a partir desta configuração do campo e das práticas expostas pelos referidos agentes sociais que

⁵³Comando Tático Rural, o Cotar, a quinta companhia especializada do Batalhão de Polícia de Choque (BPChoque).

o coronel Bezerra iniciou a articulação de sua candidatura a cargo de deputado estadual, sobre a qual trabalharei a seguir.

5.3.2 Candidatura ao Legislativo no Ceará

Como principal defensor do modelo de gestão da Segurança Pública do governo Cid Gomes, Coronel Bezerra assume a tarefa de também ser o candidato de maior capital simbólico, com chances de vitória, a conquistar a adesão dos votos dos operadores da segurança pública e da “sociedade de bem” contra o Capitão Wagner.

Após a sua exoneração do cargo de Secretário, Francisco Bezerra procurou delinear estratégias que reforçassem a sua trajetória como defensor da segurança pública, ao repercutir slogans associados à "legalidade", a “defesa do cidadão de bem” e a "luta contra a impunidade". Na mesma entrevista que havia concedido ao jornal O Povo, coronel Bezerra já dava a tônica de seus discursos em 2014, ao ressaltar que o trabalho da polícia não repercutia efetivamente devido às leis, que não constituíam um aparato de punição compatível com o necessário.

Nós temos uma demanda muito grande na área de repressão. O homicida que é preso já responde a um ou dois homicídios. Como que a lei permite que uma pessoa que mata outra seja colocada em liberdade? Como se justifica um adolescente confessar oito homicídios? Se ele tem oito registros de homicídios é porque a polícia já o prendeu oito vezes. A população tem de acordar para isso! A polícia está trabalhando. Mais de 23 mil pessoas foram presas em 2012 usando a estrutura que é destinada aos policiais para atuarem. (O Povo, 2013).

Foi a partir da inserção de um *habitus* proveniente do campo militar no campo político que o coronel Bezerra construiu o seu discurso como representante da segurança. Numa carta redigida aos cearenses, o candidato expõe os motivos que lhe qualificaram como o indivíduo capaz de enfrentar a criminalidade, junto a isso acrescentou o porquê de ter escolhido se candidatar ao cargo de deputado estadual.

Como ex-secretário da Segurança Pública do Ceará (...) tive a clara visão de que, entre muitos outros, um dos principais motivos do crescimento desenfreado da violência é a IMPUNIDADE ofertada aos criminosos, proporcionada pela decadência, ou podemos até dizer benevolência, das leis penais brasileiras. Como podemos aceitar que alguém que cometeu 1, 2, 5...10..e até 20 homicídios (caso concreto) continue em liberdade pelo simples fato de não ter completado, ainda, 18 anos de idade? Como imaginar que traficantes, assaltantes, sequestradores,

estelionatários, depredadores, ladrões de automóveis e muitos mais que afligem a nossa sociedade, continuem em liberdade reincidindo de forma ainda mais grave contra a população, por reiteradas vezes? ISSO TEM QUE MUDAR...!!! TEMOS QUE LUTAR, TAMBÉM, PELOS DIREITOS DAQUELES QUE SÃO VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA...!!! TEMOS QUE LUTAR PELO AGRAVAMENTO DAS PENAS DOS CRIMES QUE SÃO COMETIDOS CONTRA OS NOSSOS POLICIAIS...!!! Diante deste quadro é que me coloco à disposição do povo cearense para que na Assembleia Legislativa possa ser A VOZ DO POVO CEARENSE CONTRA A IMPUNIDADE! (sic) (BEZERRA, 2014).

Na campanha, o coronel Bezerra passou a ser apresentado ao público como um homem sério, honesto e de bons costumes, ao construir a sua trajetória vinculada ao combate à impunidade como o principal mal da sociedade cearense. Como se pôde analisar, seus discursos passaram a ser respaldados pela crítica à maleabilidade das leis, que provocavam uma sensação de insegurança na população.

Para o candidato, era inadmissível que a polícia continuasse prendendo os “bandidos”, “assassinos” e “meliantes” enquanto a justiça continuasse a soltá-los. Portanto, resolveu ingressar na carreira política, com o intuito de mudar a legislação estadual, como a única forma de punir devidamente o “bandido”. É possível inferir que o discurso do candidato retrata a criminalidade, a justiça e a sociedade a partir de uma linguagem contumaz do meio policial, em virtude de não podermos dissociar os discursos do referido coronel como candidato do local que ele ocupa no campo do poder.

Francisco Bezerra também fez questão de ressaltar a sua filiação ao grupo do Governador Cid Gomes. O blog do Roberto Moreira, no qual saíam recorrentes notícias exaltando os feitos e a campanha do Coronel, noticiou em abril de 2014 que através de sua influência foram conseguidas várias obras para o interior do Ceará, concomitante ao “apoio fechado de Cid Gomes”.

Conseguiu com o governador Cid Gomes recursos para erguer o Portal de entrada de Canindé, uma sinalização importante para identificar as Romarias de São Francisco. O coronel Bezerra também conseguiu junto a secretaria de cidades intermediar a aprovação de um projeto para construção de 495 casas do Projeto Minha Casa Minha Vida. O coronel Bezerra é candidato a deputado estadual com o apoio fechado de Cid Gomes. (Blog do Roberto Campos, 2014).

No comitê de campanha do candidato pude ter acesso a conversas com assessores e outros funcionários. Logo de início da incursão em campo foi possível

notar a existência de um clima de vitória entre os presentes. O coordenador do comitê, com o qual pude conversar por um longo período, informou que existia uma expectativa de, no mínimo, 50 a 60 mil votos. E logo demonstrou por que meios e relações este coeficiente seria atingido, com as contas feitas de imediato:

o prefeito do município de Icó está conosco, então devemos obter em torno de 20 mil votos só nessa cidade. Existe um grupo que apoia o Coronel, o pessoal do som automotivo, que tem 80 mil pessoas, se 25% votarem nele já são mais 20 mil votos. Existe um grupo de empresários que também o apoia, aí tem os funcionários. Com um time desses a gente tira pelo menos 50 mil votos, por baixo. (Diário de campo).

Contudo, o Coronel Bezerra não conseguiu ser eleito, tendo alcançado quase 19 mil votos no pleito para o cargo de Deputado Estadual. Alguns pontos podem ser elencados para se compreender o porquê do resultado.

Primeiro pôde ser constatado que em nenhum veículo de imprensa nem nas páginas das redes sociais vinculadas à campanha do candidato, foi divulgada alguma referência, discurso, nota ou similar do apoio de Cid Gomes ao seu principal candidato representante da segurança pública ao cargo de deputado estadual. Afinal, Bezerra demonstrava possuir um capital político acumulado por delegação, transferido pelo líder do grupo para a sua pessoa. Contudo, a omissão do então Governador pelo seu ex-secretário de segurança pública refletiu numa candidatura que destoava da presença e influência necessárias para a eleição.

Diferente do que aconteceu com o coronel Bezerra, o candidato com quem ele concorria diretamente pelo mesmo troféu da representação, desempenhou um papel preponderante junto ao seu candidato a Governador do Ceará. Capitão Wagner aparecia semanalmente no horário eleitoral de Eunício Oliveira, debatendo a temática da segurança em nome do candidato ao governo. Já o Coronel Bezerra não foi citado, em nenhum momento, pelo candidato ao governo do Ceará, Camilo Santana.

As ações divulgadas pela mídia sobre a pasta da segurança pública, quando se referiam à época que o coronel Bezerra era o secretário, não o citavam em nenhum momento. Como, então, Bezerra poderia se credenciar como ex-secretário de segurança pública e coronel da polícia militar, se o grupo que representava não o punha como aquele que trabalhou para resolver o problema da

criminalidade perante os eleitores? Desta maneira, Bezerra passou despercebido entre os holofotes da disputa estadual. E não apareceram as realizações que ele destacava como sendo de sua autoria.

Por fim, pensar os militares como candidatos perpassa refletir as práticas destes agentes a partir das concepções compartilhadas pela corporação militar. Perceber o local de fala destes agentes, como compreendem o seu local de fala, além de como a sociedade o percebe são questões fundamentais na análise de como os policiais militares inserem-se no meio político.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar a escrita deste trabalho, a maior certeza que aqui podemos desenvolver é que ainda existem muitas questões para se entender sobre as imbricações entre polícia, militarismo e política. Assim, vou apontá-las e também retomarei os principais pontos a que me propus debater, através dos quais espero ter proporcionando uma contribuição sobre a referida temática.

A partir de um olhar sociológico e antropológico, foi possível pensar como policiais militares se apropriaram de um discurso voltado à “defesa da sociedade”, a partir de suas ações tanto no exercício da própria função, alicerçada numa “política cotidiana”, como também em atividades voltadas diretamente ao poder representativo. Estas questões puderam ser inicialmente refletidas buscando compreender como, desde as primeiras incursões dos militares nas disputas pelo poder no Brasil, esta categoria acionou as suas estratégias para transformar um capital social vinculado à segurança em um capital político.

Deste modo, não é possível desvincular as ações dos PMs na política sem considerar a história do militarismo no Brasil. Ao observar parte da literatura produzida sobre os militares e a política uma coisa me chamou atenção: quando os militares não estão no poder, influenciado ou dirigindo diretamente a política e a burocracia brasileira, eles aderem a um discurso de “desconsideração” por parte do governo à instituição militar, exigindo “reconhecimento” pelas ações que a corporação já desempenhou e ainda desempenha. Neste sentido, um ponto que os militares sempre reiteram é que eles são os “defensores da sociedade”, e quando desvalorizam a sua profissão, estão fazendo isso com os valores da própria sociedade.

Pensando no contexto histórico acima referido, no Império foi possível ver nos embates entre civis e militares, mais precisamente logo após a Guerra do Paraguai, que as relações entre as duas facções da elite social não eram harmônicas. Na proclamação da República, Deodoro apontou como um dos motivos da adesão das forças armadas foi “vingar as afrontas que ele [o Exército] recebia do governo” (CARVALHO, 2005, p. 45). É possível ver este sentimento de desconsideração entre os alunos de Benjamin Constant – defensores do positivismo

e da ideologia do soldado-cidadão – no final do século XIX, no tenentismo entre os anos 1920, no apoio dos altos oficiais a Vargas na década de 1940, na tentativa de golpe de 1954, como uma das justificativas do golpe de 1964, nas acusações de “revanchismo” pós-ditadura, e por fim, no caso mais específico, nas paralisações das Polícias Militares no final dos anos 1990 e no início dos anos 2000. Assim, é possível perceber que a história dos militares no Brasil está diretamente ligada a como estes agentes atuaram e até hoje atuam na política. E, além disso, que a política no Brasil não teria as mesmas características sem a participação ativa dos militares, engendrando práticas amplamente difundidas no meio político, mas que foram realmente forjadas no seio das Forças Armadas.

Após a redemocratização, é possível indicar dois tipos de candidatos-militares a partir da inserção dos policiais no meio político. O primeiro é aquele que mesmo vinculado à instituição, usando o nome “Soldado Paulo” ou “Major Reinaldo⁵⁴” não têm a PM ou a segurança pública como o foco principal de sua busca pela adesão dos votos. Muitas vezes são pertencentes a “famílias políticas” ou a outros grupos desportivos, religiosos ou associativos, não aderindo a uma plataforma específica da segurança pública. O que não significa dizer que os policiais não acionam a sua atuação militar. Contudo, esta é desenvolvida como “feitos próprios” no exercício da profissão, não se referindo a ações coletivas da corporação, sempre tomando cuidado para não relacioná-lo às práticas consideradas pela população como “negativas” ao universo policial.

Um segundo tipo de candidato seria aquele que utiliza a segurança pública como principal plataforma em sua campanha. Neste segundo tipo é possível destacar dois modelos. Um primeiro modelo é aquele candidato que utiliza o discurso da segurança de modo genérico, tentando incorporar as várias temáticas que permeiam este universo, a exemplo de “salvar a sociedade de bem” ou livrar “a família cearense” da marginalidade. Outro modelo é aquele candidato que defende essas mesmas premissas genéricas citadas acima, mas que tem a sua plataforma eleitoral principalmente construída a partir da representação dos membros da segurança pública.

⁵⁴Nomes fictícios.

Voltando os olhos para o ano de 2014, é possível dizer que foi no Legislativo que a Segurança Pública se caracterizou como o principal discurso de representação política. Candidataram-se ao cargo de deputado várias pessoas que abordavam a referida temática como mote em suas campanhas; entre estes se destacaram policiais e apresentadores de televisão.

Na disputa pela conquista do troféu da representação, dois operadores da segurança conseguiram recordes de votos. Capitão Wagner, por alavancar o debate sobre a redução da criminalidade e por ser anunciado como representante da categoria dos profissionais de segurança. E Moroni Torgan, por lançar propostas sobre a redução da maioria penal e pelo combate às drogas. Não obstante, a eleição de outros agentes que utilizaram o discurso da segurança pública também obteve êxito. Entre estes se destacou Cabo Sabino como Deputado Federal, pois sua eleição se deu a partir de sua legitimidade entre os policiais militares enquanto presidente da Associação dos Cabos e Soldados. Como também a candidatura do ex-secretário de Segurança Pública do Ceará, que buscou apresentar a sua trajetória como militar e gestor.

Ao analisar especificamente os casos do Capitão Wagner e do Cabo Sabino, é possível perceber que os principais cabos eleitorais desta “dobradinha” foram os policiais cearenses e seus familiares. A campanha se deu a partir da construção de um sentimento coletivo, expandido para além dos quartéis após a Greve Geral da Polícia Militar no ano de 2011.

Aqui, questões de liderança, representação e lealdade estão envoltas para se compreender o fenômeno complexo da eleição destes dois candidatos; que pautaram as suas atuações políticas por meio do discurso de agentes que vivenciaram as problemáticas da Segurança Pública em seu cotidiano. Neste sentido, a questão central para a eleição da identificação entre capitão Wagner e cabo Sabino com os policiais e com a população é uma questão de valores. Eles defendem para além de projetos, valores sociais que a maioria da população acredita como corretos, valores hegemônicos.

É interessante perceber que o discurso de representação destes candidatos foi se ampliando com o intuito de congrega o maior número de operadores da segurança possível. De início foi forjado um discurso que incluía os

policiais e bombeiros militares, estendendo-se posteriormente aos policiais civis e demais agentes da segurança pública. Por fim, os profissionais da segurança privada.

É interessante perceber que a tentativa de ser considerado “o representante da segurança” enfrenta vários empecilhos. O primeiro é dividir com apresentadores de TV esta mesma temática de “representação”. O segundo é tentar driblar os vários conflitos que permeiam as relações entre policiais civis e policiais militares, visto que muitas vezes as práticas de cada instituição são postas em cheque pela outra. Assim, é necessário perceber que o discurso de homogeneidade da segurança entre os operadores da segurança pública, em certa medida, é falho quanto ao que vemos no dia a dia do campo.

Também é importante perceber que houve um empoderamento dos PMs quanto a sua autoestima. Eles se consideraram atores importantes no jogo político, e mais do que isso, políticos profissionais também consideraram a importância da PM nas eleições de 2014. Vinculados à figura de seus líderes, uma parcela da instituição pôde atuar efetivamente neste pleito eleitoral, o que gerou grandes embates entre as duas principais facções em disputa. A facção governista acusava seus opositores de ter uma “milícia” ao seu comando, enquanto os opositores acusavam os governistas de serem fiadores de um grupo de extermínio formado por policiais. Este contexto causou grandes embates discursivos, recheados de acusações, entre candidatos e padrinhos políticos.

Entre os opositores, Capitão Wagner e o Cabo Sabino, a partir de suas performances, acionaram códigos morais compartilhados por policiais militares sobre a necessidade de identificação dos policiais por um sentimento difundido a partir da experiência e da compreensão subjetiva do fenômeno eleitoral. Neste contexto, estes políticos surgiram como mediadores dos meandros da política na cidade, física e simbólica; e poderiam, nos escalões do poder, realizar demandas para a comunidade que representa. Mais do que conseguir “conquistas”, a exemplo de salários e jornada de trabalho, os militares tiveram alguém que “falassem por eles”, que “sentissem o que eles sentiam”, e estes sentimentos só poderiam ser articulados por discursos de quem tivesse o conhecimento “reforçado” pela vivência daquilo que os afligia.

Um dos principais achados, mas que precisa ser problematizado em pesquisas futuras é entender o motivo de os policiais militares exigirem para si uma reformulação do código de disciplina da instituição, uma maior paridade entre praças e oficiais, direito à liberdade de expressão, ou seja, “respeito e consideração” refletidos numa ótica democrática. Mas, ao mesmo tempo, exigem leis mais duras para a população e muitas vezes aceitam práticas de tortura ou pena de morte como medidas capazes de educar, apesar de seu viés bastante autoritário e antidemocrático. Por que liberdade aos militares e leis duras para a população? É uma questão que precisa de muita reflexão para ser explicada, sendo necessárias novas pesquisas para debatê-las.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Nordestino**: invenção do 'falo': uma história do gênero masculino (1920-1940). 2. ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALMEIDA, Juniely. **Tropas em protesto**: o ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros no ano de 1997. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

AQUINO, Jania P. D. **Príncipes e castelos de areia**: um estudo da performance nos grandes roubos. São Paulo: Biblioteca 24x7. 2010.

BARBOSA, Wendell. **A polícia da boa vizinhança**: as ações da polícia em contextos de conflito e a produção intersubjetiva de práticas policiais locais. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceara, Fortaleza, 2014.

BARREIRA, C. BATISTA, E. **(In)segurança e sociedade**: treze lições. Campinas: Pontes Editores, 2011.

BARREIRA, César. Em nome da lei e da ordem: a propósito da política de segurança pública. **Perspec.**, São Paulo, v. 18, n.1, jan./mar. 2004.

BARREIRA, César. **Questão de segurança**: políticas governamentais e práticas policiais. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 2004.

BARREIRA, César; BARREIRA, Irllys Alencar F. Campos de *ajuda* e modos de pertencimento: um mapa moral da representação política em campanha eleitoral. **Horiz. Antropol.**, Brasília, DF, v.18, n.37, p. 307-335, 2012.

BARREIRA, I.; PALMEIRA, M. G. S. (Org.). **Candidatos e candidaturas**: enredos de campanha eleitoral no Brasil. 1. ed. São Paulo: Annablume, 1998.

BARREIRA, Irllys A. F. **A expressão dos sentimentos na política**. *In*: TEIXEIRA, Carla; CHAVES, Christina. (Org.). Espaços e Tempos da Política. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006. p. 67-88.

BARREIRA, Irllys A. F. **Chuva de papéis**: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1998.

BARREIRA, Irllys A. F. Pensamentos, palavras e obras: as bases de legitimação do Governo de Tasso Jereissati. *In*: HEREDIA, Beatriz M. A. (Org.). **Continuidades e rupturas na política cearense**. Campinas: Pontes Editores, 2008.

BAYLEY, David. **Padrões de policiamento**: uma análise institucional comparativa. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: EDUSP, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Celibat et condition paysanne**. *Étude Rurales*, Paris, n. 5/6, p. 32-135, 1962.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de autoanálise**. Tradução: Sergio Miceli. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática: procedido de três estudos sobre etnologia cabila. *In*: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, [s. l.], v. 62/63, p. 69-72, juin, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução Mariza Corrêa. 11. ed. Campinas: Papiрус, 2011.

BRASIL. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, DF, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 20 mar. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 mar. 2015.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **O trabalho do antropólogo**. 1. ed. Brasília, DF: Paralelo 15 (Brasília) e Editora da UNESP (São Paulo), 2006.

CARLONI, Karla G. **Forças Armadas e democracia no Brasil**: o 11 de novembro de 1955. Rio de Janeiro: FAPERJ: Garamond, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 2006.

CARVALHO, Rejane. **Campanha eleitoral e representações morais: o embate Moroni-Luizianne na campanha pela prefeitura de Fortaleza em 2004.** Fortaleza, 2005.

CASTRO, Celso. (Org.). **Militares e política na Nova República.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

CASTRO, Celso. **A invenção do exercito.** Rio de Janeiro : Zarah Ed., 2002.

CHAVES, Cristine. **A marcha nacional dos sem terra: um estudo sobre a fabricação do social.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2000.

CIRO Gomes rasga cartaz e discute com manifestante. **O Povo**, Fortaleza, 4 out. 2013. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2013/11/04/noticiasjornalpolitica,3157701/ciro-gomes-rasga-cartaz-e-discute-com-manifestante.shtml>>. Acesso em: 17 de ago. de 2014.

CLIMA de medo com arrastões e boatos em Fortaleza. **O Povo**, Fortaleza, 1 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.2011.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2012/01/03/noticiafortalezajornal,2367312/clima-de-medo-com-arrastoes-e-boatos-em-fortaleza.shtml>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

COELHO, Edmundo. **Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade Brasileira.** São Paulo: Forense, 1974.

CORADINI, Odaci Luiz. **Em nome de quem: recursos sociais no recrutamento de elites políticas.** Rio de Janeiro : Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2001.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. 24. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012. (Estudos, 85).

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ELIAS, Norbert. **Os alemães.** Petrópolis. Jorge Zahar Editor, 1997.

ENNE, Ana Lúcia. “Nós”, os “outros” e os “outros dos outros”: dilemas e conflitos no mapeamento de sujeitos, redes e instituições. *In*: . CASTILHO, S.; LIMA, A.; TEIXEIRA, C. (Org.). **Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações**Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Rio de Janeiro. Loyola, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução Raquel Ramalhete. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

FREDERIC, Sabina. 37., 2013, Águas de Lindóia. **Militares, assalariados o trabalhadores?:** el valor de lo justo y del bienestar en las envaluaciones morales sobre un . Águas de Lindóia: Anpocs, 2013. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=667%3Aanais-do-encontro-sps-mrs-e-gts-&catid=1135%3A37o-encontro-anual-da-anpocs&Itemid=429>. Acesso em: 27 set. 2013.

FREIRE, Jussara. Sociologia da moral, ação coletiva e espaço público. *In*: WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. (Org.). **Pensando bem: estudos de sociologia e antropologia da moral**. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014. p. 71-91

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. São Paulo. Sabotagem, 2004.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOLDMAN, M.; SANT'ANNA, Ronaldo dos Santos . Elementos para uma análise antropológica do voto. *In*: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio. (Org.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996, p. 13-40.

GONÇALVES, D. N. **Jovens na política: animação e agenciamentos do voto em campanhas eleitorais**. Campinas: Pontes, 2012.

GONDIM, Linda M. P. **A pesquisa como artesanato intelectual: considerações sobre método e bom senso**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

HEREDIA, B. M. A. Entre duas eleições: relação político-eleitor. *In*: HEREDIA, Beatriz; TEIXEIRA, Carla; BARREIRA, Irllys. (Org.). **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 15-38.

HEREDIA, B. M. A. Política, família , comunidade. *In*: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, Márcio (Org.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio De Janeiro: Contracapa, 1996. v. 1, p. 57-72.

HEREDIA, Beatriz; TEIXEIRA, Carla; BARREIRA, Irllys. **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

KUNZ, Martine. A transversalidade da voz: Carlos Magno da idade média ao sertão. *In*: MIRANDA, Júlia; PORDEUS JR., Ismael; LAPLANTINE, François. (Org.). **Imaginários sociais em movimento-oralidade e escrita em contextos multiculturais**. Campinas: Pontes Editores, 2006.

KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

KUSCHNIR, Karina. Cultura e representação política no Rio de Janeiro. *In*: Moacir Palmeira; Marcio Goldman. (Org.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: ContraCapa, 1996. p. 183-202.

KUSCHNIR, Karina. **Eleições e representação no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: NUAP, 2000.

LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-volta volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

MARQUES, A. C. D. R. **Conflitos, política e relações pessoais**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará; Campinas: Pontes Editores, 2007.

MAUSS, Marcel. A expressão obrigatória de sentimentos. *In*: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (Org.). **Coleção grandes cientistas sociais**. Tradução Regina Lúcia Moraes Morel, Denise Maldini Medeiros e Ivonne Toscano. São Paulo: Ática, 1979.

MIRANDA, Júlia. Os católicos e a construção do poder na cidade dos homens: religião e espaço público em Fortaleza. *In*: HEREDIA, Beatriz M. A. (Org.). **Continuidades e rupturas na política cearense**. Campinas: Pontes Editores, 2008.

OLIVEIRA, Luís R. Cardoso de. **Direito legal e insulto moral**: dilemas de cidadania no Brasil, Quebec e EUA. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. (Coleção Direitos, conflitos e segurança pública).

OLIVEIRA, Luís R. Cardoso de. Existe violência sem agressão moral? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 76, p. 136-146, jun. 2008.

PAIVA, L. F. S. **Os significados da morte**: os discursos dos meios de comunicação sobre crimes que “abalaram o Brasil. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

PALMEIRA, M. G. S. Política local e voto. **Tempo e Presença**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 37-40, 1992.

PALMEIRA, M. G. S. Política, facções e voto. *In*: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio. (Org.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

PALMEIRA, M. G. S. **Voto**: racionalidade ou significado? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 20, p. 26-30, 1992.

PALMEIRA, M. G. S.; BARREIRA, C. (Org.) . **Política no Brasil**: visões de antropólogos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2006.

PALMEIRA, M. G. S.; BEATRIZ, H. O voto como adesão. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 1, p. 35-58, 2006.

PALMEIRA, Moacir e Goldman, Márcio. **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro. Contra Capa livraria, 1996.

PEIRANO, Mariza. **Uma antropologia da política**: rituais, representações e violência. Rio de Janeiro: Núcleo de Antropologia da Política, 1998.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ. Código de Disciplina nº 1, de 11 de janeiro de 2006. *In*: _____. **Estatuto dos Policiais Militares do Ceará**. Fortaleza, 28 jan. 2006. p. 1-117. Disponível em: <<http://intranet.pm.ce.gov.br/menu-esquerdo/diretrizes/estatuto2012.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2015.

POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

ROBERTO Pessoa registra BO contra Ciro Gomes. **O Povo**, Fortaleza, 4 set. 2012. Disponível em: < <http://blog.opovo.com.br/blogdoeliomar/bate-boca-roberto-pessoa-registra-bo-contraciro-gomes/>>. Acesso em: 21 de ago. de 2014.

SÁ, Leonardo. A questão do poder na perspectiva da antropologia da política. **Áltera**: revista de antropologia, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 82-111, jul./dez. 2015.

SÁ, Leonardo. Moralidades possíveis e o sujeito como multiplicidade de práticas: um campo aberto de questões. *In*: WERNECK, A. CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. **Pensando bem**: estudos de sociologia e antropologia da moral. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.

SÁ, Leonardo. **Os filhos do Estado**: auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2002. (Coleção Antropologia Política, 15).

SALES, L. J. M.; SÁ, Leonardo. **A condição do policial militar em atendimento clínico**: uma análise das narrativas sobre adoecimento, sofrimento e medo no contexto profissional. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luis, v. 13, p. 181-205, 2016.

SCHULZ, John. **O Exército na política**. São Paulo: EdUSP, 1994.

SCOTTO, G. Campanha de rua, candidatos e biografias nas eleições municipais no Rio de Janeiro. *In*: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (Org.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996. p. 165-182.

SILVA, Marcos. Estado, monopólio da violência e policiamento privado: com quem fica o uso legítimo da força física na sociedade contemporânea? **Emancipação (UEPG)**, Ponta Grossa, v. 1, p. 9-19, 2009.

SILVA, Marcos. Segurança pública e política: discurso e imagem como instrumentos simbólicos na acumulação de capital político. **Revista Urutágua**, Maringá, v. 14, p. 14, 2007.

TEIXEIRA, Carla; CHAVES, Christiane. **Espaços e tempos da política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

TROPA de elite. Direção e Produção José Padilha. Rio de Janeiro: Universal Pictures, 2007. 1 DVD.

VIEIRA, Sulamita. **O sertão em movimento**: a dinâmica da produção cultural. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2012.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política. *In*: _____. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Martin Clarent. 2009.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994. 2 v.

WERNECK, Alexandre. Sociologia da moral, agência e criatividade. *In*: WERNECK, Alexandre; OLIVEIRA, Luis Roberto Cardoso de (Org.). **Pensando bem**: Estudos de Sociologia e Antropologia da Moral. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014. p. 114-138.

WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto (Org.) . **Pensando bem**: estudos de sociologia e antropologia da moral. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Tradução, Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

ANEXO A – FOTOS DA CAMPANHA ELEITORAL DE 2014



Em um comício, quando policiais faziam um “C” com a mão, em alusão a candidatura do Capitão Wagner.



Apontado pelos policiais como o “trio fantástico”.



.Discurso no comício de inauguração do comitê do Eunício.



Entrega do plano de Segurança, com 38 pontos.



Capitão Wagner e Eunício Oliveira em caminhada na Serrinha.



Vitor Valim e Capitão Wagner em caminhada com ativistas



O pesquisador fotografado em campo.



Capitão Wagner discursa em carreata ladeado do Cabo Sabino



Carreata denominada de onda azul



Ativistas e apoiadores na “onda azul”



Apoiadores fazendo, ao final da “onda azul”, um “C” com a mão.



Eunício Oliveira, Tasso Jereissati e Capitão Wagner na carreta do “quarteto”



Cabo Sabino cumprimenta eleitor em Caucaia, ladeado por Wagner.



Montagem feita por apoiadores do Capitão Wagner, ressaltando a masculinidade do candidato.



O "quarteto fantástico".



Mônica Oliveira, esposa de Eunício e filha do ex-deputado Paes de Andrade, em caminhada com o Capitão Wagner



Eleitoras demonstram adesão à campanha de Sabino e Wagner.



Carreata do “quarteto”.

A campaign graphic with a red and dark blue background. At the top, it says "22 MOTIVOS PARA VOTAR CABO SABINO" in white and red text. On the left, there is a stylized illustration of a man's face. Below it, the number "11" is written in large red font, followed by the word "religião" in white. The text below reads: "Sabino crê em Deus e segue os ensinamentos da bíblia e do nosso senhor Jesus Cristo." At the bottom, there is a red bar with a white Facebook icon and the text "/Cabo Sabino".

Motivo 11 para votar no Cabo Sabino, ele ser cristão.



Francisco I Bezerra também adere ao “C”, mas desta vez de Coronel



Coronel Bezerra ladeado por seus apoiadores do “som automotivo”.